

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências

SATI ALBUQUERQUE BALLABIO

VIAGEM AO SONO
Relações de tradicionalidade e consumo na Praia do Sono - Parati/RJ



Orientador:
Mirian Cláudia Lourenção Simonetti

Marília
2010

SATI ALBUQUERQUE BALLABIO

VIAGEM AO SONO

Relações de tradicionalidade e consumo na Praia do Sono - Parati/RJ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UNESP/Marília), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador:

Mirian Cláudia Lourenção Simonetti

Marília
2010

SATI ALBUQUERQUE BALLABIO

VIAGEM AO SONO

Relações de tradicionalidade e consumo na Praia do Sono - Parati/RJ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UNESP/Marília), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Banca examinadora:

Prof^a Doutora Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira
Universidade Estadual Paulista (UNESP/ RIO CLARO)

Prof^o Doutor Andreas Hofbauer
Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília)

Professor suplente: Prof^o Doutor. Sérgio Augusto Domingues
Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília)

Marília
2010

Dedico à comunidade de Praia do Sono,
e a todos que me ajudaram nessa jornada.

Agradecimentos

Agradeço por poder estar aqui compartilhando.

Agradeço a Deus.

Agradeço a você.

Agradeço aos familiares e amigos.

Agradeço aos professores.

Agradeço pela prática e ensinamentos do yoga.

Agradeço aos meus mestres e professores que vieram e que virão.

Namastê

Pesquisa fomentada pela Agência CAPES.

RESUMO

Este trabalho parte de pesquisas realizadas com a população tradicional da Praia do Sono, em Parati, no Rio de Janeiro. Observamos terem ocorrido mudanças significativas no cotidiano dos moradores do local, decorrentes do desenvolvimento das atividades turísticas. Relatamos como ocorrem estas influências de comportamento e hábitos de consumo, considerando o consumo como atos simbólicos que permeiam as relações sociais, capazes de produzir e reproduzir identidade social. E demonstramos que a constituição dessas novas identidades é parte do processo de mudança. Nossas pesquisas nos levaram a considerar que absolutamente não se trata de uma cultura que sucumbe devido às alterações, demonstrando ao longo do trabalho como os moradores também são agentes ativos nesse processo dinâmico de alteração de seu modo de vida.

Palavras-chaves

Antropologia - População tradicional - Consumo - Turismo

ABSTRACT

This paper is supported by research conducted with the traditional population of Praia do Sono, in Parati, Rio de Janeiro. We observed significant changes have occurred in daily life of local residents, due the development of tourist activities. We report how these influences occur in behavior and consumption habits, considering consumption as symbolic acts that permeate social relations, able to produce and reproduce social identity. We also set forth that the compose of these new identities is part of the changing process. Our research led us to rate that is not absolutely regarding a culture that succumbs due to the shifts, arguing throughout the essay as the inhabitants are also active agents into this dynamic changing process of their way of life.

Keywords

Athropology - Traditional Population - Consumption - Tourism

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	10
Olhar novamente.....	11
Vivendo em uma Unidade de conservação (UC).....	12
INTRODUÇÃO.....	15
Passos etnográficos.....	17
Conversas na soleira.....	18
Dinâmica do processo temporal.....	19
CAPÍTULO 1 - VIVENCIANDO AO SONO	
1. Localizando a Praia do Sono.....	20
1.2 Ocupação.....	22
1.3 Ouvindo sua história.....	23
1.4 O valor da terra.....	25
1.5 Unidades de Conservação sobrepostas.....	27
1.6 Descoberto o turismo.....	30
1.7 Controle de fora.....	31
1.8 Parati Histórica.....	34
CAPÍTULO 2 - BAGAGEM AO SONO	
2. Suporte teórico.....	36
2.2 Turismo e relações de consumo.....	37
2.3 Turismo, mercado em potencial.....	38
2.4 Construções de significados.....	41
2.5 Exploração comercial da cultura, debate teórico.....	44
2.6 Relações de consumo.....	46
2.7 Consumos como atos simbólicos.....	47
2.8 Relações na cidade.....	55
2.9 Produção e consumo.....	57
2.10 Consumo de culturas.....	58

CAPÍTULO 3 - RUMO AO SONO

3. Caminhando.....	61
3.2 Territorialidade, uma conduta.....	62
3.3 Populações tradicionais e UCs.....	65
3.4 Populações e UCs Na Praia do Sono.....	67
3.5 Ser caiçara.....	70
3.6 A mudança caminha pela estrada.....	72

CAPÍTULO 4 - TURISTAS AO SONO

4. O turismo na Praia do Sono.....	76
4.2 Turismo de “aventura”.....	79
4.3 Turismo sem estrutura.....	81
4.4 Desenvolvimento do turismo.....	85
4.5 Desconfortos gerados pelo turismo.....	87

CAPÍTULO 5 - EM MEIO AO SONO

5. Mudanças de hábitos.....	90
5.2 Os Jovens.....	93
5.3 Os antigos.....	96
5.4 Roça, subsistência e característica cultural.....	99
5.5 De subsistência em turismo.....	102
5.6 Alimentos, pronunciada mudança.....	103
5.7 Pesca, relações cotidianas.....	105
5.8 Mar, atração e interação simbólica.....	109
5.9 Da canoa ao motor.....	114
5.10 Disposição territorial.....	116
5.11 Quiosques.....	119
5.12 Cercas.....	121
5.13 Construções, novos padrões de habitação.....	122
5.14 Religiosidade.....	129
Considerações finais.....	135
BIBLIOGRAFIA.....	142
ANEXOS.....	147

ÍNDICE IMAGENS¹

Imagem 1- Localização da área de estudo - Praia do Sono -Parati/RJ.....	21
Imagem 2- Turistas chegando.....	76
Imagem 3- Campistas.....	84
Imagem 4- Em meio aos morros.....	90
Imagem 5- Pegando Chavinha.....	92
Imagem 6- Campeonato de <i>surf</i>	93
Imagem 7- Dona Filhinha e Seu Nilo	96
Imagem 8-Tinica arrumando a rede.....	105
Imagem 9- Elo de comunicação.....	109
Imagem 10- A chegada do barco.....	113
Imagem 11- Edson chegando.....	114
Imagem 12- Canoa de voga.....	115
Imagem 13- Ocupação na restinga.....	117
Imagem 14- Quiosque da Lindalva.....	119
Imagem 15- Armazém.....	120
Imagem 16- Casa de sapê.....	122
Imagem 17- Seu Jó e sua esposa D. Maria em frente a sua casa de estuque.....	124
Imagem 18- Materiais chegam pelo mar.....	125
Imagem 19- Construções.....	126
Imagem 20- Igreja.....	129
Imagem 21- Cemitério.....	132
Imagem 22- D. Perpétua e Almerindo.....	134
Imagem 23- Final.....	142

¹ Créditos imagens: Sati Albuquerque Ballabio

APRESENTAÇÃO

Um convívio que virou interesse, tema que se transformou em paixão e angústia, passando pela raiva e a apatia, e terminou em etnografia.

Sou paulista nascida na capital, mas passei boa parte de minha vida entre idas e vindas ao Litoral Norte do estado, Ubatuba. Meu avô, o *nono*, foi uns daqueles que comprou uma casa no litoral na década de 70, com a abertura da Rodovia Rio-Santos. Na praia do Lázaro, à rua “Treis Irmão”, como dizia a placa. Três irmãos que venderam terras para uma família espanhola, duas ou três famílias italianas, e uma de franceses. E cada um dos irmãos ficou com um terreno nessa rua tão plural. Lembro de várias reuniões nos quintais das casas em que todos juntos compartilhavam banquetes “interculturais” regados a frutos do mar.

Com o tempo os irmãos acabaram vendendo suas terras e ficaram todos no mesmo terreno que, por nada ter ainda demarcações e cercas, foi se “expandindo” novamente. E, diz meu avô, acabou tomando metade da “nossa” terra, motivo pelo qual todos resolveram cercar suas casas.

E foi o que eu fui observando quando retornava para Ubatuba nos feriados e férias escolares: cercas, novas construções, menos matas e mais e mais muros, com meus amiguinhos caiçaras se mudando para bairros cada vez mais distantes da praia. A cidade foi ficando lotada e barulhenta; o que levava meus amigos e eu a buscar praias mais desertas, então, e cada vez mais distantes; e foi assim que cheguei à Praia do Sono pela primeira vez, por volta do ano de 1998.

Uma praia bela e paradisíaca, com apenas alguns poucos quiosques e seus moradores caiçaras que, para falar a verdade, quase não víamos, a não ser àqueles em suas palhoças de pesca. Não havia *campings*, acampávamos na praia ou no quintal de algum conhecido,

levávamos roupas para as crianças e dávamos algum dinheiro para agradecer a receptividade e ajudar em algo. Eles tinham outras formas de renda e não dependiam do turismo.

Alguns anos depois vejo o Sono com vários quiosques, lotado de barracas. Reparo nas crianças que andam com pratos de bolo para vender aos turistas que fumam maconha, sentados em frente à Igreja. E, por estar na Academia, estudando marxismo, passo a crer que aqueles moradores estão perdendo seu modo tradicional de vida para o capitalismo.

Olhar novamente

Então passo a visitar o Sono com um olhar acadêmico, realizando pesquisas de campo, entre os anos de 2004 e 2006, que culminaram em uma monografia de conclusão de curso, “*Da canoa ao motor: Modos de vida e turismo em unidades de conservação. Etnografia da Praia do Sono. Parati RJ*”, sob orientação do Professor Doutor Mauro de Mello Leonel Junior.

Ingressei no mestrado muito interessada em desenvolver mais o mesmo tema, como desdobramento do que havia tratado na monografia. Durante as pesquisas, me deparei com um debate polêmico entre turismólogos² e antropólogos, em que os primeiros afirmavam tacitamente que o turismo não é responsável por prejudicar as culturas locais, justamente quando eu travava contato com diversos trabalhos de cunho etnográfico comprovando os impactos sociais causados pelo turismo.

Com o intuito de aprofundar o debate, passei a ater meu foco sobre qual era então o entendimento de cultura para cada uma daquelas áreas do saber. Na época eu era orientada por uma professora da área de Ciências da Informação, que me aconselhou a não mais falar sobre os caiçaras, tratando o tema de forma mais distanciada e teórica, o que não consegui fazer, simplesmente porque, quando dei por mim, estava discutindo o que é cultura do modo mais genérico possível.

² Turismólogos aquele do campo da turismologia “conjunto de estudos realizados por geógrafos, economistas, sociólogos, mercadólogos, antropólogos e bacharéis em turismo” (BANDUCCI; BARRETO, 2001, p.9).

De qualquer forma, após quase dois anos desenvolvendo uma pesquisa que realmente não estava rendendo muito, minha orientadora decidiu se afastar do programa de Pós-Graduação. Foi quando a Dra. Mirian³ passou a me orientar. A professora Mirian havia participado da banca de monografia e gostou de meu trabalho, tendo inclusive me acompanhado durante o processo de pesquisas na graduação, e achou válido retornarmos o tema dos caiçaras, sobre o qual eu ainda tinha tantos dados inéditos coletados, pois seria mesmo um imenso desperdício deixá-los esquecidos em uma gaveta.

Hoje entendo que o meu ponto de indagação inicial sobre os eventuais prejuízos à cultura estava equivocado. Propriamente, deveria ter me perguntado “o que se entende por prejudicar?”, ao invés de “o que se entende por cultura?”. Mas todos esses percalços foram bastante emblemáticos, pois me mostraram como e quanto uma discussão teórica pode realmente acabar nos afastando do “objeto dotado de cultura”.

Vivendo em uma Unidade de Conservação (UC)

No ano de 2007 fiz uma viagem pelo Parque Nacional (PARNA) de Superagüi-PR. Região composta por diversas ilhas cuja ocupação inicial era de índios de diversas etnias como Carijós e Tupiniquins, a maioria dizimados no período da colonização portuguesa. O PARNA foi criado em 1989, e desde a demarcação de 1999 a sua área aumentou para 34.000 ha, passando a incluir a Ilha de Superagüi, a Ilha das Peças, a Ilha do Pinheiro e a Ilha do Pinheirinho, entre outras, além do vale do Rio dos Patos. Nesses locais havia habitantes que, sem receber qualquer indenização pelas suas terras, foram obrigados a migrar para fora da área do parque. Entretanto, de acordo com a legislação, mesmo fora da área do parque, dentro de certo perímetro⁴, estes ainda devem obedecer às regras e leis definidas para a unidade de

³ Serei sempre muito grata pelo seu incentivo, força, acolhimento e compreensão.

⁴ Não me ateei a discutir aqui formalmente a legislação dessa região por não caber tão diretamente ao tema desse trabalho.

conservação. Assim, essas populações já não podem mais caçar, nem fazer roças ou qualquer tipo de extração na mata.

Ainda assim, muitos dos lugares que passaram a ocupar são um tanto inóspitos, como áreas de mangue com difícil acesso físico e lugares em onde há dificuldade para encontrar água potável, o que torna quase inviável a obtenção de renda alternativa até com o turismo⁵. Muitos sobrevivem da pesca e recebem algum dinheiro com extração de mariscos, mas como a maioria passou a ter essa como única fonte de renda, já se percebe uma enorme escassez desses mariscos.

Renato Caiçara, um morador de grande inteligência e sabedoria, apesar de ter estudado somente até o nível fundamental, é conhecido nos meios acadêmicos por ministrar cursos e palestras em diversas instituições. Ele chama a atenção para o sofrimento de seus conterrâneos, vivendo sob as leis ambientais de uma Unidade de Conservação (UC), que limita a manutenção de seus costumes tradicionais, de interdependência do meio ambiente. Anualmente, Renato organiza uma viagem na qual reúne pesquisadores das mais diversas áreas para que conheçam a região, interagindo com os moradores e entrando em contato com a realidade em que vivem, afim de que eventualmente se cogite um modo de melhorar a situação dessas populações.

Particpei de uma dessas expedições. Viajamos visitando ilha a ilha, vila a vila remando nas famosas canoas caiçaras feitas de um só tronco de árvore, nas condições mais simples possíveis, sem GPS ou outros equipamentos. Nas canoas levávamos algumas doações arrecadadas ao longo do ano, como roupas, livros, cadernos e brinquedos. Em meio aos mangues, podíamos encontrar gigantescos sambaquis, e ainda ruínas da colonização portuguesa, degradadas pelo mar.

Às vezes remávamos dias inteiros de uma comunidade a outra, e chegávamos exaustos, famintos e com frio. Esforços recompensados pela hospitalidade com que sempre

⁵ Nessa viagem estava uma integrante da ONG bagagem (<http://www.projetobagagem.org>) que estudava a possibilidade de fazer um roteiro de turismo de aventura em alguns dos lugares visitados.

éramos recebidos por esses moradores, que nos abriam suas casas e dividiam conosco o pouco que tinham, nem que fosse o calor de seu fogão à lenha.

Um detalhe interessante da ocupação desta região é que a população de determinadas comunidades visitadas tinham características fenotípicas bem distintas. Enquanto em uma possuíam traços predominantemente europeus, com cor de pele e olhos claros⁶, em outra a maioria demonstrava traços indígenas, enquanto em outra já se observava uma mistura mais ligada aos caboclos. Mas não vou me alongar aqui no estudo dessas comunidades, embora também mereçam atenção dos estudiosos, nas mais diversas áreas.

A primeira expedição durou dezesseis dias. Depois passei pouco mais de um mês em outra das ilhas do parque, a Ilha das Peças, aprendendo a conhecer uma população resultante da miscigenação de negros, índios e colonos que passou por um longo período de isolamento, preservando traços culturais há muito esquecidos pela nossa sociedade.

Apesar de estar no Paraná, foi interessante observar diversas características muito parecidas com as que eu havia conhecido no Sono ou mesmo em Ubatuba. Como algumas expressões linguísticas utilizadas frequentemente, o roçado de certos alimentos fundamentais como o cultivo e consumo da mandioca, a prevalência comum de diversos utensílios e materiais, a centralidade do ambiente da cozinha em seu cotidiano, o fumo de palha. E até algumas atitudes e posturas, certos jeitos de andar e sentar, a forma meio tímida e reservada de se relacionar, além das “historias de pescadores” com relatos e descrições de feitos e fenômenos, míticos ou históricos, cujas cosmogonias guardavam tantos paralelos.

Após ter convindo tão integralmente e até visceralmente nessa realidade, me deixei dominar pelo desânimo para com a Academia. Já havia dedicado alguns anos a pensar sobre essas populações que vivem em Unidades de Conservação, e sentia que o meu trabalho estava algo fechado demais, que não poderia de fato chegar a ajudar em nada a melhorar a realidade daquelas pessoas, às quais eu já havia me afeiçoado tanto.

⁶ No período de 1851 após a colonização açoriana a região sofreu a colonização Suíça também.

E ainda mais. Não tive como não comparar a realidade desses caiçaras a dos moradores do Sono, que reclamavam do isolamento em que viviam, da falta de energia elétrica e escola. Nessa comparação, inclusive levando em conta aspectos sanitários e ainda de saúde⁷, julgava que os moradores do Sono viviam em ótimas condições, bem assistidos em aspectos de necessidade mais básicos. Pois ainda tinham o auxílio de projetos de diversas ONGs nacionais e internacionais, e de órgãos ambientais que atuam na região. Sem esquecer, principalmente, da renda que obtinham com o turismo. E aí se deu o meu estalo... a renda do turismo. Talvez o turismo não fosse assim de todo ruim, como eu chegara a enfatizar em textos anteriores. Vamos ao trabalho.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte do estudo de caso de uma comunidade moradora na Praia do Sono, localizada em Parati, município do Rio de Janeiro. Provém de pesquisas em campo realizadas entre os anos de 2004 e 2006. Baseia-se em entrevistas gravadas, feitas com os órgãos e instituições que manejam a região, em fevereiro de 2006, e com a própria comunidade, em julho de 2006, durante a graduação em Ciências Sociais, que culminaram na monografia de conclusão de curso.

Na referida monografia, realizamos um levantamento etnográfico da realidade da comunidade da Praia do Sono, objetivando retratar os mais variados aspectos de interação local, como o problema da posse das terras, a relação com as Unidades de Conservação (UCs) que manejam a região, com os condomínios e empreendimentos imobiliários; além de tentar dar conta de responder a questão sobre a relação dos moradores com o turismo. Coube também uma análise crítica do plano de manejo elaborada para a região, que aconteceu em

⁷ Como a maioria das comunidades do PARNA não têm acesso aos serviços básicos de saúde, observamos problemas de saúde como alta incidência de verminoses. Um fator bem marcante foi perceber que desde jovens até mais velhos eram desdentados e banguelas.

parcerias com a ONG Fundação SOS Mata atlântica, a Associação Cairuçu e a prefeitura. Bem como discorria sobre o cotidiano e a forma de vida desses moradores.

Tratou-se de um trabalho extenso, em que se pretendeu abarcar tantos fatores que alguns acabaram por não receber tanto aprofundamento teórico como seria apropriado. É a partir daí que se desenvolve o tema desta dissertação. Após certo período, desde a conclusão do trabalho de monografia, passamos a considerar que as informações coletadas fossem desenvolvidas a partir de outras perspectivas que, aliadas ao amadurecimento acadêmico, nos permitiram delimitar melhor o tema a ser discutido, explorando com maior profundidade certos aspectos que nos chamaram a atenção ainda no período da monografia.

Vamos conhecer a realidade da comunidade do Sono, que não é uma comunidade isolada, apesar de oferecer algumas dificuldades de acesso; justamente o que proporcionou que suas atividades tradicionais se mantivessem estáveis por um longo período de tempo, ao ponto de haver um imenso contraste em relação à realidade em que se encontra hoje.

Ressaltamos que não estamos fazendo uma especulação romântica, enxergando os moradores como que agredidos pelas influências externas. Entendemos que estas influências acontecem devido às formas de interação e troca culturais, comuns aos seres humanos.

Buscamos relatar essas interações com as novas configurações que foram se inserindo, mas precisamente demonstrando como vem ocorrendo mudanças em seu modo de vida e cultura, em que destacamos alterações que vão desde os hábitos de produção e consumo, passando pelas relações com o meio ambiente, até aspectos mais simbólicos.

Como ressalva, explicamos que não pretendemos nos colocar como um divisor de realidades quando comparamos culturas. Subentendo que tampouco existe uma oposição tão grande as realidades dos moradores do Sono e as novas realidades nas quais vem se inserindo, como se fossem absolutas e separadas.

Não estamos dizendo que cada local representa um mundo e universo cultural em si. São apenas realidades que, em dados momentos, são postas em relações de interação. “Não é

porque se tem algo em comum que se comunica, mas porque, sendo diferente, tem-se interesse em ter uma relação com outra coisa que não nós mesmos.” (CASTRO 2008 p. 93).

Passos Etnográficos

Admito que não foi muito simples a realização das pesquisas em campo, dado os moradores do Sono serem pessoas desconfiadas e inicialmente muito fechadas, devido a situação de opressão que vivenciaram ao longo de suas vidas. Eles se portavam com ressalvas para com as pessoas vindas de fora. Notei que eles também tinham uma forte expectativa com relação às pessoas que realizavam pesquisas na região, pois quando falava de minha pesquisa, diziam que outras pessoas antes já os havia “entrevistado” (termo que utilizavam), sem nada terem trazido de melhoria para eles.

Na maioria das conversas estavam sempre reivindicando melhorias ao Sono, pedindo estradas, reclamando da falta de energia elétrica, da falta de escola e hospital. Eles acreditavam que pessoas como eu poderiam ajudá-los, e eu acreditei nisso também.

Foram poucas as pessoas que entrevistei com o gravador, devido a minha timidez ou falta de preparo inicial, recorrendo muito a anotações em meu diário de campo, no qual, como uma desculpa para mim mesma, cheguei a escrever que não ligava o gravador em respeito a esses moradores. O que me fez perceber que eu mesma estava encarando minha pesquisa com alguma desconfiança.

Durante anos tive a consciência atormentada pela idéia de que este trabalho estaria sendo realizado apenas em benefício próprio, e que eu era somente mais uma das pessoas que exploravam aqueles moradores. Geertz escreveu uma passagem que, quando li, senti que descrevia exatamente às minhas angústias e incertezas com relação à pesquisa.

Não só eles são confrontados por sociedades meio modernas e meio tradicionais, por condições de estarrecedora complexidade ética no trabalho de campo, por uma multiplicidade de abordagens loucamente contrastantes da descrição e da análise, e por objetos que podem falar e falar por si, como são também atormentados por

graves incertezas íntimas, quase equivalentes a uma espécie de hipocondria epistemológica, a respeito de como é possível saber qualquer coisa que se diga sobre outras formas de vida é realmente fato. Essa perda de confiança, assim como a crise da escrita etnográfica que a acompanha, é um fenômeno contemporâneo e se deve a desenvolvimentos contemporâneos. É assim que se colocam as coisas para nós, hoje em dia.” (GEERTZ, 2002 P.98).

Hoje já encaro o significado de meu trabalho de outra forma. Antes de mais nada, considero meu trabalho como uma declaração. Uma declaração que procura dar visibilidade e mostrar a relevância desse local e de seus moradores para outros lugares do mundo.

Atravessei uma trilha, acampeei vários dias na praia, conversei com dezenas de pessoas e li centenas de livros, tudo com o intuito de divulgar e demonstrar àqueles que por ventura se interessem como é a Praia do Sono e seus moradores, como vivem, o que sonham, o que esperam... Consegui assim superar o peso do egoísmo e encontrar validade para este trabalho.

Conversas na soleira

“Informante” é um termo do qual nunca gostei, ou com que nunca me familiarizei. Havia pessoas no Sono com as quais pude conversar mais profundamente, sabendo que podia fazer algumas perguntas que outros não teriam se disposto a responder. Eram aquelas com as quais houve o rompimento do desconforto inicial, daquele estranhamento; essas pessoas abriram para mim as suas vidas, sem receio de falar diante de um gravador. Uma dessas pessoas foi a presidente da associação de moradores, Leila da Conceição, pela qual fiquei fascinada, pela sua garra e comprometimento tão realistas sobre o Sono.

Depois de certo período na Praia do Sono, todos sabiam quem eu era. Sentia seus olhares e percebia que alguns fugiam de mim, temendo que eu pudesse querer “entrevistá-los”.

Apenas perto do fim do trabalho fui dar atenção aos mais jovens. Relacionava-me com eles em um clima mais descontraído, sem a intenção de gravar nossas conversas. Percebi essa

relação que estabeleci com eles quando um dos jovens chegou a me dizer “Ué, mas você só fala com os velhos...”.

Percebi que de alguma forma os estava naturalizando. Eu me relacionava com os mais velhos buscando destacar o exótico e o diferente, o que acredito que foi uma falha em meu trabalho. Mas ao mesmo tempo, foi algo que me demonstrou que os jovens estão em uma realidade muito mais distante do que aquela do antigo caçara. “A famosa absorção antropológica com o exótico (para nós)- (...) é assim praticamente um artifício para deslocar o senso de familiaridade embotador com o qual o mistério da nossa própria habilidade em relacioná-los compreensivelmente uns aos outros se esconde de nós” (GEERTZ, 1978 p.24).

Em campo, acabei dando mais atenção ao que considerava diferente, em busca do que mudou e, assim, entrevistando os mais velhos, acreditei estar resgatando informações sobre as alterações de sua de cultura.

Dinâmica do processo temporal

Se formos contabilizar o tempo da pesquisa para a monografia, no total, esse é um trabalho de sete anos. Achei válido voltar àqueles dados, para explorá-los melhor e sistematizá-los de forma diferente. Assim, pude verificar meu desenvolvimento como pesquisadora, e o meu amadurecimento como antropóloga.

Houve uma mudança de interpretação sobre os dados coletados em campo, o resultado diferindo muito aqui daquele que expus antes na monografia. Acredito que essas variações de interpretação com relação aos mesmos dados demonstram o quanto a observação e descrição cultural pode ser enviesada e pessoal e inclusive possuir uma carga moral.

Vivido isso, entendo melhor quando Clifford (2008, p. 62) diz que textos etnográficos são alegorias, sendo a alegoria uma interpretação que interpreta a si mesma. “A alegoria nos incita a dizer, a respeito de qualquer descrição cultural, não ‘isso representa ou simboliza aquilo’, mas sim ‘essa é uma história (que carrega uma moral) sobre aquilo’.”

Assim vivemos essa dinâmica, movimento de idéias que se configuram no amadurecimento do pesquisador, ao mesmo tempo em que busca retratar o movimento de uma cultura que se dinamiza. O que afinal produz o contexto mais dinâmico de interpretação de uma cultura, refletindo-se no processo de escrita e, como não poderia deixar ser, de leitura.

CAPÍTULO I

VIVENCIANDO AO SONO

1. Localizando a Praia do Sono

A praia do Sono localiza-se no município de Parati, no estado do Rio de Janeiro. Parati faz fronteira com o estado de São Paulo, via cidade de Ubatuba, e situa-se no litoral sul fluminense. Circunscrita por morros e vizinha a belas e paradisíacas praias, possui uma vasta vegetação preservada da Mata Atlântica, com rios e cachoeiras.

Contam que o nome Praia do Sono surgiu pelo fato da praia ser rodeada de altas encostas, como o Pico do Cairuçu, que faz com que lá o sol nasça mais tarde e se ponha mais cedo, proporcionando assim uma noite mais longa aos moradores. Seu Nilo, um antigo morador, conta que esse nome se deu porque os portugueses, depois de desbravar os mares da região, já chegavam ali muito cansados, e por isso o nome.

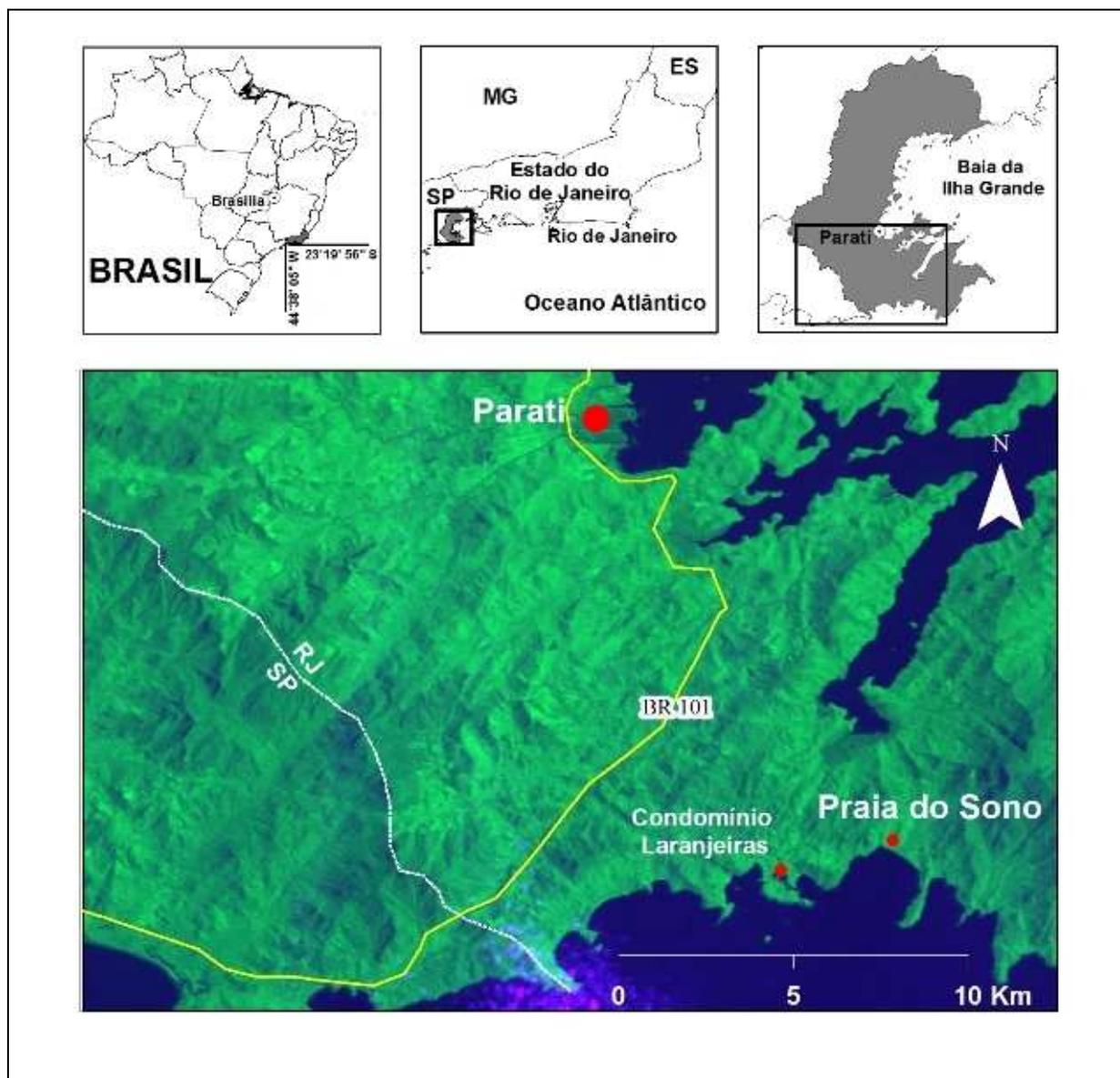


Imagem 1. Localização da área de estudo - Praia do Sono - Parati/RJ⁸

Dada a sua geografia formada por uma encosta rochosa, o acesso ao Sono se dá por uma trilha íngreme e acidentada, em um trajeto de cerca de uma hora de caminhada, já que é impossível o tráfego de qualquer tipo de veículo. O acesso mais utilizado é pelo mar. Contudo, pela sua construção, o condomínio Laranjeiras fechou a principal área de embarque e desembarque marítimo da Praia do Sono e de outras praias da região. O que gerou uma série de desconfortos que iremos pormenorizar mais adiante. Os habitantes do Sono são inventivos,

⁸ Fonte: Alexandre R. Arten

e chegam a usar mulas para carregar algumas compras e malas de turistas, mas mesmo as mulas não conseguem percorrer toda a trilha, dado o seu caráter acidentado.

1.2 Ocupação

Essa distância geográfica proporcionou aos moradores certo isolamento das mudanças dos grandes centros, o que propiciou o desenvolvimento e preservação de traços de uma cultura ligada a um profundo conhecimento e interação com o meio ambiente, vivendo de forma subsistente, voltados à comunidade, que se apóia na troca e em costumes de coletividade. Por essas e outras características, os habitantes do Sono foram reconhecidos pelos pesquisadores como uma população tradicional caiçara.

Conforme relato dos moradores, a ocupação do Sono data de 400 anos, mas não existem pesquisas nem dados que possam comprovar essa afirmação. Sabemos ao certo que, historicamente “As primeiras notícias da ocupação do Litoral Norte paulista e Sul-fluminense datam do século XVI, quando Portugal resolveu colonizar suas terras para garantir a soberania da colônia portuguesa” (IBAMA, p. 13 encarte II 2004).

De acordo com dados do IEF (Instituto Estadual de Florestas), a população da região afirma que por motivos diversos os portugueses erravam o porto de Parati e acabavam indo para as praias da região. Essa ocupação portuguesa na região é bem percebida pela predominância de sobrenomes portugueses como De Castro, Araújo, Dos Santos, dos Anjos, Albino, etc. Atualmente, na Praia do Sono, são três os sobrenomes predominantes - Albino, Conceição e Santos - demonstrando laços familiares estreitos de ocupação. “Hoje em dia você pode pegar qualquer criança, é Conceição Albino ou Albino Conceição, ou Santos, Santos Conceição, só torça a ordem da colocação.” (Leila)⁹

Tendo como referência os dados do Plano de Manejo Cairuçu de 2004, no Sono vivem 54 famílias, totalizando 290 pessoas, números informados também pela associação de

⁹ Leila Conceição presidenta da Associação de moradores do Sono

moradores, em 2006. De acordo com os dados do relatório de atividades da associação Cairucu de 2007¹⁰, o Sono possui 500 habitantes. Ou estes dados estão equivocados, ou está havendo um grande aumento populacional no Sono em um curto espaço de tempo. Ao que se pode inferir, o local voltou a ser atrativo para moradia, levando-nos a concluir então que existam atrativas possibilidades de sobrevivência e geração de rendas no Sono.

Destacamos que em meados da década de 50, viviam no Sono cerca de 1500 pessoas¹¹, e a praia era conhecida no entorno como “lugar de fartura e festança”.

Os antigos caiçaras das diversas comunidades de pescadores de Parati são unânimes em afirmar que o Sono era o lugar mais animado e onde aconteciam as melhores festas da região. ‘Era a praia com mais vida em toda essa costa. Vinha gente de todo o canto festejar com a gente.’ (SIQUEIRA 1984, p 45).

Realidade que logo mudou. Na história do Sono houve alguns acontecimentos que abalaram a ordem e o cotidiano dos moradores, aos quais retrataremos ao longo do trabalho.

1.3 Ouvindo sua história

De acordo com a história oral dos moradores, pudemos identificar alguns marcos que representaram várias mudanças e acarretaram reconfigurações em suas culturas e modos de vida. Os aspectos destacados são três: a chegada de Gilbrail Nubile Tannus, grileiro de terras que causou grande transtorno para a população local; a implementação das Unidades de Conservação (UCs) onde antes era um local de moradia, que passou a regular a forma de relação uso e ocupação dos nativos¹² em suas terras; e finalmente as novas mudanças com o desenvolvimento do turismo.

Pelo que observei, estes acontecimentos estão bem delimitados e identificados em sua história oral, permeando o imaginário de todas as gerações, o que demonstra a tradição de oralidade local, cujos fundamentos se encontram enraizados na vida social dos moradores,

¹⁰ < http://www.cairucu.org/imagens/relatori_2007.pdf > acesso em out 2009

¹¹ Fonte: SIQUEIRA 1984

¹² Utilizo o termo “nativo” para me referir aos que nasceram no Sono, pois assim se denominam seus moradores.

que estão intimamente relacionados com as temáticas mais representativas do seu cotidiano, perdurando até os dias de hoje. E foi confiando nisso que tomei a liberdade de definir esses episódios como marcos históricos para a comunidade.

Em certo momento, achei estranha essa cronologia tão marcada na fala da maioria dos nativos, inclusive nas das novas gerações, mas logo percebi que esses fatores marcaram a comunidade, profundamente. Conforme analisa Meihy (1996), esta relação com o passado representa uma continuidade que marca o presente e o cotidiano destas pessoas.

Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que marca a história viva. A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. (MEIHY, p 15)

Observei que estes momentos, definidos pela comunidade, dizem respeito à luta pela sobrevivência em seu território, e neste sentido o território tem significações muito maiores do que apenas um local de moradia. Os problemas e lutas desta comunidade para conseguir sobreviver em suas terras ainda estão presentes em seu cotidiano, e o medo e a insegurança de um dia ter que sair do Sono persistem. Assunto já bem discutido e pormenorizado na monografia, buscarei retratar apenas resumidamente estes aspectos, para que possamos conhecer melhor a realidade do Sono.

Estes fatores propiciaram a constituição do senso de identidade da comunidade do Sono. Ou seja, as relações ali estabelecidas determinaram nesses moradores suas constituições identitárias. Eles se identificam com aspectos que lhes são próprios, e se vêem diferentes de outras configurações que observam chegar ao seu meio. De qualquer forma, sendo a identidade dinâmica, há a assimilação de variados fatores externos que passam a ser constitutivos de sua identidade, como, por exemplo, ao se reconhecer ou não como caiçara, já que os mais antigos se referem a si próprios como “nativos”, ou ainda, “da roça”.

1.4 O valor da terra

O primeiro momento que demarcamos foi a chegada de um grileiro, em 1950; Gilbrail Nubile Tannus, que comprou o título de terras de uma fazenda vizinha ao Sono e quis estender seu domínio por toda a região, como às praias Antigos, Antiguinhos e Ponta Negra.

A paz dos moradores do Sono, “todos criados no dentro do Evangelho, acabou em 1950, quando Gilbrail comprou os títulos da fazenda Santa Maria, vizinha a esta praia. Logo no começo, Gilbrail tentou estender seus domínios além dos limites da fazenda, mas foi a partir de 64 que a opressão e intimidação sobre os caiçaras se intensificou. (SIQUEIRA, 1984 P. 46)

Contam que, no princípio, Gilbrail e sua esposa atuavam como amigos de todos, buscando uma aproximação através de auxílio, na forma de roupas e remédios, e de presentes, como doces para as crianças. E, ao que consta, acabaram por ludibriá-los, conseguindo fazê-los assinar, sem saber – por muitos deles serem analfabetos, à época - documentos transferindo a terras para o seu nome.

Já em um segundo momento, passou atuar com opressão e violência. As histórias da atuação do Sr. Gilbrail são muitas, incluindo desde o uso de capangas, que agiam com brutalidade atemorizando os moradores, até a ocupação das terras por bois trazidos por ele para que estragassem as roças. Agindo assim, conseguia afetar de diversas formas a tranquilidade dos moradores, levando muitas famílias a desistir de morar no Sono.

Veio um camarada chamado Gilbrail, dizendo que comprou aqui e lá Santa Maria, então nessa época ele começou a parar com este negócio de vendagem¹³ aqui, ele até podia ele deixa, mas ele queria a terra dele, ele queria tudo pra ele. Então ele mudou os esquema trazendo boi, os boi derruba os bananal, e foi fazendo assim o até que pessoal assim foi achando muito ruim, quis se mudá e até mudô. (Jó¹⁴)

Em relato de um membro da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro feito em 1982, podemos ter um vislumbre da violência com que atuava esse grileiro: “De todas as

¹³ Sobre a tentativa dos nativos produzirem roçados de bananas para vender

¹⁴ Seu João Antonio, 65 anos nativo morador do Sono.

comunidades existentes no município de Parati, a do Sono foi, sem dúvida, a mais oprimida e atemorizada”. (*apud* SIQUEIRA, 1984, p. 47) Conforme declara o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parati, em relatório enviado ao então presidente João Baptista de Figueiredo, em 1982, “Os moradores do Sono evitam dar qualquer afirmação, fugindo do contato com pessoas estranhas, sendo visível a incerteza, o desânimo e a pobreza aí existente” (JAIR SILVA, *apud* SIQUEIRA, 1984, p. 47).

Na época da pesquisa de Siqueira, que estudava a região em 1983, auge do conflito com Gilbrail, havia no Sono 36 famílias, com um total de 200 pessoas, em 23 casas. Um morador afirma que, no fim, Gilbrail “deixou 13 famílias que não teve como tirar. Agora já tem muita gente, muitos voltaram.” (Tinica¹⁵).

Conforme dados publicados pelo site da Associação Cairucu, ONG que atua na região, e será detalhada mais a frente:

Com a abertura da estrada Rio-Santos, na década de 70, um grande especulador de terras comprou e indenizou 213 famílias, ficando apenas dezessete delas, que lutaram bravamente pela posse de suas terras. Os sobrenomes dessas famílias são Castro, Santos e Araújo; todos descendentes de famílias portuguesas que aportaram na região^{16, 17}.

De diversas maneiras os moradores tentaram reaver as suas terras e pôr fim às constantes agressões de Gilbrail, que atuava inclusive com ajuda policial. Buscaram ajuda jurídica, apoio de instituições, e tentaram chamar a atenção para o que ocorria em sua região realizando inclusive uma manifestação pública.

É por tudo isso que os moradores do Sono fizeram passeata no começo de 83, pelas ruas de Parati, chamando a atenção da população urbana para os problemas que vivem. Nos cartazes que levavam liam-se dizeres pedindo “terra para os que nela trabalham”¹⁸. Embalando sua lenta trajetória, hinos da igreja Brasil para Cristo. Num deles, os crentes, homens e mulheres tão

¹⁵ Doracilde de Araújo, 66 anos nativo morador do Sono.

¹⁶ Dados diferentes dos coletados em pesquisa: Não se tem relatos sobre indenizações realizadas pela família Tannus, nem compra específicas de terra dos moradores. E de acordo com a maioria das pesquisas o possesiro de terra chegou na década de 50 no sono.

¹⁷ < <http://www.cairucu.org/comunid.php?com=7>> acesso em out 2009

¹⁸ Frase já proclama pelo Mexicano Emiliano Zapata em 1930.

sofridos da praia do Sono, pediam “um Brasil com mais Justiça que caminha em direção a Deus” (SIQUEIRA, 1984, p. 49)

O fator que pôs fim às investidas físicas desse grileiro foi um acontecimento que ainda é relatado com muito gosto pelos moradores do Sono. Um jovem que conheci, chamado Ismael Mailtom, conhecido como Zião, na época com 20 anos, me contava as histórias de Gilbrail como se tivesse realmente vivido os momentos, demonstrando que já tinha ouvido esta história muitas e muitas vezes. Afirmou-me que este homem “era tão danado que fazia as coisas por pura maldade”. Contou-me que os moradores tinham um campo de futebol muito bonito e bem conservado e que “vinha gente de tudo quanto é lugar para jogar bola”, quando certo dia, em meio ao um período de campeonatos, “o Gilbrail mandou jogar um monte de bagaço de cana no campo”, destruindo-o. O que foi a gota d’água para os moradores cansados de tanta opressão e humilhação. Em conseqüência, vários moradores surraram o Gilbrail na praia, sendo que “até as crianças bateram nele, as mulheres vieram com urtiga e tudo” e assim ele nunca mais apareceu no Sono.

Esta ação, apesar de pôr fim às constantes pressões de Gilbrail, não regularizou a questão fundiária dos caiçaras que foram enganados, sendo que os títulos de terra ainda estão no domínio da família de Tannus. O que causa aos moradores uma visível angústia e incerteza por não possuírem legalmente a posse de suas terras.

Porém, pode-se dizer que estes acontecimentos, apesar de prejudicar a comunidade, fizeram com que os moradores se organizassem, preparando-se para lidar com os mais diversos problemas que foram ocorrendo nos períodos subsequentes.

1.5 Unidades de Conservação sobrepostas

O segundo momento que destacamos, foi o de implementação das Unidades de Conservação (UCs), na região. Na pesquisa de monografia trabalhamos mais especificamente com estes aspectos, realizando coletas e entrevistas com diretores e funcionários desses órgãos. Aqui vamos colocar algumas conclusões da pesquisa.

Unidades de Conservação são áreas que por estarem preservadas, passaram a receber uma legislação que ordena o uso e ocupação do solo. São áreas protegidas com a finalidade de manutenção dos ecossistemas naturais restantes para cumprir funções ecológicas, científicas, econômicas, sociais e políticas. Estas áreas podem ser definidas como Parques de Proteção Ambiental, Áreas de Preservação Ambiental, Reservas Ecológicas, Reservas Biológicas, Reservas Extrativistas, etc., possuindo variadas formas de gestão e conservação, de acordo com as diferentes categorias de manejo e seus objetivos específicos, definidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).¹⁹

Na área do Sono, existem duas UCs sobrepostas com delimitações de manejo e legalidades diferentes, o que causa confusões tanto para os moradores como entre os administradores.

Em âmbito federal está a Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu²⁰, que abrange uma área continental de 33.800 hectares, em um total de 62 ilhas. Foi instituída em 1983, sob jurisdição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). E em âmbito estadual, a Reserva Ecológica Juatinga (REJ), criada em 1992, sob a jurisdição do Instituto Estadual de Florestas (IEF) do Rio de Janeiro, possui uma área de 8.000 ha, sendo que seus limites se sobrepõem à área da APA Cairuçu.

A população enfrenta uma série de confusões e desconfortos por estarem em uma região em que se sobrepõem legalidades diferentes, sendo as leis da REJ mais restritivas que as da APA. De acordo com João Oliveira²¹, administrador da REJ, “a APA é uma unidade menos restritiva do que a Reserva, e a Reserva está toda inserida dentro da APA. Então, na área da reserva prevalece a lei da Reserva, que é mais restritiva. Sempre, em [se tratando do]

¹⁹ Lei Nº 9.985 que sancionou o SNUC, entre outras delimitações, unificou o arcabouço jurídico referentes a UCs anteriormente disperso em várias outras leis, e ainda dividiu as modalidades de áreas protegidas em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (FERREIRA, 2004)

²⁰ Essa área é coberta por remanescentes de Mata Atlântica, a unidade ainda recebe a proteção concedida pela Constituição Federal de 1988, artigo 225, §4º, que considera tal vegetação como patrimônio nacional, recebendo especial proteção através do Decreto Federal nº 750, de 10 de fevereiro de 1993, é declarada como Reserva da Biosfera – RBMA em 1991 pela UNESCO, título homologado em 08 de outubro de 1992 e tombada pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, através do edital de 04 de março de 1991.

²¹ João Fernandes de Oliveira, administrador da REJ, desde 2000.

meio ambiente é a [lei] mais restritiva” (Oliveira, grifo nosso). Já para o Júlio²², administrador da APA, não é tão simples assim:

O que a gente tenta, antes de mais nada, é aplicar a legislação federal. A legislação estadual que estiver de acordo com a federal até podemos utilizar. Mas o que estiver conflitante não há como, pois não há respaldo de ação federal. Eu não posso aplicar muitas vezes uma lei federal (sic) ou até municipal que entre em colisão com a lei federal. Que a própria constituição aborda isso, sobre o aspecto hierárquico da legislação, o que realmente vai prevalecer é a lei federal, a legislação estadual e municipal ela pode até ser mais restritiva, mas não pode ser conflitante, ela não poder ser antagônica, ela não se sobrepõe, não tem como. (Júlio)

E este conflito permanece parecendo sem resolução de qual lei deve ser obedecida, ou em muitos casos, desobedecida. Assim também a relação das instituições que manejam o local com os moradores do Sono é conflituosa, e a população acredita que estas instituições atrapalham no desenvolvimento de seu modo de vida.

Antigamente não existia este negócio de “IBAMBA²³”, não. Este negócio de não deixar derrubar madeira não existia, isso não. Antigamente, qualquer pessoa derrubava, tirava uma canoa, tirava um pilão, qualquer uma coisa, assim, tirava. Não tinha este negócio não. Este negócio foi só de uns tempos pra cá, que veio estas coisas. (D. Filhinha)²⁴.

Constatamos em pesquisa, que apesar das ferramentas legais em âmbito federal e estadual direcionadas para a regulamentação do uso das UCs e das diversas parcerias com a sociedade civil, não existe ainda uma linha de atuação efetiva para a conservação ambiental e social locais. O problema destes órgãos está na forma como estruturam suas ações: distantes da comunidade, e sempre de forma repressiva e punitiva. Seriam necessários mais fiscais, que ficassem constantemente no local, o que é inviável dada a parca estrutura que possuem.

Ainda podemos dizer que as diferentes filosofias das duas UCs acabam se chocando e até travancando uma série de processos. Não existe uma relação construtiva entre os órgãos e

²² Infelizmente perdi os dados em que consta seu sobrenome

²³ Os moradores ainda não diferenciam um órgão do outro, e não sabemos ao certo a qual estão se referindo quando dirigem suas reclamações.

²⁴ Dona Filhinha Albino, 72 anos nativa do Sono

a comunidade, fundamental para uma gestão eficiente e coerente em sua proposta, que seria a de preservar a cultura caiçara e o meio ambiente.

1.6 Descoberto o turismo

O terceiro momento foi a chegada e o desenvolvimento do turismo no Sono. Em meados do ano de 1992 começaram a aparecer os primeiros turistas caracterizados como aventureiros que conheceram o local e sua diversidade, passando a divulgá-lo. E hoje o número de visitas é enorme. Pesquisas indicam²⁵ que cerca de três mil pessoas circulem pela praia do Sono em cada feriado, já sendo por isso o local considerado de turismo de massa, o que traz inúmeras consequências que serão discutidas no desenvolvimento deste trabalho.

De acordo com dados do Plano de Manejo, a renda principal desses moradores provém de atividades tradicionais da cultura caiçara, como a pesca embarcada e artesanal, e da produção de produtos artesanais. Especificamente no encarte II, “Caracterização Sócio-econômica”, existe a informação de que somente três pessoas trabalham com o turismo.

Um dado obviamente problemático, já que em uma pesquisa foi constatado que existem mais de vinte quiosques na orla da praia, geridos pelos moradores. Segundo esses moradores informam, a grande maioria têm pelo menos alguma parte de sua renda ligada ao turismo. A renda, apesar de sazonal, tem feito com que ano a ano os moradores dediquem-se a esta atividade, em detrimento das mais tradicionais.

Estes aspectos têm trazido novas perspectivas e um reposicionamento da população, que reconfigurou o seu cotidiano e modo de vida, acarretando mudanças de hábitos e costumes, o que já influencia as novas gerações. Questões que serão aprofundadas no decorrer do trabalho.

²⁵ Dados: “Plano de manejo APA Cairuçu”, pág. 40 encarte II, 2004.

1.7 Controle de fora

Cabe salientarmos um grande problema que incomoda e realmente atrapalha a vida dos moradores do Sono. É o Condomínio Laranjeiras.

O Condomínio Laranjeiras é considerado uns dos mais luxuosos e sofisticados condomínios do mundo. Possui área total de 1.131,44 hectares. Dentro dessa área há várias cachoeiras e quatro praias privadas: Vermelha, Laranjeiras, Sobrado e Fazenda. Praias interditas ao público em geral. Suas dependências contam ainda com clubes, marinas e heliportos, além de um campo de golfe.

Sua administração controla a entrada de todas as pessoas e carros, que chegam por meio de duas guaritas privadas em uma estrada pública. “O caixara prá passar tem que se identificar prá entrar na praia que era deles. Eles revistam, tem detector de metal, os guardas do condomínio são treinados no Irã.” (Leila).

Controlam também a única área de embarque e desembarque dos moradores da região, causando uma série de restrições no ir e vir desses moradores. Inclusive dificultam o embarque de materiais para o Sono. O condomínio disponibiliza uma Kombi para os que chegam de barco, pois estes não podem passar livremente pela área. “E a pé nós não pode passá, a pé lá não. Gente rica, né ?” (Dona Filhinha).

Chegam também a proibir, em certas épocas, que turistas desçam para as praias locais. “Aí vem na portaria de Laranjeiras e fala: - Você vai pra onde? - Vou pro Sono. - Não, não cabe mais, o Sono tá lotado. Mentira!” (Almerindo)²⁶. Este problema com o condomínio é antigo, sendo notável na fala dos moradores a angústia que causam com esse desrespeito.

Frequentemente seus moradores têm denunciado os abusos da administração do condomínio, que são relatados em reportagens na internet, em *blogs* e *sites*, por vários jornalistas e turistas que visitam o local e ficam perplexos com a autoridade e controle que esse empreendimento exerce sobre várias praias da região.

²⁶ Almerindo Albino, um dos 13 filhos de D. Filhinha e Seu Nilo

Para pegar o ônibus (na BR -101), não podemos passar a pé, às vezes, ficamos horas mofando, esperando a Kombi", conta a líder comunitária Leila Conceição. "Eles criam um monte de restrições. Turista não pode passar. Também não deixam passar carro de gelo para o pescado. No verão, jogamos muitos peixes fora. Barco não pode descarregar... Muitos pescadores têm até vendido seus barcos.²⁷

Cansados disso, juntos a outras comunidades que também são afetadas pelo condomínio, realizaram uma manifestação e encaminharam uma queixa ao Ministério Público Federal. "Em representação encaminhada ao Ministério Público Federal, a Associação de Moradores da Praia do Sono relata que, além do material de construção, está proibida a passagem com compras durante os finais de semana e feriados, além do acesso às quatro praias do condomínio."²⁸

Os moradores chegaram a ter visibilidade, mas não o apoio da prefeitura. De acordo com informações colhidas de reportagens, estes contataram a prefeitura de Parati e não tiveram resposta. Pelo que se constata, esses problemas estão longe de serem resolvidos.

"Aquela estrada de acesso à Laranjeiras é uma estrada municipal e simplesmente você tem uma guarita privada, que realmente o objetivo dela é filtrar quem está transitando. Isso não poderia acontecer, mas aí você tem um problema. A alegação deles que ali tem moradores com poder aquisitivo extremamente alto, isso é um fato incontestável, e precisariam de segurança. Nós teríamos que buscar um meio termo; é extremamente complicado."
(Júlio)

Ao mesmo tempo em que existe este controle por parte do condomínio, este mantém e financia uma ONG, a Associação Cairuçu, que de algum modo tenta atuar junto aos órgãos ambientais, porém o que se alega é que no fim ela atende a interesses próprios.

"Ali tem a associação Cairuçu, que tem origem do condomínio, então você deve ter influência de valores que a gente não consegue identificar, a gente se propõe muitas vezes trabalhar em conjunto sim. É por isso que muitas vezes também existem conflitos de você fazer o que rege a lei e muitas vezes

²⁷ < <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/07/26/ult5772u4768.jhtm> > acesso ago 2009

²⁸ <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=908899&tit=Vizinhos-de-condominio-de-luxo-em-Paraty-se-sentem-ameacados> > acesso ago 2009

alguma demanda provocada pelo condomínio Laranjeiras que não atende obrigatoriamente a todos os interessados na região da APA.” (Júlio)

Acompanhei de perto alguns trabalhos que esta ONG realiza e notei que ela tem bastante atuação junto às comunidades, promovendo cursos e eventos diversos. Só não sei, contudo, o quanto isso é realmente interessante e significativo para essas comunidades.

A gente sabe que a associação Cairuçu é do Condomínio Laranjeiras. Faz um bom trabalho faz, faz um monte de coisas interessantes, mas tem dono. Esse dono tem seus objetivos, então não é aquela ONG sem fins lucrativos, mas é do Condomínio Laranjeiras. (França²⁹)

Outro patrocínio do condomínio foi o financiamento do Plano de Manejo APA CAIRUÇU³⁰, que tinha como propósito regulamentar as funções dentro da APA.

Em dezembro de 1998, a Fundação SOS Mata Atlântica e o IBAMA assinaram um Termo de Cooperação Técnica, com o objetivo da elaboração e implementação do Plano de Manejo da APA CAIRUÇU. Em abril de 1999 foram formalizadas parcerias com o Instituto Estadual de Florestas-IEF e a Prefeitura Municipal de Parati, com o objetivo de integrar neste plano a Reserva Ecológica da Juatinga-REJ e o poder público local. Os recursos para a elaboração deste trabalho foram obtidos principalmente em função de convênio entre a Fundação SOS Mata Atlântica e o condomínio Laranjeiras, localizado no interior da APA, com o apoio da ONG Harmonia Global (IBAMA, 2004 p. 6)

A forma de constituição do plano foi criticada por diversos pesquisadores³¹, sofrendo uma rígida vistoria por parte do gerente da APA, o que conseqüentemente causou certa demora em sua conclusão, já que só foi efetivamente publicado em 2006.³² E a primeira crítica feita ao plano, tanto por parte de pesquisadores como pelos moradores, foi sobre o financiamento para a elaboração do plano ter sido feito pelo Condomínio Laranjeiras.

O Condomínio financiou parte da elaboração do Plano, nos seus mais de 500 mil reais anunciados logo no início, e o tempo previsto para a entrega era de

²⁹ Ney Pinto França, gerente da APA Cairuçu desde 1994.

³⁰ Analisei integralmente esse plano que contém 4 encartes. Fiz várias críticas a ele na monografia, contem dados incorretos e muitas informações imprecisas.

³¹ CAVALIERI, 2003

³² O plano, por mim estudado, que consegui por meio de empréstimo diretamente com a SOS Mata Atlântica, consta de publicação de 2004, utilizarei esta dada para referências aqui.

2 anos. Alguns moradores, cidadãos paratienses, pesquisadores, pessoas de outras ONGS, questionaram qual seria o verdadeiro interesse do Laranjeiras. (CAVALIERI, 2003, p. 151)

Porém, de acordo com Ney França, gerente da APA, o financiamento do condomínio para o plano era praticamente um dever que tinha para com Parati:

O Condomínio Laranjeiras impactou muito o município, tem um débito para com ele enorme. Dizer que ele doou é como se ele tivesse fazendo algum favor, ele não está fazendo favor nenhum. Ele ajudou o município no qual ele impactou, fechou praias, isolou três praias, criou marinas... (França)

Permanece a dúvida sobre as reais intenções e interesses desse condomínio sobre a região, já que alegam que os seus nativos incomodam os condôminos ao fazerem suas reivindicações, atrapalhando seu livre lazer, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, recebem financiamentos e assistências por meio da ONG Associação Cairuçu.

1.8 Parati histórica

Conhecermos um pouco da história da cidade que abriga nosso local de estudo ajuda também a entendermos as influências no Sono. A cidade de Parati conserva as características próprias de um passado de opulência, e em seu histórico estão períodos de ascensão econômica, decadência e esquecimento.

O seu desenvolvimento acompanha alguns dos principais ciclos econômicos do Brasil Colônia, com o ouro, os escravos, a cana-de-açúcar e depois o café, cultura desenvolvida já no Império. “Seus casarões testemunham o fausto que se estende do século XIX, através da economia do ouro, cana e café.” (SIQUEIRA, 1984, p. 15)

Contudo, no final do século XIX Parati sofreu com um grande isolamento quando deixou de ser uma cidade portuária por conta da abertura do porto em Santos. “...restaram, no

final do século XIX, apenas 600 velhos, mulheres e crianças, isolando Paraty definitivamente do país por décadas”³³

Foi só na década de setenta do século XX, com a abertura da rodovia Rio-Santos, que Parati voltou a florescer com uma nova atividade econômica, o turismo. Aproveitando-se do potencial da cidade, que além da natureza deslumbrante do seu entorno, com 65 ilhas e mais de 300 praias, possui também antigos casarões, ruas de pedra, e toda a arquitetura que reflete o seu passado áureo.

Com a abertura da BR-101 (Rio-Santos), em 1974, Paraty sofre um verdadeiro choque cultural. Como nas fases anteriores de “ocupação”, no ouro ou no café um novo ciclo veio dominar e explorar a cidade: o turismo, principal atividade econômica até nossos dias, desta vez potencializada pelo conjunto paisagístico/arquitetônico, ilhas e praias da região. (IBAMA, 2004 p. 29 encarte II)

Esse cenário que compõe Parati ganhou notoriedade internacional. A decadência do turismo no Rio de Janeiro ajudou no desenvolvimento deste potencial turístico internacional. A capital do Rio de Janeiro, considerada o cartão postal Brasileiro, passou por períodos de deméritos a partir de 1990, causados pelas constantes notícias internacionais sobre o aumento da criminalidade e problemas sociais, acarretando a queda do turismo internacional, o que causou prejuízos de US\$ 350 milhões por ano³⁴. Após a implementação de programas e investimentos publicitários milionários, o turismo internacional voltou a florescer no Brasil, especialmente no estado, com a particularidade da busca de lugares mais calmos e distantes da capital, como Parati.

Além dessa população que se manteve no centro, havia as populações que viviam nas praias e encostas de Parati. São as comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras. Estas comunidades não sofreram tão prontamente com as mudanças decorrentes da construção da

³³ <www.paraty.tur.br/indios.asp> acesso em: 20 de ago. 2006

³⁴ Fonte: Trigo, 2001.

Rio-Santos, e se mantiveram por muito tempo mais isoladas, vivendo de forma subsistente e integrada com a natureza, preservando sua cultura e costumes. Mas hoje seus locais de moradia também já são alvo de investidas turísticas.

CAPÍTULO 2

BAGAGEM AO SONO

2. Suporte teórico

Começaremos este trabalho desenvolvendo alguns pressupostos teóricos importantes para apoiar o entendimento das análises e comentários feitos aqui.

Nossas considerações estão de acordo com a definição de cultura proposta por Marshall Sahlins em *O 'Pessimismo Sentimental'* (1997, p.41). Para o autor, cultura seria a capacidade humana de "... ordenação (e desordenação) do mundo em termos simbólicos". A noção de símbolo com a qual Sahlins (2004, p. 13) trabalha baseia-se na definição de Leslie White, de que "o símbolo é a origem e a base do comportamento humano". Mas no prefácio de seu livro *Cultura na Prática* (2004, p.14), Sahlins faz algumas ressalvas quanto à visão de Leslie White, para o qual "a simbolicidade englobava a determinação tecnológica do simbólico". Leslie White empenhou-se em "... aliar uma visão da cultura como sistema simbólico a uma teoria de determinismo tecnológico." (KUPER, 2002 p. 214).

Para Sahlins (2004), cada tipo de sociedade é definido por uma fonte privilegiada de simbolismo. Determina um sentido histórico a construção de símbolos que estão em permanentes processos de mudanças dada as ações dos indivíduos. As pessoas "vivem no mundo por meio de signos e, na ação, relacionam o sentido conceitual aos objetos de sua existência." (p. 311)

Em *Ilhas de História* (2003b), tece considerações em que a "cultura é historicamente reproduzida na ação" (p.7), considerando os homens "agentes de sua própria história". As mudanças culturais no Sono, ordenadas por meio das ações e escolhas desses indivíduos, demonstram que o passado de aspectos mais tradicionais vem se relacionando com as novas conformações e ações simbólicas que estes indivíduos desenvolvem no interior de sua sociedade. "A cultura funciona como uma síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia" (p. 180).

Assim, nesta análise do Sono, buscamos superar uma noção constantemente presente nas análises sobre os “impactos do turismo”, o mito do bom caiçara passivo diante das mudanças. Demonstramos um processo mais dinâmico dos acontecimentos, que tem um significado maior determinados pelas ações dos moradores.

2.2 Turismo e relações de consumo

Buscamos relatar as relações entre a realidade dos habitantes da comunidade do Sono, com a realidade dos que vêm de fora, e como esta interação transforma o cotidiano e a cultura locais. Referindo o contraste entre as pessoas de fora, identificadas sobre a condição de consumidores, - entendendo o consumo como atos simbólicos que permeiam as relações sociais - e os habitantes da Praia do Sono, que se configuram como novos comerciantes e, ao mesmo tempo, novos consumidores.

Procuramos nesta primeira parte demonstrar como o turismo tem se desenvolvido, destacando o seu enorme potencial que tem chamado a atenção de diversos setores da sociedade em seus mais amplos aspectos. Destacamos os discursos do Governo Federal, que planeja sistematizar melhor esta atividade, investindo tanto no sentido estrutural como intelectual, propondo viabilizar no turismo um grande campo potencial para o desenvolvimento social, com vistas à erradicação da pobreza, inclusão social e geração de divisas para o país.

Verificamos também setores da sociedade que buscam explorar comercialmente esta atividade, o que poderia gerar sérios confrontos se não forem levados em conta alguns entendimentos de ordem cultural.

Buscamos tornar evidente o quão frágeis podem ser as bases sobre as quais vêm sendo construídas essas relações que, seguindo apenas aos ditames do mercado, não se importam em soterrar o que não lhes interessa, já que o turismo, assim como o próprio capitalismo, tem a capacidade de se erguer e reerguer em detrimento do local.

Dito isso, pudemos destacar que na praia do Sono ocorre um turismo sem planejamento social. As especificidades do local – como é o caso de diversas comunidades – não são consideradas pelos pacotes turísticos, nem recebem qualquer atenção do Governo.

Muitas das pessoas que visitam o Sono estão inseridas na realidade que iremos destacar nessa primeira parte do trabalho. Influenciadas por uma publicidade inconseqüente, promovida pelo turismo de massa, já estando inclusive muitas vezes acostumadas a outro tipo de viagem, com roteiros mais planejados e padronizados, esse perfil de pessoas acabam indo ao Sono com uma perspectiva equivocada sobre o que é de fato. Buscam ter contempladas necessidades e expectativas individuais de uma sociedade que comercializa o turismo desta forma.

Tomamos também como reflexão as relações simbólicas do consumo. Entendemos que o consumo permite delimitar e estabelecer identidades, formando grupos que se relacionam a partir de determinados padrões de consumo. Consideramos que o consumo tem uma velocidade intensa, e que em uma sociedade capitalista globalizada, como é o nosso caso, ele tem o poder de influenciar e modificar culturas.

Assim, torna-se importante demonstrar quem são essas pessoas que visitam o Sono, verificando onde estão inseridas suas bases. Como recurso metodológico, vamos pressupor um alto contraste dos freqüentadores, definindo-os basicamente como provenientes do meio urbano, e assim poderemos especificar melhor as influências a que estes estão sujeitos enquanto cidadãos urbanos.

2.3 Turismo, Mercado em Potencial

O turismo é um fenômeno crescente no Brasil e no mundo, e pelo seu potencial de gerar divisas sem a necessidade de muitos investimentos, coloca-se muitas vezes como única oportunidade de desenvolvimento econômico de uma região. Esta atividade possui um vasto campo de atuação e abrangência, integrando de maneira direta e indireta diversos setores da sociedade, o que costuma torná-la atrativa para população, governo e agentes capitalistas.

Nos últimos anos o Governo Federal tem evocado o turismo como um grande campo que necessita ser mais bem explorado em nosso país. Hoje já é o quinto principal produto na geração de divisas em moeda estrangeira para o Brasil, disputando a quarta posição com a exportação de automóveis. Constando este potencial, objetiva-se que o estímulo a essa atividade possa promover uma melhoria nos diversas camadas sociais do país.

Alguns dados sobre os valores arrecadados nos permitem demonstrar como esta atividade vem se desenvolvendo ano a ano. Em 2005 o Brasil alcançou a receita cambial turística de US\$ 3,86 bilhões, superior em 19,83% ao ano de 2004 (US\$ 3,22 bilhões), atingindo a marca de 34 meses consecutivos de crescimento, desde março de 2003. Em 2004, esta receita atingiu o montante de US\$ 3,22 bilhões, superior em 30% em relação ao ano anterior (US\$ 2, 479 bilhões), registrando um superávit da ordem de US\$ 351,0 milhões, o maior dos últimos 15 anos, superando em 61% o superávit de 2003, de US\$ 218,0 milhões.³⁵

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), a atividade é responsável pela geração de 6 a 8% do total de empregos no mundo. Levando em conta que o turismo é uma das atividades econômicas que demanda o menor investimento para a geração de trabalho, entendemos por que é dedicada uma atenção especial a essa atividade.

O turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.
(BRASIL, 2006 p.12)

No ano de 2003 o governo brasileiro criou o Ministério do Turismo, como medida de tratar o turismo como um assunto prioritário para o Estado. Desenvolveram, então, o Plano Nacional de Turismo (PNT). Este plano contém, além de um breve levantamento sobre aspectos do turismo hoje, propostas e perspectivas futuras.

³⁵ Dados Ministério do turismo 2006 <http://www.turismo.gov.br/>.

Observamos no discurso sobre turismo que este engloba uma noção mais ampla do significado da atividade. Conforme ressalta o Governo, transcende a mera geração de divisas, mas também promove o lazer, proporcionando ainda uma integração dos mais variados níveis da sociedade. Nas palavras do então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula de Silva:

O sentido profundo deste Plano Nacional do Turismo 2007/2010 é a inclusão social. Trata-se de erguer pontes entre o povo brasileiro e as esferas de governo federal, estadual e municipal, bem como da iniciativa privada e do terceiro setor, para construir um lazer que seja também uma visão compartilhada da nossa terra, da nossa gente, da nossa imensa vitalidade econômica, cultural e ambiental. Trata-se de um importante estímulo para o turismo interno, que vai retribuir em empregos, desenvolvimento e inclusão social. Não se trata apenas de incentivar um negócio, mas de transformar em cidadania o direito de conhecer o nosso país e a nossa identidade. (BRASIL, 2006, p. 4)

O principal enfoque observado neste plano é o mercado interno. Foram lançados diversos pacotes com valores diferenciados para estudantes e aposentados, com várias facilidades de pagamento, de modo que se estimule mais às pessoas a praticar o turismo. Estes estímulos aparecem principalmente na forma de campanhas publicitárias veiculadas nos meios de comunicação, destacando certos destinos em particular, ou o turismo em geral.

Ressaltamos que apenas o estímulo à realização de viagens pela população brasileira pode contraditoriamente acabar prejudicando o desenvolvimento de um turismo mais ordenado e menos impactante. Muitas vezes o local escolhido para o roteiro turístico, por conta de suas paisagens, aspectos históricos, culturais ou natureza preservada, ainda não possui estrutura física para receber certas demandas dos visitantes. Contudo, como o incentivo para que se visite um determinado local permanece, a população começa a perceber vantagens em abrir estabelecimentos para atender ao novo mercado em potencial e, nesse ínterim, podem haver muitos contratemplos, além de sérios impactos sociais e ambientais.

2.4 Construções de significados

Ressaltamos como característica do turismo um sentido de “construção” (URRY, 1996) e destacamos a construção simbólica de significados e necessidades. Diversos são os apelos e os veículos que participam do desenvolvimento desta “construção”, mas sobretudo as universidades e cursos ligados à área, bem como as agências de turismo e os meios de comunicação. Estes colaboram para a construção da idéia de turismo como uma necessidade humana, transformando-o em produto. Vendido como uma válvula de escape da vida concreta, evoca a realidade opressora do cotidiano para propor o “sair do seu lugar comum”, simbolizado pela viagem, como uma necessidade moderna indispensável ao indivíduo no mundo globalizado. O viajar é transformado em anestésico para as dores da sociedade:

Trabalhamos, sobretudo para podermos sair de férias, e temos necessidade de férias para poder retornar ao trabalho [...] O turismo funciona como terapia da sociedade, como válvula de escape que faz manter o funcionamento do mundo de todos os dias. (KRIPPENDORF, 2001, p.16).

Esta válvula parece ser requerida fundamentalmente pelos que vivem em grandes centros urbanos, e fazer turismo parece abrandar o processo de desumanização da vida cotidiana. Atualmente se reivindicam outras significações ao fazer turismo; não basta conhecer locais diferentes, estes devem atender também a questões e demandas de crescimento pessoal e aquisição de capital cultural. “Quem viaja busca lazer, mas também conhecimento e cultura. O turismo tem um importante papel na educação e na formação cultural da sociedade.” (BRASIL, 2006 p. 4)

As necessidades de significações simbólicas passam pelo destaque de paisagens e culturas. Maria Tereza Luchiari (2000, p.111) acredita que existe uma revalorização de certos aspectos da paisagem e da cultura, que acontece em função da contradição moderna da vida fugaz e corrida do dia-a-dia. De acordo com a autora, “O olhar do turista contemporâneo conduziu o imaginário coletivo a revalorizar a natureza, a cultura e mesmo o simulacro que, queiramos ou não, é natureza e cultura construídas socialmente”.

Para Baudrillard (1991), tais simulacros são na verdade, criação do “hiper-real” que seria gerado por modelos de um real que não tem origem na realidade inicial. Ou ainda, conforme Jameson (1996), o pastiche ou o simulacro são características de uma forma pós-moderna do capitalismo tardio, ou seja, existe assim uma construção que se baseia em ideários de fenômenos diferenciais.

Estes conceitos dão suporte para demonstrarmos o quanto estes subterfúgios, criados para atrair os turistas, podem na verdade estar inventando uma realidade, e de alguma forma sendo vendidos como tradicionais.

Buscando contemplar estas necessidades, desenvolve-se o chamado turismo cultural, étnico ou antropológico, entre outros termos. Vem sendo tido como um grande filão a ser explorado no Brasil. “O turismo cultural é concebido como uma forma de turismo alternativo que se baseia no consumo e comercialização de culturas. Elementos escolhidos de qualquer cultura passam a ser produtos ofertados ao mercado turístico” (TALAVERA, 2003, p 34).

A viagem assim é movida por pretensos interesses culturais, na qual os visitantes buscam ter contato com culturas e cotidianos culturais diferentes dos seus. Os empreendedores do turismo assimilam este potencial e passam a estimular esta forma de lazer.

A exploração da cultura para fins comerciais é valorizada pelo seu caráter de lucratividade, conforme relatórios de economistas que destacam a exploração cultural como alternativa para o MERCOSUL. “As atividades culturais incluem-se entre aquelas cuja demanda apresenta uma elevada elasticidade-renda, sendo ao mesmo tempo fortes criadoras de emprego e fracas consumidoras de divisas.” (FURTADO, 2003 p. 12-3)

Para a conquista de viajantes é necessário estimular o turista da maneira mais atrativa e sedutora possível, uma vez que “a maneira pela qual o produto é apresentado ou a promessa é retratada [...] é fundamental para a decisão de compra do turista” (RUSCHMANN, 1995, p. 11-12 *grifo nosso*). Passa-se então a uma busca de significados para a “construção” de fenômenos que contemplem o olhar desses turistas.

Urry (1996) nomeia de “atração inventada”, a essa construção de significações culturais para agradar a expectativa do viajante que busca fenômenos e diferenciais em suas viagens.

Pressupomos que muitas das buscas culturais desta forma de turismo não podem ser contempladas, uma vez que o tempo de visita do turista em um local é rápido, o que estas buscas são bens e imagens mensuráveis, palpáveis, que dão suporte ao olhar deste turista. Uma vez que vivemos uma “forma cultural de vício da imagem” (JAMESON, 1996, p.72). É necessário então que se criem patrimônios, fatos, rituais e objetos que demonstrem de maneira visível e imediata o caráter cultural do local ou das pessoas visitadas.

Com isso, muitas comunidades que planejam desenvolver o turismo em sua região aceitam uma série de definições tidas como “culturais” e as absorvem como sendo de sua própria cultura. Isso acarreta novas formas de representação cultural, novas formas estas que podemos dizer serem mais espetaculares para atender a essas demandas que estão na verdade ligadas àquelas das culturas dominantes, que determinam o que é atrativo ou não. O que leva a uma massificação da cultura.

Dando-se então a “produção de culturas objetivadas” (MACHADO 2006), o que para a autora seria a construção de artefatos culturais que têm referência na tradição cultural, mas são produzidas pelo mercado para o mercado. Gerando um processo de mercantilização da identidade, mediada pelo mercado e transformada em sustento econômico.

Atualmente a questão sobre identidade passa por discussões e questionamentos, uma vez que vivemos mudanças sociais aceleradas. Como sugere Hall (2000), as identidades características da estabilização do mundo estão em declínio, e as novas identidades que fragmentam o indivíduo são parte do processo de mudança na sociedade.

Agier (2001) constata que a cultura se encontra na problemática da identidade, e nos relacionamentos entre identidades que podem transformar os referenciais pré-estabelecidos. Para ele, “o processo identitário, enquanto dependente da relação com os outros (sob a forma

de encontros, conflitos, alianças, etc.) é o que torna problemática a cultura e, no final das contas, a transforma”. (p.10)

Estas considerações levaram muitos estudos, tanto no campo da antropologia como em outras áreas de conhecimento crítico, a ver com maus olhos o turismo, ressaltando as descaracterizações ambientais e culturais e todas as formas de impacto que ele vem causando.

“A cultura é dinâmica, e por isso se altera” é o argumento mais usado por defensores dessa forma de turismo, mas contraditoriamente essas formas de turismo requerem que a cultura seja estática e plástica.

2.5 Exploração comercial da cultura, debate teórico

No campo das ciências sociais, principalmente na área da antropologia, argumenta-se que as atividades turísticas vem se desenvolvendo de forma veloz e desordenada em locais que possuem aspectos interessantes ao turismo, gerando uma série de influências sobre as culturas exploradas, suscitando algumas publicações que buscam discutir esses aspectos. Barreto demonstra: “Os estudos de antropologia estão, na atualidade, preocupados com os impactos de certas formas de turismo, especialmente o cultural e o étnico, e com a descaracterização e comercialização das culturas que estes provocam”. (2003, p.18)

No entanto, alguns teóricos do turismo consideram que, ao contrário, o turismo com este viés estimula o desenvolvimento cultural de uma sociedade, ressaltando a revitalização de patrimônios culturais, material e imaterialmente.

Desenvolve-se então um debate entre os estudiosos do tema. Certos autores percebem que “a relação entre os estudos de antropologia e as disciplinas ligadas à chamada ‘indústria’ do turismo tem sido marcada pela tensão” (BANDUCCI; BARRETO, 2001, p. 9).

Alguns turismólogos tendem a considerar como preservacionistas aqueles que procuram argumentar que o turismo pode estar influenciando negativamente em um local de exploração.

Aquele que se propõe em defesa da preservação das comunidades locais, tradicionais, incluindo aí a manutenção de uma economia de subsistência, arcaica, incorre [...], em uma concepção colonialista de distanciamento e exclusão dos grupos tradicionais. (LUCHIARI, 2000, p. 115).

Para estes autores as mudanças ocorridas são causadas por fatores maiores como os ligados à modernidade, e os que argumentam em contrário possuem uma visão idealizada e romântica do que seria a cultura. Pellegrini Filho (1997, p.12), docente do curso de turismo da USP, representa o quadro de teóricos que argumentam que as mudanças ocorridas fazem parte da dinâmica cultural da sociedade:

O dinamismo sociocultural na sociedade industrial do século XX cria condições para freqüentes interferências em manifestações folclóricas, acelerando mudanças. Querer defendê-las constitui atitude insustentável porque vai contra a natureza da cultura como organismo vivo.

Cancline (2000) vem debater estes argumentos trabalhando no que ele chama de “concepção hegemônica” de cultura na qual visualiza a existência de grupos de interesses ligados a certas definições do que seria cultura:

Se a cultura popular se moderniza, como de fato ocorre, isso é para os grupos hegemônicos uma configuração de que seu tradicionalismo não tem saída; para os defensores das causas populares torna-se outra evidência da forma como a dominação os impede de ser eles mesmos. (CANCLINE, p.206)

Já o argumento proferido por diversos profissionais do turismo seria de que as variadas mudanças em certas culturas não são propriamente conseqüências do turismo, mas, como diria Burs, (2002) conseqüência da modernidade. Robterson (apud BURS, 2002, p. 126) afirma que hoje “tornou-se quase impossível tentar uma diferenciação entre os impactos sociais causados pelo turismo e o processo geral de modernização”. Portanto, de acordo com

Burs, (2002, p.125) deve-se separar o impacto causado pelo turismo de outras fontes de impacto como a modernidade propriamente dita. Com esta constatação o autor parece não considerar que o turismo corresponde também a um fenômeno da modernidade.

De fato existem séries de fatores influentes para o dinamismo cultural, ainda que, como Geertz (1978) salientava, não possamos incorrer no equívoco de entender que a cultura consiste em padrões brutos de acontecimentos comportamentais. Claro que essas questões estão por demais imbricadas para serem consideradas separadamente, porém atribuir as inúmeras mudanças exclusivamente à modernidade não é suficiente, pois fundamental seria explicá-lo em sua especificidade.

Em diversas pesquisas antropológicas³⁶ realizadas em estudos de caso específicos, têm-se constatado que a forma como essa atividade se impôs a diversos locais gerou mudanças rápidas e, em alguns aspectos, irreversíveis, inclusive impossibilitando uma reflexão mais comprometida das populações e comunidades envolvidas. Por esse motivo afirmamos que não se pode naturalizar esses acontecimentos, sendo que muitas de suas conseqüências devem ser creditadas ao turismo.

2.6 Relações de consumo

Identificamos que a principal relação estabelecida pelo turista em seu local de visita é de consumo. O fazer turismo é um ato de consumo, tanto em aspectos mais objetivos como o consumo de estruturas para o suporte e demandas desses visitantes. Como em aspectos mais simbólicos, por exemplo, ele consome o cotidiano, consome a paisagem carregada de imaginários, assim paisagem é consumo de imagem. Queremos dizer, as relações estabelecidas em uma viagem turística são todas de consumo, e como destacamos, o consumo produz identidades.

³⁶Ballabio. (2006), Maldonado (1997), Diegues (1997), Furlan (1997), Talavera (2003) entre outros.

Abordaremos com especial atenção às questões ligadas ao consumo, identificando-o como atos simbólicos que permeiam as relações na sociedade. Nesse sentido, não consideramos o consumo como simplesmente o ato alienado de possuir algo em ostentação e acumulação. Algumas linhas da antropologia refletem que os seres humanos estabelecem diversas formas de relações uns com os outros, transpostas em atos e ações simbólicas. Podemos dizer que nas sociedades atuais estes símbolos de relações são comunicados pelos atos e bens de consumo.

Nos grandes centros estas formas de comunicação e interação pelo consumo ficam mais evidentes, sentidas como mais necessárias, dado que o cotidiano urbano é mais veloz e visual. Dizemos que entendemos as relações estabelecidas no Sono como de consumo, perspectivando realizar uma ponte de conexão dessas realidades que em princípio se estabelecem pelo consumo.

A seguir, vamos pormenorizar uma forma de entender o consumo pela antropologia, e como este permeia a forma de vida do habitante urbano. Destacamos que queremos apresentar esses fatores como característicos dos turistas que freqüentam o Sono.

2.7 Consumo como atos simbólicos

Agora vamos tratar das discussões referentes às novas formas de se pensar o consumo na sociedade atual. Sabe-se que a vida em sociedade obedece a certas regras de conduta e comportamento, e que o ato de consumir também está ligado a interações, padrões e regras sociais. Podemos hoje dizer que o consumo tem o poder de produzir e reproduzir identidade social. Tomamos então como objeto de reflexão padrões de consumo e atos de consumir, relacionados às questões de demandas e gostos que representam um universo simbólico, ao mesmo tempo de compartilhamento e distinção.

Nas ciências sociais existe um interesse crescente nesta temática, tendo estas questões sido desenvolvidas por diversos autores, com diferentes vieses e entendimentos quanto aos

significados, bem como sobre os tipos e formas do consumo em diferentes sociedades. Na antropologia os trabalhos versaram especialmente sobre as relações e usos de bens, e como eram empregados os sistemas de valores ligados ao material em diferentes grupos. Temas que podem ser encontrados em trabalhos clássicos como os de Malinowski, Mauss e Evans-Pritchard, dentre outros. Tanto nas análises clássicas do consumo como nas mais atuais, a questão primordial que os antropólogos buscam entender seria de que forma o uso de objetos chega a constituir algo essencial para a construção de identidades sociais.

Na antropologia a consolidação do campo do saber ligada ao consumo concernente às sociedades ditas complexas é relativamente recente, partindo da década de 70, período em que começaram a surgir importantes trabalhos visando desenvolver essas questões.

Autores como Marshall Sahlins (*Cultura e Razão Prática*, de 1976), Pierre Bourdieu (*La Distinction*, de 1979) e Mary Douglas (*O Mundo dos Bens*, de 1979) – escreveram obras que se tornaram leituras obrigatórias para aqueles que desejam entender a dimensão simbólica presente no ato de consumir. Naqueles autores, costumamos identificar o início da formação de um campo intelectual voltado para o consumo. (OLIVEN; MACHADO, 2007 p.).

Atualmente há uma série de críticas sobre como fora entendido e discutido o consumo ao longo do pensamento acadêmico. Daniel Miller publicou obras sobre o consumo e cultura material e é considerado um importante expoente sobre essa temática. Em seus estudos discorre sobre como a abordagem de diversos autores adota uma percepção do consumismo como maligno, o que, segundo o autor (2007), advém de uma moralidade ideológica dos pesquisadores. Miller verifica que, na realidade, estes acabavam expondo uma postura crítica pessoal sobre o ato de consumir. Ressalta ainda identificar em trabalhos de autores contemporâneos, as mesmas questões levantadas pelos primeiros estudiosos do tema. A maioria dos trabalhos, desde seus primórdios até hoje, conforme salienta, baseiam-se na afirmação do consumo como realizado para além das necessidades, de uma forma moral e alienada onde os consumidores buscam obedecer aos padrões e imposições sociais.

Estas afirmações seguem principalmente a linha de Veblen, estudioso do início do século XX considerado um dos fundadores da escola institucionalista de economia. Em sua famosa obra “A teoria da classe ociosa” (1965), desenvolveu o que considerou todo o consumo como conspícuo, ou seja, são posses de valores visíveis para demonstrar sinais de riqueza e *status*. Essa linha de pensamento sobre o consumo conspícuo gerou diversas análises de diferentes linhas que detêm uma visão conservadora do consumo intrinsecamente enfocado como algo “mau”.

Miller propõe o que ele chamou de “postura dialética do consumo”, afirmando que existem elementos positivos e negativos na busca do bem estar pelo consumo. Assim, dirige suas críticas aos materialistas que evocam os consumidores como passivos. Para estes críticos materialistas, os consumidores são manipulados que obedecem aos ditames capitalistas consumindo sem reflexão, por culpa ou ansiedade. De acordo com Miller (2004) esta posição desumaniza o consumidor que é então utilizado como uma retórica na crítica ao capitalismo. Enfatiza que o problema destes materialistas é que estão “insuficientemente mergulhados na materialidade da experiência comum e conduzem trabalhos de campo insuficientes sobre relações sociais e cultura material como práxis humana”. (p.33).

Miller (2004) recorre às bases daquela antropologia que busca destacar a riqueza do simbolismo das sociedades estudadas com relação à cultura material, demonstrando a importância dada aos objetos como símbolos prechos de significados e representações culturais cosmológicas, morais, etc. Ressalta então que “a questão que deveríamos colocar acerca da nossa própria sociedade é se haveria uma estrutura simbólica similarmente rica no âmbito da nossa própria cultura material” (p.27). O consumo assim não deve ser entendido apenas como consumo capitalista. Para o autor, os bens e o consumo são usados como forma de agir contra a homogeneização e massificação capitalista, “o consumo é na verdade, a maneira pela qual elas combatem, no dia-a-dia, seu sentimento de alienação” (p.32).

Podemos citar Michel de Certeau (1994) em a *Invenção do Cotidiano*³⁷, que propõe uma perspectiva parecida à desenvolvida por Miller na relação do consumidor. Certeau destaca o consumidor como um agente potencial na relação, em que estes desenvolvem ações afirmadoras nas práticas de consumo. “Maneiras de fazer constituem mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural” (p.41).

Seria a arte de viver na sociedade de consumo, na qual o homem inventa em seu cotidiano maneiras de exercer uma “caça não autorizada”. A teoria de Certeau é desenvolvida através da prática cotidiana, práticas culturais cuja questão seria dar conta de como estas práticas ajudam na própria invenção do cotidiano. Propõe que pensemos as práticas cotidianas de consumo de forma “tática”, contrapondo-se às estratégias que visam disciplinar e regular o consumo cultural.

Identificamos também nos movimentos de contracultura muitos aspectos de suas ações que se baseiam na noção de ação tática desenvolvida por Certeau. Uma vez que nessa abordagem de leitura, muitos de seus interlocutores identificam-na como atentados ao poder, com as quais se reinventa o cotidiano contrapondo-se às estratégias de ordenamento. Assim, a importância está nas criações anônimas de “maneiras de fazer”, em como se empregam os produtos produzidos por uma ordem economicamente dominante, não se submetendo às lógicas das relações mercadológicas. E dessa forma se enxerga uma possibilidade de “politização das práticas cotidianas”.

Também Campbell (2004) propõe uma imagem diferenciada de consumidor, que chamou de “consumidor artesão”. Parte da perspectiva de que os consumidores respondem ativamente às mercadorias, utilizando-as de forma a alcançar finalidades específicas diferentes daquelas propostas pelo mercado, contudo entende que com isso não se busque necessariamente manter ou afirmar um senso de identidade. “Ao contrário, sustenta-se que

³⁷ Certeau não chega a ser citado por Miller, entretanto é um importante expoente quanto a consideração da ação do indivíduo no consumo.

estes consumidores já possuem um senso de identidade claro e estável, e, ainda, que é isso que ocasiona seu modo de consumo distinto.” (p.47)

Essa mudança de pensamento e atitude sobre as formas de consumo ocorreu por volta das décadas de 60 e 70, quando se percebeu que jovens da contracultura utilizavam os produtos com uma postura crítica para expor suas contrariedades ao sistema vigente, por exemplo através do uso de calças *jeans* por estudantes da classe média, antes usada somente por operários.

Já na década de 80, passou-se a considerar o potencial desalienante do consumo, em que, conforme esclarece Miller (2004), o objeto pode ser tirado de sua condição alienável para ser um artefato de conotações particulares, de forma que o bem de consumo seja “transmutado”. São atitudes que negam o *status* mercantil do produto, o que ele chama de “recontextualização” da mercadoria.

Este uso dos bens, também como forma de contestação na sociedade de massa, gerou a estratégia não de abandonar os produtos, mas de abraçar e usar seus recursos culturais para transformar os objetos em singularidades que prevêm especificidades, como demonstração de identidades.

Para Campbell (2004), a subversão do uso deixa claro que não são apenas os produtores que influenciam os modos de usar, unilateralmente. Existe aí uma reação lógica aos imperativos da sociedade econômica, na busca de autonomia e redefinições aos significados dos objetos. Acredita que esta forma de consumo pode ser tida como um “Oásis de expressão da individualidade e autenticidade pessoais em meio a um ‘deserto’ de mercantilização e mercadização em incessante ampliação” (p. 61). Porém é realista quando entende que, mesmo assim, esta também demanda consumos; contudo considera que esta relação é diferente da do mundo alienante do trabalho, pois permite que os indivíduos recuperem suas faculdades e energia nas tarefas artesanais de transformar seus objetos consumidos.

Verificamos então que atualmente existem diversas teorias que demonstram a luta constante pra estabelecer relações entre pessoas e coisas, sendo que essas formas de agir ligadas ao consumo não detém um caráter tão passivo como antes era defendido.

Dentre outros, Miller (2007) destaca o livro *Mundo dos bens* (2006) como um estudo revolucionário na relação de consumo que passa a abordar os bens como sistemas simbólicos.

O livro *Mundo dos bens* (2006), escrito pela antropóloga Mary Douglas com a colaboração do economista Baron Isherwood na segunda metade da década de 70, foi publicado no Brasil somente em 2004, pela editora UFRJ. Os autores partiram da constatação da necessidade de uma base teórica antropológica para estudar o consumo, e neste livro prepuseram-se a fornecer alguns fundamentos para esta base.

Destacam primeiramente a importância de aproximar a antropologia e a economia, realizando uma análise mais eficaz do consumo, podendo acessar pontos que as análises econômicas até então não tinham alcançado. Consideram que a antropologia dá conta da diversidade e multiplicidade de experiências e de questões que se colocam no universo do consumo, enfatizando assim que uma teoria do consumo deve ser ao mesmo tempo cultural e social. Por isso esse livro se tornou uma obra tão importante para a temática, hoje já considerado um trabalho clássico.

Para desenvolver uma definição antropológica do consumo, enfrentam o problema de como os termos definidos possam se aplicar sem distorções em diferentes sociedades. Para tanto buscaram a essência do termo, que propiciaria ignorar os ditos “efeitos locais”. Foram estabelecidas então duas fronteiras essenciais à teoria econômica, que levam a casos limites.

A primeira grande fronteira estabelecida é a de que o consumo não é imposto, a escolha é livre. “A essência do conceito de consumidor individual do economista é que ele exerce uma escolha soberana” (p.101). A outra fronteira tratada seria que o consumo começa onde termina o mercado. “O que acontece aos objetos materiais quando deixam o posto

varejista e passam para as mãos dos consumidores finais é parte do processo de consumo” (p. 102).

Porém, para os autores, mesmo essas idéias não são inteiramente satisfatórias, uma vez que assim se supõe que o consumo seja um assunto privado e livre. Ao contrário, eles entendem que existem algumas regulamentações que imponham o consumo; como quando, para podermos ser proprietários de um veículo, somos legalmente obrigados a ter alguns objetos e dispositivos nele: kit de primeiros socorros, filtros de fumaça e ruído no escapamento. Entretanto, “ao definirmos o consumo como um uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei, temos um conceito que viaja extremamente bem, pois é adequado a usos paralelos em todas aquelas tribos que não têm comércio” (p.102).

Os autores ressaltam que nesta teoria os usos práticos dos objetos em si foram “colocados entre parênteses”, o que realmente buscavam entender e demonstrar seria que a função essencial do consumo é a sua capacidade para dar sentido. Fazendo uma analogia com a teoria de Lévi-Strauss sobre o “totemismo”, em que argumenta que os animais tabus são escolhidos pelo fato de serem bons para pensar, propõem tratar as mercadorias como boas para pensar. “Tratemo-las como um meio não verbal para a faculdade humana de criar” (p.108).

De acordo com Marshall Sahlins (2003a) os objetos são tidos como formas de se comunicar. O autor entende que as muitas variações e diferenças entre os objetos demonstram o vasto esquema de pensamento do homem, uma vez que são atribuídos significados às diferenças dotadas nos objetos em nome de suas “novas utilidades”.

Atemo-nos então às definições propostas por Douglas e Isherwood, que reconhecem o consumo como parte integrante do sistema social, sendo o consumo um código que traduz estas relações sociais usado como sistema de classificação. O consumo é um sistema de significação, os bens são necessários para evidenciar e estabilizar categorias culturais.

Nessa relação os bens são neutros e, desta forma, são os usos sociais que definem os valores e as relações neles empregados. O valor de cada coisa depende de seu lugar em relação aos seus objetos complementares. A proposta dos autores seria a de investigar não os objetos individualmente, mas sim todo o espaço de significação em que os objetos são usados. Consideram que assim se percebe mais facilmente que a construção de valor dos objetos está sempre em andamento. “E as maneiras de construir se tornam canais padronizados de pensamentos e atribuem valor a um conjunto padrão de objetos.” (p. 41) ³⁸

Para Sahlins (2003a) o consumo tem a sua importância para que o objeto produzido se configure como um produto. Sendo um objeto social, o valor de uso dado a esse objeto não pode ser compreendido apenas pela necessidade e desejo, é uma escolha cultural. O uso de um objeto não condiz necessariamente com a sua capacidade de satisfazer uma necessidade material, uma vez que a utilidade do objeto é dada não pelas suas características físicas, mas sim pela correlação com o seu sistema simbólico.

Afirma então, que tudo na sociedade tem movimento a partir do significado que os homens lhe atribuem. O valor de uso é o valor mais concreto que o objeto pode ter, uma vez que o valor de troca e consumo depende das decisões de sua utilidade. Estas decisões são dotadas pela significação social dado ao objeto.

Atribuições de significados são inúmeras e os que as torna viáveis são as formas de organização. Para Douglas e Isherwood a organização constitui-se de parte fundamental da cultura, faz parte da realização da integração social.

Isso é cultura, essencialmente um conjunto de princípios justificadores para reunir apoio e solidariedade, e um conjunto de sinais de entrada ‘proibida’. A cultura não depende simplesmente de organização, ela é parte da organização, e fornece as justificativas para limites e controles (p.44, *grifo no original*).

³⁸Percebemos claramente essa relação no caso do turismo cultural, em que objetos do cotidiano de uma dada comunidade são ressignificados passando a ter um valor cultural social.

A vida social constitui-se de posicionamentos dos indivíduos frente ao cotidiano, os bens são como “bandeiras” que definem e demonstram estes “alinhamentos”. Os usos dos bens permanentemente incluem e excluem indivíduos, e acomodam as sociedades em diversas camadas, níveis, grupos, etc. Influenciando na interação social, o uso dos bens permite que o consumidor se envolva com os outros numa série de trocas.

Estes bens se ligam à forma de interagir do indivíduo e da sociedade. Mas vivemos em uma sociedade de superabundância, na qual nos relacionamos superficialmente com inúmeras coisas, sem, no entanto, nos envolvermos profundamente com nenhuma delas.

2.8 Relações na cidade

A modernidade e a urbanização das cidades contribuíram para uma mudança cultural, de padrões e comportamentos. A cidade grande, centro de circulação de dinheiro, sustenta-se quase que exclusivamente da produção para o mercado, sendo lugar de concentração do meio de troca, os seres se relacionam enquanto consumidores em uma série de trocas.

Por este caráter econômico cotidiano intermediado pelo dinheiro, as relações sociais, relações de entendimento, são pautadas pela objetividade no tratamento de homens e coisas, o caráter objetivo desta relação coloca-se indiferente a tudo que seja individual. As tecnologias influem também neste contexto, os homens se relacionam mais positivamente com as máquinas, e os cada vez mais presentes e seguros meios de se comunicar propiciam a perda da intimidade em favor cada vez maior da privacidade.

O cotidiano assume o aspecto contábil do dinheiro, os homens passam a ser vistos e definidos como números. Um ordenamento das atividades e relações em termos de engrenagens, exatidão e pontualidades. Usamos valores monetários para medir todos os tipos de bens e serviços. Qualquer que seja a natureza de um ato, tomado em si mesmo, é uma relação econômica, distribuímos nossos recursos nestas esferas de escolhas. Assim o conteúdo social que distingue as escolhas se perde, o que faz parecer que toda a nossa cultura é

constituída por cálculos econômicos sistemáticos. (SAHLINS, 2004 p. 302). “O dinheiro é para o Ocidente o que o parentesco é para os demais. É o nexó que assimila todas as outras relações à posição na produção” (SAHLINS, 2003a p.214)

Sendo o homem um ser que faz distinções e correlações onde estabelece relações, o dinheiro ganha espaço como nivelador dessas relações, na expressão da riqueza material, o dinheiro determina as distinções qualitativas das coisas. Assim os bens de consumo significam a expressão deste dinheiro.

O indivíduo busca preservar sua autonomia diante desse caráter social urbano, assumindo uma atitude de anonimato e impessoalização, o que gera uma atitude de reserva dos habitantes uns para com os outros. Contudo, como resultado dessa reserva, o círculo de relações sociais deste indivíduo é pequeno, limitado. De acordo com Douglas e Isherwood, uma vez que os consumidores fazem seleções deliberadas entre os seus pares, o efeito disso são comunidades de tipos particulares.

Porém destacam a importância de o indivíduo estabelecer diversos graus de relações sociais, sendo as redes de relações extremamente significativas para o bem estar econômico, que só pode ser alcançado pelo consumo compartilhado. Ou seja, participando de certos eventos para se relacionar, o que chamam de “serviço de marcação”, rituais de consumo que envolvem gastos apropriados de acordo com aquilo de que se está participando, um casamento, uma visita, um almoço, um funeral, etc. Estes rituais são marcas normais de amizade e convivência.

O indivíduo precisa participar destes “rituais de marcação” e também prestar estes rituais para poder ser participante de grupos. Para isso, ele precisa dos bens, tanto para participar como para se colocar enquanto impressor de juízos referentes a comportamentos e consumos. Os autores ressaltam que essas relações são de tamanha importância dentro deste sistema, que as pessoas que estão à margem destes rituais de marcação chegam a não ter possibilidade de ganhos ou de ascender socialmente. Sendo esta forma de se relacionar de

grande importância para a sobrevivência do indivíduo, ele adota certos tipos de comportamentos e padrões para que seja aceito e se configure nos grupos.

2.9 Produção e Consumo

No livro, *cultura e razão prática* (2003a), Sahlins busca discutir sobre o pensamento da chamada teoria utilitarista, que considera as culturas humanas formuladas através da atividade prática. Para os utilitaristas a cultura deriva da atividade racional do indivíduo para atingir seus interesses, as formas de se dar e desenvolver com os meios materiais determina a relação e sobrevivência cultural de uma população. Detêm assim a noção de que a sociedade se baseia na maximização material para maior satisfação. Deste modo, “as principais relações de classe e políticas, assim como as concepções que os homens têm da natureza e de si mesmos, são geradas por essa busca racional de felicidade material.” (p.167)

Sahlins, contrariamente a essa linha de pensamento, trabalha com a lógica simbólica do consumo, em que os objetos são dotados de poder de comunicação, em que o consumo seria um discurso onde há troca de significados.

Em “o mundo dos bens” não existe a discussão do consumo relacionado com a produção, já Sahlins realiza a explicação cultural da produção, na qual abrange mais significados que apenas a lógica da necessidade material. A produção é uma intenção cultural, o processo material é organizado como um processo significativo do ser social, “a produção é um momento funcional de uma estrutura cultural.” (p.170)

Segundo o autor, as relações de produção e consumo são, para a cultura ocidental, o locus principal onde se estrutura o sistema social de avaliações simbólicas. A produção de bens está intrinsecamente ligada aos significados estabelecidos na esfera do consumo, pois a produção racional se move junto com a produção de símbolos. Neste sentido o consumo não é tido para sobrevivência biológica do indivíduo, mais do que isso, tem o poder de produzir e reproduzir identidades sociais.

Sahlins se atem à produção social dos objetos, em que, se baseando em Marx, demonstra que a produção não se limita a um universo de necessidades físicas, pois “os homens produzem objetos para sujeitos sociais específicos, no processo de reprodução de sujeitos por objetos sociais.” (p.168).

A produção é uma lógica que é produzida como uma apropriação simbólica da natureza. Conforme Marx, (*apud* SAHLINS 2003a 170) “o homem realiza a produção da natureza à sua natureza”, de bens que possa controlar esta natureza à sua maneira, o que se constitui uma “objetificação do todo da cultura”, assim a ordem cultural se realiza como uma ordem de bens. Os bens são como códigos-objeto que dão significado à forma como se avalia as pessoas ou ocasiões, “a produção é, portanto, a reprodução da cultura em um sistema de objetos.”

Sendo a produção como uma substancialização de uma lógica cultural, ficaria a questão de se quem dominaria esta lógica seria o produtor ou o consumidor. O autor salienta que esta questão encontra seu fôlego no fato de a produção explorar os diversos meios da organização da sociedade que possui variedades de diferenciações de bens, capazes de desenvolver signos apropriados para todos os as distinções sociais. “A integração icônica entre as distinções sociais e de objeto é um processo dialético” (p.185).

Assim, há a capacidade de se distinguir socialmente através dos objetos. O que busca demonstrar o autor é que o capitalismo é uma forma definida de ordem cultural, não a razão sobre a linguagem.

2.10 Consumo de culturas

Falar sobre o consumo de fenômenos ditos culturais constitui-se um diferencial com relação ao consumo de bens de uso. Considerando o próprio termo “consumo”, entendemos que, como cita Miller (2007), “consumir algo é usar algo; na realidade, destruir a própria cultura material”. Alguns destacam que esta relação não ocorre no consumo de bens culturais,

ao contrário, este consumo incita ao elemento do patrimônio, preservação e conservação dos artefatos culturais. De alguma forma não existiria um impacto produtivo dos meios uma vez que a produção está associada à criatividade pelo seu caráter artesanal.

Entretanto, levando essa discussão às influências do turismo em comunidades, como já destacado, o consumo tem o poder de estabelecer aspectos de mudanças na cultura. A cultura está em permanentes processos dinâmicos, e as pessoas desempenham um papel na mudança destas culturas, também a partir de escolhas de consumo que dizem respeito a atitudes morais e compreensões do que é ou não é importante. Para Douglas (2006), estas seleções podem determinar a “evolução da cultura”.

Podemos pensar o consumo como uma negociação moral de consumos e gosto influenciados por um grupo de pertencimento como, por exemplo uma filiação religiosa ou outros grupos específicos. Se, por um lado, alguns grupos sociais, em diversos aspectos, primam pelo controle e privação em uma vida em que se privilegia a poupança e a acumulação, outros grupos, ao contrário, pregam pela ostentação o exibicionismo de bens, o consumo como luxo.

De maneira semelhante, ocorre com relação à apreciação de uma obra de arte ou de qualquer outro fenômeno tido como cultural. Em que o gosto também é influenciado pelo grupo ao qual o indivíduo pertence, assim como também o desenvolvimento intelectual é proporcionado pela família e escola.

Bourdieu, no livro *A Distinção* (2007), grande ensaio traduzido só recentemente para o português, realiza uma análise dos gostos e dos bens culturais. O autor considera que as necessidades culturais são produtos da educação. As preferências concernentes aos bens culturais específicos, tais como pinturas, fotografias e gostos musicais têm relação com o capital escolar e com o capital cultural adquirido pela família. Em seu livro, traça uma densa análise de como estes capitais influenciam a formação de uma estética da arte.

Enquanto algumas classes, mais precisamente as mais letradas, ostentam um conhecimento estético, artístico e cultural, buscando aceitar ou somente interpretar e explicar as mais variadas representações artísticas; outras apenas dão sua opinião pessoal, se limitando a dizer se a obra lhes agrada ou não, partilhando de uma dimensão mais lúdica da arte.

Daí a questão de se privilegiar certos aspectos de uma representação cultural para grupos de turismo que geralmente possuem padrões heterogêneos. Enquanto alguns se preocupam com a dimensão mais profunda dessa cultura, buscando aí uma interpretação inclusive estética, para outros valem mais os aspectos que levam ao lazer e ao divertimento.

Podemos fazer esta comparação em relação aos chamados “novos ricos”, que exibem os seus bens, considerados exagerados e até de mau gosto pelas elites, mas que representam um grande poder de consumo como sinal de que tais poderes foram conquistados através de um trabalho árduo. Assim, neste contexto, sendo os bens formas de comunicação, também podemos citar os viajantes que buscam roteiros culturais, para os quais a viagem e os bens adquiridos nestes lugares, carregados de um contexto cultural e/ou étnico, servem como ostentação de capital cultural.

Destaca Bourdieu que os bens culturais possuem uma economia, e que para se identificar a lógica específica desta economia devem ser estabelecidas as condições em que são produzidos os consumidores desses bens ou gostos, e ainda descrever as diferentes maneiras de apropriação destes bens.

CAPÍTULO 3

RUMO AO SONO

“Olha menina eu já dei muita entrevista, e agora num quero falá nada não (...) Eu sei o que você qué sabê, você qué sabê como era o Sono antes e como nós vivia. Não é?” (Seu Jó)

3. Caminhando

Seguimos agora para as considerações sobre o Sono, onde mais do que observar pontos e cortes significantes, tentamos contornar as significações dominantes buscando considerar os próprios moradores. Com isso, não estamos aqui traçando uma distinção “urbano-rural” em que existam diferenças diametralmente opostas entre as realidades. Onde enxerga-se uma sucessão de estágios que fatalmente irá ocorrer no Sono. Para isso a ênfase na história e comportamentos dos moradores do Sono.

Estes, que em seu modo de vida, durante gerações e gerações viveram mais ou menos da mesma forma, sem grandes mudanças no cotidiano, agora se relacionam com diferentes pessoas vindas dos mais diversos locais do mundo, sobretudo pessoas originárias das grandes cidades, com os seus costumes e padrões de consumo diferenciados. Pessoas cujas identidades são demarcadas pelo consumo, trazendo expectativas de serem atendidas de acordo com padrões a que já estão acostumadas.

Os moradores do Sono estão no meio. No meio destes que vão para o seu meio. Assim eles se relacionam, interagem, se confrontam, buscam entender e atender essa realidade que se configura, criando novos hábitos e outras formas de se desenvolver.

3.2 Territorialidade, uma conduta

Antes de tecermos considerações referentes à cultura caiçara propriamente dita, faremos algumas considerações sobre o local e o global, a cultura e o território, situadas no debate antropológico.

Nas últimas décadas vários estudiosos passaram a considerar que as novas tecnologias, tanto de transportes como de meios de comunicação, proporcionaram mudanças nas noções de tempo e espaço que teriam levado a um embotamento da noção das fronteiras que demarcavam os limites humanos ao acessar os variados lugares do mundo. Nesse sentido, estando alterados os padrões delimitadores de uma cultura local, pode haver desidentificação e desapego com o território de origem.

Antropólogos norte-americanos adeptos dessa visão passaram a questionar as conexões feitas com o local, pela forma como a vida globalizada vem permitindo uma condição generalizada de desenraizamento. Ou seja, se baseiam nas novas dinâmicas globalizadas que vem ocorrendo no cotidiano, assim “O global é igualado ao espaço, ao capital, à história e a sua agência, e o local, com o lugar, o trabalho e as tradições.” (ESCOBAR, 2005 p. 133).

Autores como Gupta e Ferguson (1992) propõem através da antropologia um novo olhar sobre as relações de lugar e espaço, tratando essas questões juntamente com as discussões relacionadas à localização, deslocamento, comunidade e identidade. Eles discutem a problemática de ligar a cultura ao território tendo por referência a condição pós-colonial. Pensam as diferenças culturais por meio de conexões, entendem que nestas conexões as transformações se dão tanto na arena local como global, apesar de concordarem que o local se transforma mais do que o global.

Outras linhas da antropologia, como os pós-colonialistas, afirmam que apesar dessas críticas terem fundamentos, ainda existe um sentimento de pertencimento ligado ao lugar, que deve ser analisado com mais cuidado, dito que não é um sentimento irrelevante. “Talvez seja

o momento de reverter algumas destas assimetrias ao focar novamente a constante importância do lugar e da criação do lugar, para a cultura, a natureza e a economia.” (ESCOBAR, p. 133, 2005) Existe ainda, nessa concepção, uma busca de recomposição do conceito de territorialidade que, por algum tempo, não foi abordado profundamente pela antropologia, visto que era mais usada pela etologia, que considera a territorialidade como um instinto animal presente em todas as espécies.

A questão da territorialidade passou a ser reivindicada no debate jurídico do Estado sobre concessão de terras para as chamadas populações tradicionais. Antes relacionada apenas às demandas territoriais indígenas, passou a ser reivindicada também para a problemática das demais parcelas da população. “A renovação da teoria de territorialidade na antropologia tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos.” (LITTLE, p.3 2002)

Este conceito parte da compreensão do sentido que a população imprime ao local em que vive, levando em consideração que a história do grupo está ligada ao território, sendo este mais do que um espaço físico, devendo ainda ser considerado o seu sentido social/cultural.

Uma vez que “O território pode ser entendido como um espaço de sobrevivência que recebe inúmeros significados simbólicos; além de ser um lugar para a reprodução biológica do grupo, é o lugar de reprodução de cultura” (SALOMON *et al*, 2005, p.7). Sendo que Little (p.4 2002) define “... a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”.

Nesse trabalho o local é considerado como algo significativo para a relação e manutenção da cultura na comunidade da praia do Sono. A teorização da importância do local é percebida em casos como o deste nosso estudo, no qual se constatam os fortes laços que a população mantém com o local em que vivem há várias gerações, laços esses que se dão nos

mais variados aspectos culturais, nas formas simbólicas de relações que estabelecem com o meio ambiente.

A concepção da terra enquanto território socialmente ocupado é evidentemente chave para a vida deste grupo. O modo como essas famílias “guardam” sua memória nessas estruturas narrativas, inscritas sobre o território, esta intimamente relacionada com a sua capacidade de imaginar o futuro, a partir de sua própria condição de existência. (CHAGAS, 2001 p.228)

Queremos dizer que o conhecimento local é uma forma de consciência baseada no lugar, e que a noção do território representa uma relação entre lugar, cultura e natureza. Todas as relações dessa comunidade, tanto no passado como atualmente, baseiam-se no lugar.

Ao retirar ênfase da construção cultural do lugar a serviço do processo abstrato e aparentemente universal da formação do capital e do Estado, quase toda a teoria social convencional tornou invisíveis formas subalternas de pensar modalidades locais e regionais de configurar o mundo (...) Neste âmbito o desaparecimento do lugar está claramente vinculado à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas. (ESCOBAR, 2005 p. 134)

Evocando a noção de territorialidade no Sono, recuperamos as complexas relações históricas que aí se desenvolveram. “O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos.” (LITTLE p. 9, 2002)

Retomar a importância do local, reivindicando o saber local como autônomo e propício às interações que não condizem propriamente com a lógica capitalista, é uma forma de demonstrar que o local não está necessariamente sendo invadido e sucumbido pelo global, ou seja, de pensar para além dessa dinâmica que parece ser a única lógica da realidade contemporânea.

Não queremos com isso defender que no Sono exista uma realidade avessa ou até mesmo revolucionária do sistema capitalista. Para nós o Sono está sendo inserido em uma ordem de cultura de massa, e sofrem constantes intervenções dos grandes centros. Contudo,

características da cultura local, como as formas de se relacionar comunitariamente, produzem significados específicos na realidade estudada.

3.3 Populações tradicionais e UCs

A população da Praia do Sono foi definida como população tradicional caiçara. A expressão surgiu no âmbito da discussão das UCs, sendo muitas vezes aplicada de forma genérica, sem as necessárias definições teóricas. Este conceito difere do significado atribuído a ele no âmbito da antropologia³⁹.

No Brasil é empregado com referência às sociedades rústicas. Mesmo assim, o ponto básico de distinção das populações tradicionais das demais, e que as tornaria aptas a serem preservadas e permanecerem no interior das unidades de conservação, é o modo ‘harmônico’ com que se relacionam com a natureza. (ADAMS, 2000 p. 22).

De acordo com Diegues (2002), as populações tradicionais “tem seu modo de vida, em grande parte, associado ao uso e manejo dos recursos naturais exercidos ao longo de sua permanência histórica na Mata Atlântica e em ecossistemas associados, que incluem mangues, restingas e zonas costeiras.” (p. 40)

No Brasil, as primeiras UCs foram criadas obedecendo à lógica do uso restrito de terras, seguindo o modelo norte-americano do Parque de *Yellowstone*, primeira área protegida criada no ocidente, em 1930. Funcionam como um reduto natural e não prevêm habitantes em sua região. O problema é que no Brasil a maioria das terras aptas a serem protegidas, pelas suas características de preservação, abrigavam populações em suas áreas. O que obrigou várias famílias a deixarem o local onde viviam há várias gerações, gerando um contingente de pessoas que, desvinculadas de suas terras, tiveram abaladas suas bases de subsistência material e cultural, como é o caso da população de PARNA de Superagüi, relatado no início desse trabalho.

³⁹LITTLE, Paul. Povos tradicionais e direitos étnicos: aportes da antropologia. Mesa Redonda 25^a Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) de 11 a 14/06/ 2006 Goiânia GO.

Este modelo de área protegida de uso indireto, que não permite haver residentes no interior da área, mesmo quando esses se tratam de comunidades tradicionais presentes há muitas gerações, parte do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem (...) (DIEGUES, 2001 p.60)

Na década de 1980, diversos teóricos e estudiosos, ONGs e membros da sociedade civil questionaram o grande número de pessoas que estavam sendo expulsas de suas terras. Pesquisadores passaram a dedicar uma especial atenção às populações viventes nestas áreas, na busca de definir sua identidade, ou seja, qual o seu relacionamento com o meio ambiente e o seu papel nas UCs. Estes pesquisadores trabalharam sobre dois conceitos fundamentais, a questão da territorialidade e a da tradicionalidade, em que se baseiam os principais argumentos dos defensores dessas populações viverem em áreas de UCs.

As ciências humanas procuram ainda demonstrar que o conceito de natureza não é universal, argumentando que diversas comunidades interagem com o seu meio de acordo com os valores e significados desenvolvidos em sua cultura. Conforme demonstra Leff, (2001, p.79):

As práticas de uso dos recursos dependem do sistema de valores das comunidades, da significação cultural de seus recursos, da lógica social e ecológica de suas práticas produtivas e de sua capacidade para assimilar a estas, conhecimentos científicos e técnicos modernos.

Partindo do argumento cultural, muitos teóricos passaram a intervir em favor dessas populações, e travaram debates com os preservacionistas que consideram apenas o meio ambiente natural biológico. “Para eles, a natureza selvagem é intocada, intocável e é impensável que uma unidade de conservação (parques nacionais e reservas ecológicas) possa proteger, além da diversidade biológica, a diversidade cultural”. (DIEGUES, 1993, p. 236).

3.4 Populações e UCs na Praia do Sono

“Arvore é mais importante que gente agora?” (D. Perpétua⁴⁰)

A APA Cairuçu, criada em 1983, surgiu no âmbito desse debate em que passou também a ser discutida a importância das populações tradicionais como agentes que podem auxiliar na preservação e manejo destes parques.

Essa dissociação conceitual entre homem e natureza também não corresponde à realidade de muitas unidades de conservação como, por exemplo, a APA Cairuçu e a Reserva da Juatinga, que só puderam ser criadas por que em sua área havia comunidades caiçaras, ‘cujo uso da terra não redundava em agressões ao meio ambiente e evitava a instalação de loteamentos’. (BRITO, 2003, p. 212)

Uma vez que as terras que não possuíam populações, ou nas quais as populações não tiveram um histórico de resistência, como é o caso do Sono, viraram grandes empreendimentos de condomínios, ainda antes das implementações das UCs. Como é o caso do Condomínio Laranjeiras.

Com a abertura da Rio-Santos, houve um grande empreendimento de projetos turísticos em toda a região. Eram hotéis até autorizados pelo Governo do Estado na época. Então ia tirar todo mundo de lá e instalar grandes empresas e construir grandes hotéis naquela região toda. Então os moradores ficaram apavorados por que com a APA este empreendimento é autorizado, então se criou a Reserva [Juatinga] justamente para impedir que estes projetos fossem instalados na região. Foi o que impediu os grandes projetos. Tanto que tem o Condomínio Laranjeiras que está fora da reserva. (João Fernandes de Oliveira)

A criação da Reserva Ecológica Juatinga (REJ) se deu para proteger esses locais dos grandes empreendimentos. Porém o fator de abarcar uma população tradicional no local se complica um pouco. A REJ foi decretada como *Área non aedificandi* (de preservação permanente), ou seja, nada pode ser mudado ou realizado nesta área. Várias leis que

⁴⁰ Perpétua, 44 anos nativa do Sono.

dificultam a sobrevivência de atividades consideradas tradicionais na área são apontadas por Oliveira, que exemplifica mencionando a lei 9605 do Código Florestal, que proíbe “entrar em uma UC portando qualquer material que possa degradar o meio ambiente”. Como portar arma branca dentro da reserva, instrumento de utilidade fundamental no dia-a-dia de quem trabalha com roça, pesca, etc. “É uma coisa até que meio incoerente para as comunidades tradicionais, mas a lei é bem seca. É isso, é isso, é isso... Não tem meio termo para ela”. (Oliveira).

Diferentemente, a APA Cairuçu, tendo um modelo de gestão de uso sustentável, pretende congrega desenvolvimento humano e proteção ambiental. “A APA tem como objetivo conservar os ecossistemas com a permanência de populações tradicionais na área. Promovendo o desenvolvimento sustentável e as populações tradicionais onde elas estão.” (França)

Nos termos de outro funcionário da APA, Júlio,

“a APA é uma unidade de desenvolvimento sustentável, então ela visa disciplinar todas as atividades econômicas dentro da região da APA. Ela não envolve desapropriação de terra, as pessoas são proprietárias da terra, mas existe um disciplinamento que tem que ser obedecido.”

Mesmo com as definições feitas, continuamos com o questionamento da falta de rigor para uma definição efetiva do que seria esta população tradicional. Conforme o decreto de constituição, a APA Cairuçu tem o “objetivo de assegurar a proteção do ambiente natural, que abriga espécies raras e ameaçadas de extinção, paisagens de grande beleza cênica, sistemas hidrológicos da região e as comunidades caiçaras integradas nesse ecossistema”. (BRASIL, 1983). Esta é a única menção que o decreto faz da população vivente nessa área, sem especificar de que maneira deve ser feita a proteção desses caiçaras e quem são de fato.

Após entrevista realizada com os diretores da APA Cairuçu, constatou-se que ainda não foi realizado um estudo com esta população e nem uma efetiva definição de quem seja.

Eu não sou antropólogo, sou engenheiro florestal. O que nós temos como população tradicional é que ela já tem a tradição de ocupação daquela área, o comportamento que caracteriza o que é o modo de vida caiçara, a forma

de pesca, o tipo de construção. São estas coisas que permitem esta rotulação. (Júlio).

Nos termos da Lei Federal nº 9.985/2000⁴¹, que regulamenta as populações tradicionais, temos uma definição mais abrangente, em que se consideram populações tradicionais aquelas que têm uma relação mais pronunciada com o meio ambiente.

Pretende que sejam garantidos às populações tradicionais, cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação, meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos (artigo 5º, X).

De acordo com a Lei Estadual nº2393/1995⁴², as populações tradicionais foram definidas como as nativas residentes há mais de 50 (cinquenta) anos no território do Estado do Rio de Janeiro e, concedido o direito real de uso das áreas ocupadas, desde que dependam, para sua subsistência, direta e prioritariamente dos ecossistemas locais, preservados os atributos essenciais de tais ecossistemas. Observamos que esta lei atentou para os argumentos de tradicionalidade e territorialidade.

Com estas considerações, podemos entrar no mérito da questão do reconhecimento, e para tal cito uma definição escolhida por Roberto Cardoso de Oliveira, “o reconhecimento depende de meios de comunicação que exprimem o fato de que outra pessoa é considerada como detentora de um valor social” (HONNETH⁴³ *apud* CARDOSO, 2006 p. 31).

Nas questões relacionadas à posse de terras, muitas populações encaram essa problemática como uma luta pelo reconhecimento de sua identidade e forma de vida. O que leva também a um auto-reconhecimento de que seu modo de vida é diferenciado, constituindo-se assim um valor cultural. O que em muitos casos acaba servindo de bandeira para essas próprias populações, na aquisição de direitos e fortalecimento de sua cultura, que

⁴¹ Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 18 de julho de 2000; 179º da Independência e 112º da República. José Sarney Filho.

⁴² Dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em UCs do Estado do R.J.

⁴³ Honneth, Axel, luta pelo reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais, São Paulo, editora 34, 2003.

passa a ser então encarada de um modo mais essencializado. Dessa forma “a cultura é um meio ideológico de vitimização” (SAHLINS, 1997 p. 43), a cultura se torna valor objetivado ação que ficou conhecida como “culturalismo estratégico”.

Destarte, levando em consideração o tempo de permanência, a relação com o meio ambiente, a territorialidade e os mais variados aspectos culturais, a população do Sono é, ainda, reconhecida como tradicional.

3.5 Ser caiçara

A definição de “população tradicional caiçara” também requer que o termo caiçara seja contextualizado. Atualmente, são vários os questionamentos sobre a definição do termo, sendo que o modo de vida que antes permitia a caracterização do caiçara está cada vez mais distante da realidade atual, a pergunta remonta a o que significa ser caiçara hoje.

Yázigi (2001) defende que apenas a autodenominação, levando-se em conta definir como caiçara quem assim se considera, não serve para inferir um significado claro do que é ser caiçara. Os argumentos são variados e dizem respeito às mudanças de modos de vidas por influências e contatos com os grandes centros urbanos. Um dos questionamentos recai nos espaços e locais de moradia dos caiçaras, que vêm sofrendo crescentes modificações, aproximando-se muito daqueles da realidade urbana. E com isso os seus hábitos de consumo e relações sociais têm se alterado, assemelhando-se aos dos cidadãos dos grandes centros.

Outra questão levantada é que muitos dos que hoje habitam o litoral provém de outras regiões. Por conta desta dificuldade de definições claras, Yázigi considera que “caiçara” deveria ser um termo utilizado justamente para aqueles que vivem de subsistência características de seus tempos primários.

Ser caiçara não é mais só a condição rural, se não é a cor de pele, local de nascimento, profissão, nacionalidade ou tipo racial, *a autodeterminação permitira tudo.* (...) Daí parecer-me prudente serem considerados como tal os

classicamente reconhecidos, na medida em que subsistem. (p. 74 grifo no original)

Seguir a proposta do autor seria quase que extinguir a denominação caiçara, dado o caráter exíguo de populações viventes prioritariamente de forma subsistente. Recorramos às definições clássicas de caiçaras descritas pelas Ciências Sociais.

O termo caiçara tem origem no vocábulo tupi-guarani *caáiçara*, o homem do litoral (Sampaio, 1987) ⁴⁴. Para estes povos, o termo era utilizado para denominar as estacas colocadas à volta das tabas ou aldeias e ao curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar a canoa e os apetrechos dos pescadores. Mais tarde passou a ser indicado para identificar os moradores de Cananéia (fundação SOS Mata Atlântica, 1992), e daí para todos os indivíduos e comunidades do litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (DIEGUES, 1988b⁴⁵ *apud* ADAMS, 2000 p.103).

Nos estudos das últimas décadas, o termo caiçara já correspondia a todo o morador da costa litorânea do sul ao Espírito Santo. A maioria das pesquisas e publicações se utiliza deste conceito ao precisar o tipo de vida e cultura de moradores do litoral. Cultura esta que, segundo Mussolini (1972), umas das pioneiras nas pesquisas antropológicas sobre os caiçaras, percebe-se pelas características de identidades comuns em sua vivência e trajetórias de vida.

Essa identidade se explica, em grande parte, pelas mesmas influências que contribuíram para sedimentar as primitivas bases culturais da vida litorânea, nossa primeira área de povoamento e por muito tempo quase que única. (MUSSOLINI, 1972, p. 293).

Por fim, outras influências foram afetando e alterando os modos de vida dessas populações no decorrer das décadas. Conforme se construíam estradas, facilitando o acesso das cidades às praias, mais novidades influenciavam os modos de vida que haviam estado preservados pelo longo período em que ficaram isolados.

⁴⁴ Sampaio. *O tupi na geografia nacional*. Brasileira 1987.

⁴⁵ Diegues, *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: O caso das comunidades caiçaras*. Relatório São Paulo NUPAUB 1988

A principal delas foi a especulação imobiliária, que atingiu os locais de moradias destas populações, que conseqüentemente os afastou da praia. A especulação atingiu ainda as áreas destinadas à roça pelos moradores que acabaram por perder sua relação de subsistência com a terra. E ainda, conforme aumentavam os desmatamentos, mais difícil se tornava a caça, até que ambas as atividades fossem proibidas.

A história da especulação imobiliária da região foi denunciada em diversos estudos, de um lado demonstrando o descaso do poder público e, de outro, o aproveitamento dos especuladores diante destes moradores, que não sabiam o valor de comercial de seus terrenos.

Antes dessas interferências, amparados pela dificuldade de acessibilidade que os resguardava, era possível atender às diversas necessidades econômicas, quer as relativas aos bens de consumo, quer as que dizem respeito aos serviços. Os caiçaras sobreviviam de forma autônoma e subsistente, arrimadas pela troca e costumes coletivos. Viviam, assim, à margem do sistema mercadológico capitalista industrial.

3.6 A mudança caminha pela estrada

Muitas das influências relatadas atingiram as comunidades caiçaras dos litorais Norte paulista e Sul-fluminense, mais precisamente com a abertura da BR-101, conhecida como rodovia Rio-Santos, na década de 70, que levou o turismo e outras formas de produção comercial para a região. “Até 1940, antes da invasão do turismo, Ubatuba ainda se conservava como uma coletividade de roceiros - pescadores, vivendo da agricultura de subsistência” (ADAMS, 2000 p. 120).

Anteriormente à construção da Rio-Santos, cujo trecho entre Angra dos Reis e Ubatuba foi inaugurado em 1974, a circulação entre a cidade de Parati e as comunidades caiçaras ocorria exclusivamente de barco ou a pé. Estas comunidades viviam basicamente da pesca artesanal ou embarcada (em traineiras de Parati, Angra e Ubatuba), e das roças de subsistência. Os bananais, casas de farinha e velhos engenhos de cachaça geravam algum recurso fora da pesca. (IBAMA, p36 encarte II).

No caso de locais que passavam por um maior grau de isolamento, por dificuldade de acesso dado as encostas recortadas por grandes morros e segregadas pelo mar, como no caso da região da Praia do Sono, as mudanças e influências chegaram mais tardiamente, acarretando uma maior estabilidade dos costumes tradicionais.

Esse isolamento auxilia o entendimento do estágio de desenvolvimento de toda a região da Juatinga. É possível inferir que este isolamento gerou condições para a permanência de formas específicas de apropriação dos recursos naturais, e manteve características culturais particulares dos chamados caiçaras. (BRITO, 2003, p. 181)

Os dados mostram que, até meados da década de 80, a população do Sono manteve-se afastada desta órbita de influências externas, preservando uma vida mais voltada para a comunidade. Como mostrou Antonio Candido, não existem sociedades de todo isoladas; o autor utiliza a expressão emprestada de Kroeber, “sociedade parcial dotada de cultura parcial” (KROEBER apud CANDIDO, 1975, p. 22). Entende-se que estas sociedades, em menor grau, mantêm contatos com outras, seja para trocas ou busca de produtos que não têm como produzir. Mussolini afirma que:

Não raro o equilíbrio da vida social e a cultura desses pequenos aglomerados se modificam por fatores que exercem sua ação à distância, atraindo para a órbita de influência dos centros que irradiam, os moradores das pequenas unidades marginais. (MUSSOLINI, 1972 p. 315) (1975 p. 22)

A comunidade do Sono, apesar da distância e dificuldades de acesso por meios de transporte, mantinha contato com Parati, o centro mais próximo, conforme relato de um antigo morador, Seu Nilo José Albino, de 87 anos.

De primeiro, daqui pra Parati eram 9 horas andando, melhorou que antes não tinha estrada e para ir para Parati era seis horas de remo e ainda tinha que vir com as compras na costa mais 2 horas de caminhada. (S. Nilo)

Os moradores relatam que tinham uma boa produção agrícola, cultivando produtos que também eram usados para a aquisição de mercadorias que não tinham como produzir, com o

destaque para o roçado de bananas, a produção de farinha de mandioca, e os excedentes da roça e da pesca, que eram vendidos ou trocados em Parati, e às vezes até em Santos.

Os moradores do Sono chegavam a produzir dois mil cachos de bananas por mês, além da farinha de mandioca, do peixe salgado, dos ovos de galinhas, feijão e milho, que eram transportados numa viagem de mais de quatro horas à remo até o centro de Parati. (SIQUEIRA, 2004, p. 46)

As viagens para Parati não ocorriam com muita frequência, era um evento que exigia preparos antecipados. Ouvem-se relatos de que a maioria das vezes quem ia era só o homem, com encomendas de diversas pessoas, como conta Seu Nilo: “vai pra lá me traz uma vela, me compra um dedal, uma agulha, um pente...”. Também era uma forma de ter contato com notícias e novidades que estavam acontecendo “do outro lado”, termo usado por Seu Jó, que deixa clara uma noção de separação e distância.

Pra Parati nós só ia pra comprá o sabão, o sal e a querosene, e às vezes trazia o pão que era raro comer pão aqui, quando comia pão aqui era uma festa, era uma festa se trazia pão do outro lado, era uma festa porque todo mundo de casa queria comer um pedacinho e era dividido este pedacinho que é pra deixá pro outro dia também. Então assim nós sobrevivia. (Seu Jó)

Este distanciamento proporcionou a interação do caiçara com o meio ambiente, visto que sobrevivia intensamente dos recursos naturais, o que, de acordo com Mussolini (1980), não deixa de lhe conferir certo caráter predatório desta relação.

Do tipo de vida fechada que se desenvolveu no litoral, com poucos contatos com o mundo de fora, ou recebendo dele um mínimo de influências e de produtos, por não se dispor de meio aquisitivo, resultou um aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo dos recursos do meio, criando-se, por assim dizer, uma intimidade muito pronunciada entre o homem e seu habitat. (p. 226)

Porém, não se pode negar que, apesar dessa relação de dependência com a natureza, a maioria dessas áreas em que habitavam se manteve preservada, sendo por isso aptas a se tornarem UCs.

Índios e outras populações culturalmente diferenciadas, quando isolados da pressão do mercado, que altera seu modo de vida, não são redutíveis a componentes de ecossistema, mas ecologistas e ecólogos de pleno direito, uma vez que usaram e manejaram mais adequadamente o potencial da diversidade da natureza, controlando pragas, promovendo a heterogeneidade das espécies, vivendo sustentavelmente, sendo suas práticas flexíveis e relativas as suas visões cosmológicas. (LEONEL, 2000 p.322)

Pode-se dizer que ao longo do período em que ficaram afastados “da órbita de influência dos centros”, seus moradores desenvolveram uma intensa interação com a natureza, utilizando-se dela para sua sobrevivência, o que possibilitou um profundo conhecimento de sua biodiversidade.

CAPÍTULO 4

TURISTA AO SONO



Imagem 2: Turistas chegando

4. O turismo na Praia do Sono

“Aqui é o paraíso perdido, que foi descoberto” (S. Nilo)

O turismo na Praia do Sono se configurou como oportunidade de geração de renda sem que seus moradores precisassem sair do seu local de nascimento.

Diversos fatores levaram muitos moradores a abandonar o local em que viviam por várias gerações, dentre eles a dificuldade de sobrevivência gerada pela diminuição dos estoques pesqueiros, ocasionados tanto por fatores ligados à sobrepesca, como pela construção da Usina de Angra, que ocasionou a elevação da temperatura das águas do entorno, acarretando o desaparecimento de diversas espécies da região. Mas também outros fatores, como a distância dos grandes centros, a dificuldade de acesso à educação – só

dispõem de escola até a quarta série do ensino fundamental – e a falta de energia elétrica⁴⁶. Motivos pelos quais muitos moradores venderam suas terras por preços irrisórios, ainda que de forma ilegal, pois além da venda ser proibida, muitos não têm o título de posse, o que explica os valores muito abaixo da média de mercado.⁴⁷

Após a construção da rodovia Rio-Santos ocorreu uma desenfreada especulação imobiliária e uma brutal valorização das terras à beira-mar, com conflitos violentos pela posse de terra e a expulsão dos caiçaras de suas posses, que foram viver nas periferias e ao longo da rodovia, proliferando invasões para moradias em áreas de encostas e manguezais. (IBAMA, p. 15 encarte II 2004)

Com isso, podemos dizer que apesar da presença do turismo causar impactos negativos à comunidade, a renda gerada ajudou a fixar essas pessoas, inclusive possibilitando o retorno algumas famílias.

Apesar disso, temos que ressaltar que a atividade turística no Sono se impôs ao local de forma muito rápida, e se configurou como a única oportunidade para o desenvolvimento econômico na região, causando uma série de mudanças e redefinições na realidade da comunidade.

O turismo coloca-se, muitas vezes, como única possibilidade de desenvolvimento econômico para um lugar, uma cidade, uma região... E muitas vezes também, submete as populações locais a uma ordem externa, desarticulando outras tradicionais, como é o caso da maioria de nossas comunidades litorâneas. (LUCHIARI, 2000 p.106)

O turismo é uma realidade crescente na Praia do Sono. A Associação de Moradores informa que, em 1999, cerca de 800 pessoas se hospedaram na praia. No carnaval do mesmo ano chegou-se a 2400 pessoas⁴⁸, e no ano de 2000 foram registrados 3000⁴⁹ campistas.

⁴⁶ Em dezembro de 2009, atendendo uma reivindicação antiga desses moradores, chegou a energia elétrica no Sono. A energia elétrica, vai trazer novas reconfigurações em seu cotidianos e hábitos de consumo, fator que não poderei discutir já que quando chegou a energia já estava no fim de minha pesquisa.

⁴⁷ Em certa ocasião, no ano de 2002, chegaram a me oferecerem um terreno, com uma casa de sape construída, um pouco distante da praia por apenas 5 mil reais.

⁴⁸ Dados: “Plano de manejo APA Cairuçu”, pág. 40 encarte II, 2004

⁴⁹ Dados: Cavaliere, pág. 24, 2003

Contudo, segundo alegam os moradores, o turismo não produz renda o suficiente para que se viva só dele. Em um diálogo com Seu Almerindo, quando perguntado se sua renda também provinha do turismo, este respondeu "Não. De pesca. Sempre de pesca. Ninguém ainda hoje vive de turismo, precisa pescar ainda."

O turismo é proibido pelas leis dos órgãos ambientais que manejam o local. "Tem que ter licenciamento ambiental, nem todo mundo tem. *Camping* então é ilegal." (Ney). Mesmo assim, existem vários serviços ligados ao turismo, e todos os moradores tiram algum proveito deste fenômeno nas temporadas.

Teoricamente não poderia haver *camping* nenhum, existe inclusive para isso uma lei municipal que regulamenta isso, a lei 1075, que regulamenta *camping* em todo o município de Parati que a gente usa como base já que não existe uma lei específica para *camping* de um modo geral... Ela não poderia ter nem quiosques, estão como ilegais lá... (Oliveira)

De acordo com João Oliveira, diretor da REJ, isto ocorre "Por falta de fiscalização, [sendo que] o poder público se omite também para não entrar pela via política. É aquela coisa mais ou menos que tolerável." (*Grifo nosso*)

No entanto, não há qualquer forma de controle com relação a essas atividades. Inclusive, não foram feitos levantamentos ou estudos que delimitem a capacidade do turismo no local, o que já se mostra urgente, conforme demonstra o administrador da APA.

Para nos interessar ver qual a capacidade que permite a ocupação, que alguns dos grandes problemas do sono, qual é? Existe ocupação, área de *camping* mesmo; e realmente a questão de insalubridade como é que fica? Já houve uma demanda cobrando o IBAMA a questão de instalação de banheiros na APA, isto é de responsabilidade da prefeitura... (Julio)

Nas entrevistas realizadas com os representantes das instituições públicas nota-se enfim uma compreensão concordante de quem seriam os responsáveis por esse controle do turismo, que vem crescendo anualmente.

Não é função do IBAMA, isso é função da prefeitura e da Secretaria do Turismo. É da própria comunidade, eles têm que ter níveis de organizações.

Um dia se conscientizar do que eles tem que fazer, sob pena de matar a galinha de ovos deles. (Ney)

Para a REJ também há o entendimento de que o controle deveria vir da prefeitura.

“Isso aí seria mais a prefeitura.” (Oliveira)

Mas é preciso salientar, se a função desses órgãos é regular as atividades dentro da UC, promovendo a proteção ambiental e controlando o acesso de visitantes, percebe-se que exatamente por conta dessa atividade é que não dão conta de cumprir com suas atribuições. Uma vez que o turismo vem aumentando de forma desordenada, sem fundamentação ecológica, o que acaba causando impactos ao meio ambiente.

4.2 Turismo de “aventura”

“Aqui só vem jovem, porque os outros não agüentam” (Almerindo)

A maior divulgação que existe sobre a Praia do Sono, ocorre pela internet. No início de minhas pesquisas, em 2003, quase não se encontrava quaisquer informações sobre o local, mas hoje, entretanto, já existem milhares de *sites* e comunidades em *sites* de relacionamento divulgando e vendendo pacotes de excursões para lá.

O turismo é uma das cinco atividades econômicas mais importantes na internet, em que se utiliza o sistema virtual como uma ferramenta de marketing, com fotografias, descrições, som e vídeos de lugares turísticos. A internet é um importante canal para divulgação de produtos turísticos. Assim, cultura é "vendida" pelas novas tecnologias da informação. (TOREZANI, 2006 p. 38)

Cabe ressaltar que a divulgação do turismo no Sono na internet não é realizada pelos moradores, já que estes não dispõem de energia elétrica no local. O que constatamos é que as informações postadas na internet vêm de visitantes, e de *sites* especializados em turismo ditos de aventura. Analisando os discursos sobre a Praia do Sono nesses *sites*, observamos que a característica diferencial apontada no Sono é o turismo cultural e de aventura.

Exatamente a estrutura mais simples e a dificuldade de acesso tornam o Sono um local atrativo para o chamado turismo de aventura, que ocorre por conta dessas características destacadas. Mas nenhum investimento no local é feito por parte dessas empresas, nada que traga algum benefício para comunidade como um todo⁵⁰. Algumas pessoas, não necessariamente empresas cadastradas, organizam excursões em que cobram juntos a passagem e a estadia, cujo preço acertam com algum proprietário de *camping*.

Encontrei em uma rede de relacionamento, no *Orkut*, a divulgação de pacotes para o feriado da Semana Santa na praia do Sono, no ano de 2010. A promoção oferecia: “Saída de Niterói-RJ por *R\$150,00 ida e volta + *camping* ou *R\$200,00 ida e volta + *camping* + 5 refeições (peixe ou frango)”⁵¹

São diversas promoções dessa natureza a cada feriado, em que não é difícil lotar um ônibus e chegar ao Sono, com *camping* ou quiosques reservados. O impacto na Praia do Sono é enorme, causado pela superlotação dos *campings*, que não tem estrutura para tanta demanda.

No ano passado passou uma excursão grande, acho que até dois ônibus. Já veio paga junto com o *camping*, que preço saiu de graça, eles pagaram 80 reais tudo cada um, pagaram a passagem, pagaram *camping*, tudo incluído. E eles se arrependeram, porque nós abrimos a mente deles, eles chegavam no bar pra tomar uma água qualquer coisa, e nós falava: Vocês deviam poder escolher o *camping*, vocês vão pro *camping* tudo bagunçado tudo junto, gente idoso com rapaziada que cheira, que fuma, que só bagunça tudo aí. Eles se arrependeram. Vieram de São Paulo com um espertalhão lá de São Paulo que fez a excursão. Boto tudo no ônibus, pagô o *camping* tudo junto, organizô a excursão ganhô. Aí, ficaram reclamando que num tinha ducha, o vaso entupido, o vaso sanitário entupiu. (D. Perpétua)

Diversos desses *sites* com perfis para turistas aventureiros divulgam o Sono como um ótimo roteiro para quem gosta de aventuras, cenários paradisíacos e ainda falam de uma vila de pescadores, como que para dar um charme ao roteiro de viagem.

⁵⁰ Algumas ONGs como a Bagagem (já citada) pretendem que com esse tipo de turismo tragam benefícios mais direto a população, convertendo parcelas das rendas arrecadadas diretamente em benefício da comunidade.

⁵¹ < <http://www.orkut.com.br/Main#Profile?uid=3508378964999986153> > acesso mar 2010.

“Praia do Sono - Esta praia é considerada uma das mais lindas praias da zona. Tem areias brancas e águas cristalinas, áreas de *camping* e casa de pescadores”⁵²; “Vilarejos de pescadores, possui uma das mais lindas praias da região. O local, é um verdadeiro santuário, rodeado pela Mata Atlântica e o mar, a praia do Sono além de sua água cristalina é propícia para prática do surf e banhos de mar, possui uma belíssima cachoeira.”⁵³; “Com várias lendas, lindas paisagens e trilhas, a Praia do Sono é o ambiente perfeito para quem busca contato com a natureza e tem nas veias o espírito aventureiro⁵⁴.”

Para entrar em um contato mais próximo com a natureza, em praias quase desertas, longe da civilização, é preciso espírito de aventura. Na Praia do Sono, depois de uma caminhada de mais ou menos uma hora em trilha traçada em meio à Mata Atlântica, o turista encontra uma encosta toda ladeada por amendoeiras. Lá vivem apenas umas 30 famílias nativas, que em seus quintais abriram acampamentos onde se paga até R\$20,00 para montar a barraca e tomar banho (frio, pois o local é tão preservado que ainda não tem nem luz elétrica).⁵⁵

E assim chegam os turistas no Sono, atraídos pela propaganda que destaca o paraíso isolado, intocado e desértico onde é possível aventurar-se em meio à mata e ainda ter contatos culturais com uma comunidade de pescadores.

4.3 Turismo sem estrutura

“Vem só estudante pra cá, e eles não tem dinheiro” (D. Perpétua)

Essa forma de turismo que ocorre atualmente na praia do Sono é característica de um turismo desestruturado. Não há nenhum controle da quantidade de visitantes, nem qualquer planejamento necessário para o atendimento a uma demanda crescente, tais como banheiros, segurança, escoamento de lixo, etc. Esse turismo causa sérios impactos à comunidade e ao meio ambiente, além de não gerar muita renda aos moradores.

⁵² < http://www.brasilcontact.com/destinies/rioDeJaneiro/br_parati.html > acesso em Nov. 2009

⁵³ < <http://www.litoralcostaverde.com/index.php?cidade=paraty&secao=aventura> > acesso em Nov. 2009

⁵⁴ < <http://www.revistaecotur.com.br/novo/home/default.asp?tipo=noticia&id=1559> > acesso em Nov. 2009

⁵⁵ < <http://www.hotelepraia.com/2010/01/18/praiado-sono-turismo-rio-de-janeiro-rj/> > acesso em Nov. 2009.

Além das belas paisagens cênicas, estes turistas de massa são atraídos pela comodidade de preços baixos, comparados a outros locais de Parati onde afloram turistas estrangeiros e preços em dólar. Uma diária em um *camping* no Sono gira em torno de 10 a 15 reais, dependendo da época do ano. Uma mesma acomodação em *camping* no centro de Parati chega a custar 40 ou 50 reais a diária.

Os turistas de massa são considerados, muitas vezes, como farofeiros que não estão preocupados com questões ambientais, ou com se relacionar com a comunidade, apenas à procura de lazer a preços baixos. No entanto, esta não é a característica de todos os visitantes do Sono. Durante as pesquisas, quando me relacionava com os turistas, sentia em alguns um grande interesse pelas questões relativas aos seus moradores, como vivem, como se organizam, etc.

Percebi que, apesar de alguns terem esse interesse, não chegavam a se aproximar dos moradores, a não ser para tratar de questões comerciais e práticas. O que notei é que, se por um lado essa falta de relação se deve muito à timidez dos caiçaras em se relacionar com pessoas desconhecidas, por outro lado também se deve ao fato do turista estar mais preocupado com o seu conforto e lazer naqueles momentos de férias.

Apesar disso, os moradores se mostram bem preocupados com os turistas, e com o bem estar deles. Recordo-me de uma temporada em que acampava lá, e quase já não havia mais turistas. Um morador me avisou que ia começar um período de chuvas e que era melhor eu estar preparada, trouxe uma lona plástica e ainda me ajudou a instalá-la. Assim, fui notando o cuidado e a solidariedade desses moradores. Demonstrem também preocupação com os que bebem e usam drogas, além de incentivar a que todos conheçam e desfrutem das qualidades do Sono.

Alguns ainda se preocupam em apresentar características de sua cultura, embora não saibam ainda muito bem como fazer, o que leva a uma relação um tanto quanto espetacular de suas atividades. “Eu quero fazer resgate de cultura, casa de farinha, engenho de cana, isso

vende.” (Leila). A casa de farinha está desativada, não há inclusive mais agricultura de mandioca, e, como disse a Leila, “o caiçara só percebeu que a farinha de mandioca era a sua cultura, quando parou de fazer farinha.” Porém, podemos destacar o gérmen de uma noção de patrimônio, que mesmo com um propósito de aproveitamento comercial, tem dado uma identificação mais simbólica a objetos de seu cotidiano.

Para que determinados elementos se constituam como patrimônio tem de ser resgatados de um *corpus* cultural mais ou menos difuso e sujeitos a uma engenharia social que lhes confere valor e significado. A conversão de objetos fenômenos culturais em patrimônio não é espontânea e nem natural. (PERALTA, 2003 p. 85)

O reconhecimento desses objetos que fizeram parte de seus cotidianos durante muito tempo, e que hoje se encontram praticamente esquecidos, proporcionam tanto um resgate da história da comunidade, levando a uma identificação e reconhecimento desses caiçaras com seus próprios valores culturais, fortalecendo o sentimento de pertencimento a esse grupo.

A maioria dos turistas é composta de jovens, muitos estudantes universitários provenientes do meio urbano⁵⁶, que não se incomodam com a falta de comodidades. Os serviços de alojamento oferecidos aos turistas no Sono são os *campings*, quintais das casas dos caiçaras onde as pessoas acampam; contam com alguns chuveiros de água gelada e sanitários. Alguns caiçaras alugam casas e chalés construídos especialmente para atender à nova demanda, e ainda visando atrair um turista com mais renda.

⁵⁶ Dados associação Cairuçu, não publicado.

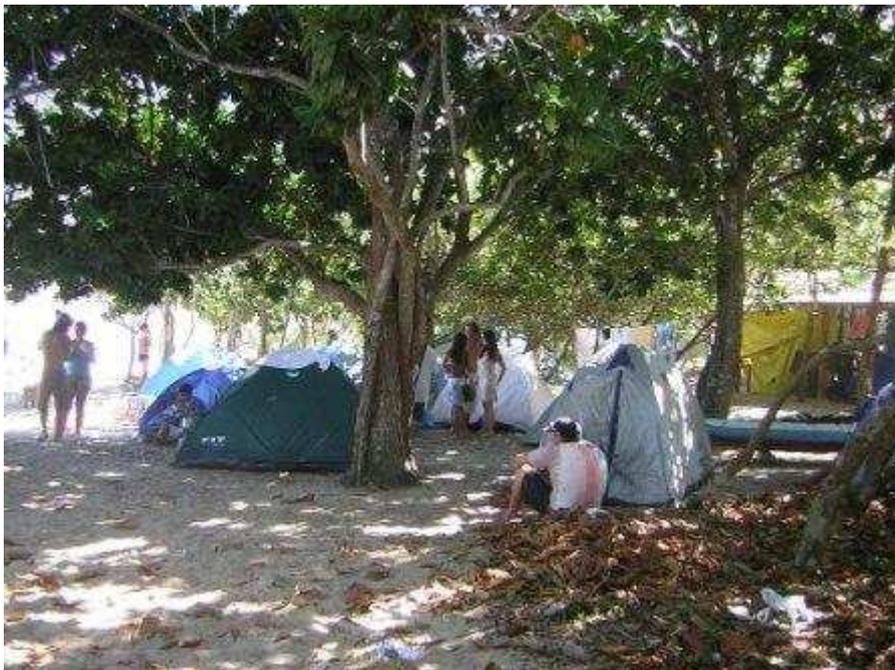


Imagem 3- Campistas

Outro tipo de turista que freqüenta o Sono são os chamados *hippies*, que viajam vendendo o artesanato que produzem, não estando ali propriamente para uma relação de lazer, embora em seu estilo de vida adotem uma relação mais hedonista de experimentar os prazeres da vida. Alguns desses artesãos já são conhecidos por “micróbios”, devido ao seu modo auto-declarado de predação. Estes são, de acordo com os moradores, os que mais abusam e geram todos os tipos de problemas.

Os micróbios zoam tudo suja, fuma na igreja, são inconvenientes fica pedindo as coisas. São os mesmos hippies que destruíram Trindade. Acampam fora de área, povo que não respeita, não tem banheiro, suja água, faz cocô na trilha. Vocês vão embora a doença fica. (Leila)

Os moradores tentam controlar a vinda desse tipo de visitantes alegando que estes não trazem dinheiro para a comunidade, mas não há como realizar um controle das pessoas que freqüentam o local.

4.4 Desenvolvimento do turismo

Os primeiros turistas que apareceram no Sono vieram justamente fugindo das lotações e desagrados do turismo desordenado que hoje há no Sono, são os chamados “turistas alternativos”, “aventureiros” ou “de elite”, os que procuram paisagens novas e desconhecidas fora do circuito do turismo de massa. Paradoxalmente, são estes “aventureiros” que acabam descobrindo novas rotas e abrindo caminho para o turismo de massa. Seu Jó conta como começou o turismo no Sono:

As pessoas vem aqui há mais ou menos doze anos⁵⁷. A primeira pessoa que acampou aqui foram uns artistas de teatro, de São Paulo. Na época eu tinha banheiro, mas não tinha água encanada tinha que tomar banho de rio. Eles ficaram aqui comigo quinze dias, eles gostaram muito, depois foram pra São Paulo, começaram a fazer anúncio, desde aí não parou de vir gente mais.(seu Jó)

O local começou a ser divulgado a partir do início da década de noventa, amparado por um imaginário construído pela idéia de isolamento, de ilha deserta e paradisíaca que permeia as idealizações dos visitantes que pretendem encontrar estas características no local. “Os lugares são escolhidos para ser contemplados porque existe uma expectativa, sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos (...)” (URRY, 1996 p.18)

Os moradores são unânimes em afirmar que gostam do turismo, por conta da geração de renda que melhora a qualidade de vida material da população. O turismo também, para alguns, é tido como um fator que traz uma nova dinâmica à comunidade, que parece tirar o marasmo do cotidiano, pois a maioria das pessoas quando perguntamos o que fazem fora da temporada de turismo alegam não fazer nada.

“Quando num tem, não se faz nada, às vezes quer um serviço vão pra pesca, vão pro barco pesca, alguns vão pra Laranjeiras arruma um serviço lá.”
(Perpétua)

⁵⁷ Por volta de 1993, 1994.

Ou seja, estão sempre alegando não possuírem atividades rentáveis no Sono. Esta falta de atividades mais rentáveis já era retratada desde o início da ocupação, conforme depoimento de Seu Jó, de 65 anos, que falava da situação de quando era pequeno.

Antigamente a gente vivia muito mal aqui, então nós tinha que ganha dinheiro fora, trabalhá lá fora. O meu pai pra sustenta nós, ele levava quando nove dias andando a pé pra Santos. Daqui do Sono à pé, até Santos, pra podê trazer um dinheirinho pra sustenta nós aqui.

Ele ia roçá bananal, bananal em Santos, foi trabalhá pra Santos, eles trabalhavam muito em Conceição, Itanhaném, Cubatão, São Vicente. Ele empreitava aquilo tudo, pegava, trazia o dinheiro pra cá. Pegava empreitada de roça bananeira. Então e aqui depois de uma década também, o pessoal plantava banana e embarcava aqui, era um dinheirinho que se arruma, plantava aqui pra vende pra fora.

Então, de uma forma ou outra os moradores estabeleciam dinâmicas de obtenção de rendas, mas sempre passando temporadas fora do Sono. O turismo permitiu essa renda direta em sua comunidade, e ainda levou o trabalho a todos, inclusive às mulheres, que passaram a cozinhar para os visitantes, servindo refeições nos quiosques ou fazendo bolos de cenoura, chocolate e aipim, além de pastéis e bolinhos para as crianças venderem. Assim percebemos que as crianças também passaram a ter uma atividade e até a ganhar dinheiro com isso⁵⁸.

O fato das mulheres trabalharem comercialmente alterou o seu cotidiano, que era mais voltado para tarefas da casa. Em algumas conversas elas reclamaram justamente da falta de tempo e do trabalho sobrecarregado que tinham na temporada, pois além de cuidar da casa, da alimentação dos maridos e filhos, tinham que cozinhar e trabalhar nos quiosques.

⁵⁸ A questão do trabalho infantil no Sono requer mais aprofundamento, o que não será feito aqui, já que o tema demandaria toda uma pesquisa à parte.

4.5 Desconfortos gerados pelo turismo

Nas conversas com os moradores observamos uma série de desconfortos que os visitantes provocam.

O turismo cada ano que passa aumenta mais. Só que eu tenho um pouco de medo, porque por um lado traz coisas boas, o dinheiro, as pessoas melhoraram o nível de vida. No turismo também tem pessoas boas que vem que acaba interagindo com a comunidade. (...) Mas por outro lado tem o turismo, que é a maioria, que é o turismo desordenado que vem faz bagunça, que não respeita o caiçara, deixa o lixo vai embora, faz a fogueira em baixo das árvores e fica gritando até altas horas da noite acha que pode tudo. Não gosta de pagar o preço que as pessoas cobra, ainda é mal educado com as pessoas. Este é o tipo de turista ruim que dá medo na gente. E cada ano que passa eles vem mais, por exemplo vem um hoje aí, foi fácil, enrolou um dono de *camping*, já traz uma galera que fica, não respeita, usa droga perto da criança, isto é o turista ruim. (Leila)

São muitos os relatos dos incômodos causados por estes turistas, como o barulho constante, o uso indiscriminado de drogas e o desrespeito aos moradores. Isso acontece pelo turista não perceber que está visitando não só um local de belas paisagens, mas uma comunidade com seus costumes e hábitos próprios, diferentes dos deles. O que é agravado pelo fato de os moradores não se imporem para demonstrar suas insatisfações.

Os moradores daqui a maioria têm medo de falar com o turista, eu também sou tímida (...) isso acontece pior ainda com os outro moradores. O cara chega, acampa, não dá a menor satisfação e eles não tem coragem de falar: ô fulano, dá pra puxar a barraca um pouquinho mais pra lá que aí é caminho, eles tem vergonha, acha que o cara vai se chatear. (Leila)

Podemos observar que essa fala demonstra a distância que os moradores mantêm dos visitantes, visto que têm dificuldade em se relacionar com as pessoas de fora que passaram a interagir com o seu meio, e acabam por aceitar uma série de atitudes que de algum modo os incomoda. Estes, em alguns casos, acabam sendo enganados pelos turistas, por não se sentirem aptos sequer para cobrar por seus serviços.

A economia camponesa, em princípio, não é uma economia monetária. A terra e o trabalho familiar são os fatores básicos que precisam ser utilizados e explorados da melhor forma possível. O dinheiro é completamente externo ao sistema, e se nele penetra, é do exterior, introduzido pela economia envolvente (MARCILIO p 50)

De acordo com a presidente da associação de Moradores da Praia do Sono, a jovem Leila, uma pessoa bastante consciente da realidade do Sono, os moradores ainda têm muito que aprender para que o turismo seja menos predatório.

O que acontece com a comunidade, eles acham que tá sempre vazio. Mas eles mesmos não têm condições de te atender bem o eles acham que a quantidade é que dá dinheiro e não é, é a qualidade. Sem contar que eles não cobram bem, por exemplo no meu *camping* eu coloco 20 barracas, a gente cobra direito, a gente não tem problema com banheiro, não tem problema com água, o banheiro se mantém limpo, a gente ganha mais do que quem põe 100 barracas. Porque eles cobram barato, não sabe cobra, e eles acham que o *camping* tá cheio, tá legal, tá bonito, e tem problema com fossa que sobra. (Leila)

O que se constata nas falas de alguns moradores do Sono é a vontade de lucrar o máximo possível na época de turismo, já que a renda é sazonal. Sendo assim, os proprietários de *campings* não se preocupam em controlar a quantidade de pessoas de acordo com a sua estrutura. Já observamos que o que mais impacta o ambiente é a superlotação, visto que os moradores não têm estrutura, principalmente sanitária, para uma grande quantidade de pessoas.

Por exemplo, a minha fossa, eu sei a capacidade que tem a minha fossa, então eu não vou chapá de gente, que eu sei que eu posso ter problema. Eles não, vai chegando pessoa vão botando, tem um cantinho vão enfiando, imagina o que é cem pessoas usando o banheiro todo dia, acaba perdendo o turista. (Leila)

Outro problema é o lixo produzido, que aumenta muito durante a temporada. Cada morador é responsável pelo seu lixo, de seus *campings* e quiosques, não havendo coleta por parte da prefeitura. Cabe ao morador pagar um barqueiro para levar o lixo, serviço que custa

de 15 a 30 reais. Estes valores, segundo informam, são caros, principalmente fora de temporada, o que acaba por fazer com que estes tomem outras atitudes. Segundo informa a moradora “queima, enterra, acumula, limpa o lixo seco. Quem não tem renda, como vai pagá pra levar o lixo?” (Leila).

No Plano de Manejo consta que existe uma política eficiente de reciclagem de lixo, o que, de acordo com os moradores, não é verdade. Por algum tempo reciclaram, mas como viram que isto não gerava grande renda, desistiram, e então só reciclam as latinhas. A praia e as trilhas ficam sujas com o lixo deixado pelos turistas, pacotes de bolacha, latinhas, sacos plásticos e muitas bitucas de cigarros.

Existe também a falta de controle e segurança, fator que incomoda tanto os moradores quanto os turistas. Durante a temporada há muitos roubos de barracas e até de casas de moradores. “Teve um dia de ano roubaram umas quarenta barracas e sabem quem roubou? Não foi gente daqui. Uma dona lá de São Paulo. Mas robô tudo, tudo, tudo.” (D. Filhinha)

Pesquisando em *sites* de relacionamentos e fórum de discussões sobre viagens de aventuras, há sempre este tópico em que há relatos de turistas indignados com os danos sofridos por roubos e até agressões. Todos são unânimes em afirmar que isso é feito por gente de fora, aproveitando-se da situação.

Os moradores também não estão acostumados com essa violência tão característica do meio urbano, e não tem meios para o seu controle, se limitando a cercar e proteger o seu *camping*. Também a policia não costuma ir ao Sono. “Aqui eles não vêm, eles não vêm. Não gostam de fazer a trilha” (Leila).

Frequentadores mais assíduos contam que às vezes aparecem alguns homens dizendo ser policiais, o que não se pode confirmar por estarem sempre sem uniformes, à paisana. Empreendem batidas policiais à procura de drogas, de forma bem violenta, e quando encontram extorquem dinheiro do dono da droga em troca de não denunciá-los ou não levá-los à delegacia.

Estes fatos ocorrem com frequência nos feriados e demonstram a falta de infraestrutura no Sono. Assim, o turismo também trouxe a violência para a vida desses moradores, com esses conflitos que predominam nos centros urbanos.

CAPÍTULO 5

EM MEIO AO SONO



Imagem 4: Em meio aos morros

5. Mudanças de hábitos

A pesquisa mostra que o turismo, em seus mais variados aspectos, ajudou a introduzir novidades, seja pela renda gerada, seja pelo contato com novas pessoas com hábitos e costumes diferentes, levando a rearranjos e a diversas mudanças no Sono.

Essas mudanças podem ser vistas no cotidiano de seus moradores, que durante as temporadas têm seu dia voltado às necessidades dos turistas, diferente de anteriormente, em que o dia girava em torno da natureza e de trabalhos mais tradicionais. Também destacamos as mudanças materiais, visto que foram incorporadas novas necessidades de consumo, o que levou a diferenças nos padrões de habitação, transporte, vestuário e utensílios domésticos.

Ocorreram mudanças na alimentação, seja pelo fim do roçado, seja pela introdução de novos alimentos com intuito de atender à demanda dos turistas que chegam ao Sono com certas exigências, pelos seus padrões e hábitos de consumo. São assim diversas mudanças que vêm causando uma reconfiguração tanto na forma, como nos valores simbólicos desses moradores.

Como nas análises sobre o consumo, realizadas por Douglas e Isherwood (2007), neste trabalho estamos mais preocupados com as perspectivas de contextualizar e analisar os espaços de significações nos quais os objetos são usados do que sobre o objeto em si.

Muitas vezes, estando no Sono, logo após um período de feriado, presenciava a chegada de bens materiais que demonstravam como havia sido rentável a temporada. Via móveis, fogões, materiais de construção, sacolas de compras, mulheres de outras regiões vendendo produtos de beleza. E assim iam os dias, com barcos e mais barcos chegando carregados de novos bens materiais.

Estava no *camping* da Dona Ismênia, quando observei a chegada de um pequeno televisor portátil, que causou um grande alvoroço na família. O marido de Dona Ismênia passou o dia andando com uma antena amarrada em um bambu tentando captar o sinal das emissoras de TV. Quando finalmente conseguiu sintonizar o canal da Rede Globo, todos correram para dentro da casa para assistir as imagens da televisão, ligada ao barulhento gerador de energia, movido a diesel. E de lá não saíram mais.

No dia seguinte, de manhã, a maré estava baixa. Quando este fenômeno ocorre muitas pessoas aparecem, principalmente crianças, que com a água pelo joelho ficam cavando a areia com os pés, até acharem uma pequena concha que chamam de Chavinha. Após a coleta de uma determinada quantidade destas conchinhas, fervem-nas em água doce e comem. Naquele dia, observando a movimentação, que mais parecia uma dança à beira-mar, percebi que as crianças da Dona Ismênia não se encontravam presentes e, quando fui procurá-las, só consegui encontrá-las em casa, assistindo televisão.



Imagem 5 - Pegando Chavinha

Minha primeira reação ao observar este acontecimento, foi constatar que a renda gerada pelo turismo estava alterando a cultura caiçara, e que, portanto, o turismo prejudica a cultura. Constatação imediatista e reducionista, mas que permeou a minha visão durante grande parte do trabalho de campo.

De qualquer forma, pudemos identificar um aumento das necessidades materiais. Geradas, em primeiro lugar, pela maior facilidade de contato com os grandes centros, sobretudo após a construção da estrada, que tornou o acesso a Parati mais fácil e constante. Os moradores passam a ter contato com novos produtos e, conseqüentemente, vão desenvolvendo mais necessidades. Em segundo lugar, pela atividade turística que gerou uma renda nunca antes adquirida com as atividades mais tradicionais, mesmo sendo uma renda sazonal, o que levou ao maior consumo de produtos do mercado.

5.2 Os Jovens



Imagem 6: Campeonato de surf

O contato com os turistas também proporciona o contato com bens de consumo diversos, que atraem a curiosidade principalmente dos mais jovens. Como já demonstramos, os usos dos bens influenciam na interação social.

Os jovens moradores do Sono, em idade similar a dos visitantes, adentram o universo desses turistas, interagindo e assimilando muitos de seus hábitos, como os de lazer, além do uso de drogas⁵⁹, e ainda os hábitos de consumo e uso de bens. Um dos aspectos mais importantes compartilhados com esses turistas é o *surf*. Algo de que os jovens caiçaras têm orgulho e com o que realmente se identificam, pois invariavelmente são melhores nessa atividade do que os visitantes, tanto por conhecerem melhor o mar, como por terem bastante tempo para praticar. E por essa razão se fazem respeitar pelos turistas, que sabem que devem ter certo cuidado com “os locais”. Recordo de uma tatuagem que vi nas costas de um morador escrito em letras grandes, “Local Parati”.

⁵⁹ Os problemas sobre o uso indiscriminado de drogas no Sono, e como esta afeta os moradores foi discutido na monografia.

O *surf* tem um caráter simbólico vinculado a um estilo de vida, com suas gírias, alimentação, vestuário e acessórios; alimentado por uma indústria específica, que desenvolve produtos que ajudam a criar essa identidade. Baseia-se em um ideário, vinculado ao estilo de vida, que podemos afirmar que influencia inclusive os hábitos e valores dos consumidores.

Esse estilo *surf* influencia grande parte dos jovens caiçaras das mais diversas regiões. Por exemplo, na ilha de Superagüi, no Parque Nacional, onde o turismo é mais frequente, também se pode encontrar os jovens moradores com equipamentos e vestes de marcas de *surf*. Em Ubatuba, recordo-me de uma vez em que pegava um ônibus que ia para o sertão (local distante das praias, moradia da maioria dos caiçaras com menos renda). Estava no horário de saída das escolas, e notei que a maioria dos jovens que entravam possuía mochilas de marcas de *surf*, artigos que chegam a custar três ou quatro vezes mais do que uma mochila sem marca.

E podemos dizer que é esse o estilo em que se fixa a identidade da maioria dos jovens no Sono, tanto homens como mulheres. Apesar da maioria dos surfistas serem homens, as meninas dessa idade também se vestem da mesma forma, e participam de todos os aspectos que ligam ao jeito *surf* de ser. Isto apesar das meninas serem mais ligadas à religião evangélica do que os meninos, o que as afasta um pouco, mas não totalmente, desse padrão comportamental.

Devo destacar que a atividade do *surf* também leva a criação de uma relação mais pronunciada desse jovem com o mar e com a natureza, e de saberes já conhecidos pelos seus pais. Têm interesse pela influência da lua nas marés, pelos tipos de vento e como estes proporcionam ondulações diferenciadas. Podemos dizer que é mantida a centralidade da relação com o mar.

Os jovens afirmam gostar muito da temporada de turismo. Pelo que pude observar, eles não têm muitas opções do que fazer, já que interrompem os estudos cedo, por só ter

escola até a quarta série, e não cumprem mais tarefas com a roça ou a pesca. Apesar de as mulheres, mesmo jovens, continuarem com os seus deveres ligados ao trato doméstico.

Além do *surf* e de outras atividades de lazer no mar, cachoeiras e rios, eles jogam muito futebol em um campo montado na areia da praia. Vemos as traves de gol instaladas na maioria das praias da região, do que se apreende que o cotidiano desses jovens é feito de uma vida mais voltada para o lazer e a ociosidade.

Aqui já não tem emprego, então eles são muito, muito sossegado, porque eles cresceram sem emprego. Aqui não tem emprego, aqui tem casa própria, tem o peixe, o que comer ta no mato, não tem aquela dificuldade da cidade pagar conta, aluguel. (Leila)

Segundo informam, somente o turismo tem proporcionado alguma oportunidade de trabalho.

Fora de turismo não tem porra nenhuma, não tem nada, não faz nada. Eu acordo, vou pra praia. Assim, meu... Não tem ninguém, você olha assim de canto a canto não tem ninguém. É muito ruim não tem balada não tem bar mó nada, não tem trabalho, não tem porra nenhuma. (Ziã)

A falta de opções para os mais jovens levam alguns pais a considerarem sair do Sono, pois, preocupados com o futuro de seus filhos, não vislumbram outra alternativa.

Aqui a pessoa que tem filho grande que passa aperrado, e você vê quando o filho ta pequenino o pai nunca quer saí [sair do Sono] quando eles tão grande já fica preocupado por causa do jeito da criança o estudo deles o que vai ser daquela criança. Tão crescendo estas crianças tão crescendo, tão crescendo daqui tão grandão não tem mais cabeça pra estuda. Aí ó, tende pro caminho do mal. (Jó)

Apesar dessa pronunciada diferença de relações geracionais ser comum às mais diversas sociedades, destacamos no Sono uma falta de continuidade dos costumes maior hoje do que nunca, devida a uma acentuada mudança da relação que estes jovens tem com seu meio e cotidiano, em comparação com o estilo de vida dos mais velhos, cujas identidades ainda estão mais marcadas pela tradição.

5.3 Os antigos

Neste trecho buscamos narrar um pouco da história do Sono, acompanhando as trajetórias de vida de alguns de seus moradores mais antigos. Passei um longo tempo com estes moradores, que tinham prazer em me contar suas histórias e cotidianos. Pretendemos resgatar aspectos de suas falas que mostram as mudanças no seu cotidiano.

Identificamos nos relatos destes senhores, contrastes que demonstram padrões de ruptura, mudanças de hábitos e formas de comportamentos culturais. Repasso agora uma conversa que tive com um casal de senhores evangélicos muito simpáticos, Dona Filhinha e Seu Nilo, que me pareceu muito significativa em seus mais variados aspectos, por demonstrar uma mudança de entendimento e comportamento.



Imagem7: Dona Filhinha e Seu Nilo

F – Hoje o pessoal acorda da cama, já vai tudo com xampu toalha.

N – É pro rio,

F – Vão tudo tomar banho, e toma banho vão tudo pra praia, chega lá já vão pro mar de prancha assim, antigamente não existia isso não.

N – Era um banho por dia

F – Por que levantava da cama, tomava café e ia pra roça, quando vinha meio dia ia almoçar e de novo só voltava de tarde, e de tarde tomava banho.

N – Tomava banho só de tarde, um banho por dia.

F – E hoje tomam banho o dia inteirinho, inteirinho, inteirinho desde que amanhece ficam de molho no mar na água salgada, na água doce. Passam o dia de molho na água. (Dona FILHINHA e Seu NILO)

Temos muitas coisas a ressaltar nesse diálogo, um prato cheio para discutirmos as noções de signos desenvolvidas por Sahlins (2004). “O significado dos signos se dá na relação estabelecida com outros signos.” (p. 109)

O termo tem seu significado estabelecido de acordo com a ação humana. O que Dona Filhinha e Seu Nilo entendem por “banho”, possui outra conotação para os jovens do Sono. Esta relação de termos se modificou, porque se modificou a relação de interação simbólica dos jovens com o rio.

Estes senhores demonstram uma relação de ação pragmática com o rio. O rio servia para se tomar banho, servia para lavar roupa, descamar o peixe, depenar a galinha, servia para extrair terra para construir uma casa. Sua água era usada para a agricultura e para as tarefas da casa. Havia todo um modo de interação e dependência com o rio que hoje já não há mais. A sua água ainda é usada, mas por canos que o levam até a torneira de casa; nesses termos, a água ainda é necessária, o rio não.

Não existe mais uma ligação cotidiana de laços estabelecidos com o rio. Atualmente Dona Filhinha vai mais a Parati (a qual antes quase não ia) do que ao rio, mas Seu Nilo ainda vai até lá para pescar, apesar de já não fazê-lo pela necessidade de subsistência. Contudo, apesar do rio já não mais fazer parte do cotidiano dos moradores, eles percebem a sua importância para o turismo, levando em conta que sempre estimulam os visitantes a conhecê-lo, para nadar, tomar banho de cachoeira, etc.

Outra questão merece aprofundamento nesta fala, haja vista que, de acordo com os mais velhos, os jovens não têm mais o que fazer. Eles não têm a necessidade de ir diariamente à roça, por não mais haver roças no Sono; eles não vão à escola, mas não têm os trabalhos tradicionais com os quais antes ocupavam o seu tempo. Com o tempo livre aprenderam a

estabelecer uma relação de lazer em seu cotidiano que antes não existia. Essa maior liberdade dos jovens preocupa os moradores mais antigos, que tiveram toda a sua educação ligada a essas atividades. Percebemos que estes fatores denotam uma mudança de caráter estrutural no que diz respeito aos jovens não darem continuidade aos costumes desenvolvidos ali por tantas gerações.

Sahlins (2004) propõe algumas definições teóricas para entendermos o caráter de mudanças ocorridas em determinadas sociedades. Estabelecemos relações de reciprocidades e interações a partir de signos definidos culturalmente, o que permite a definição estrutural de uma comunidade.

Se neste ínterim os signos forem funcionalmente deslocados, postos em relações inéditas uns com os outros, então, por definição, a estrutura se transforma; e nesse ínterim, a condição da cultura tal como constituída pode efetivamente ampliar as conseqüências das ações de um indivíduo. (p.313)

O caráter pragmático da relação que têm com o rio é evidenciado pelo modo como se referem ao “banho”. Antes todos tomavam apenas “um banho por dia”, depois de terem realizado as tarefas e deveres cotidianos tradicionais característicos de seu modo de vida. Hoje, a relação estabelecida com o rio também é de um local de lazer, ligada a ociosidade trazida pelo seu novo estilo de vida, “passam o dia de molho na água”.

O turismo trouxe isto de ruim também, ganha o dinheiro tão fácil na temporada que no inverno não quer trabalhá na roça, porque é difícil, tem que pegar pesado. Acaba meio que mistura a cultura do caçara com a pessoa de fora. Os pais mesmo falam: Ai que dó do meu filho, num vai pescar não. (Leila)

Os mais antigos, contudo, verificam esses acontecimentos com certa angústia, como observamos na fala de Seu Jô.

Então acontece que nós estamos agora num período agora que nós não planta, não pode mais tê aquela vida boa de planta. Então isso aí deixo o povo cada vez... - eu falo, você pode até grava, você pode chega lá, mostrá pro seu professo - isso aí deixô o povo a beira-mar mais malandro ainda. (Malandro

como?) Malandro não trabalha, fica sem fazer nada, chama-se de malandragem, que a pessoa quando na minha linguagem de caiçara e na linguagem do velho do antigo, quem não trabalha é malandro, é preguiçoso. (Seu Jó)

Notemos que o fato de Seu Jó destacar “eu falo, você pode até gravá”, demonstra o peso que ele dá ao termo “malandro”, algo de que se deve inclusive ter vergonha, e evidencia também a importância dada aos trabalhos na roça. O fim da roça no Sono representa também uma mudança estrutural que discutiremos a seguir.

5.4 Roça, subsistência e característica cultural

As pesadas tarefas com a roça e com a pesca marcavam o cotidiano desses antigos habitantes. A roça tinha um significado importante em sua cultura, tanto que muitos dos moradores, ao se referirem à região do Sono, dizem “aqui na roça”. Identificam-se mais com o “ser da roça” do que como caiçaras ou até mesmo como pescadores.

O roçado do Sono era praticado como agricultura de subsistência, característica predominante entre as comunidades litorâneas durante um longo período. “Falamos de agricultura de subsistência, quando sua produção é primeira e primordialmente realizada para o consumo doméstico” (MARCÍLIO, 2006 p.39). Sua produção era realizada principalmente pela família, para o consumo doméstico, sendo o seu excedente comercializado ou trocado por outros produtos.

Antigamente, quando era época de plantação ou colheita, a comunidade se reunia e, através de mutirões, ajudavam-se mutuamente no trabalho que demandava mais mão-de-obra do que uma só família dispunha. Depois, como forma de retribuição, os donos da roça ofereciam uma festa com música, comida e bebida fartas.

A partir desses eventos de troca, trabalho e lazer é que se desenvolveu o que ficou conhecido como Fandango. Festas com músicas de composição dos próprios caiçaras, com

instrumentos musicais feitos por mestres fandangueiros, com danças e comidas típicas da região.

O Fandango, festa que tem aspectos ligados a cultura da colonização portuguesa, está quase esquecido na maioria das localidades caiçaras. Muito do que se deve também às igrejas evangélicas, que consideram essa festa e suas danças como profanas. Mas ainda ocorre em algumas regiões mais isoladas, como em Cananéia e no Paraná, onde moram alguns dos poucos mestres fandangueiros vivos que fabricam os instrumentos. Porém, como a roça familiar também foi proibida em muitos locais, a festa acontece sem a sua razão inicial, que seria alguma contribuição da comunidade para com a família. Mas acontece mais por incentivo de ONGS e da sociedade civil, para que não se perca a tradição e o conhecimento das músicas nem da confecção dos instrumentos. Assim, hoje a cultura do Fandango tem um significado mais ligado à continuidade de uma tradição musical.

Entre os estudiosos destes povos, há uma discussão conceitual em se considerar se estes moradores do litoral seriam lavradores ou pescadores⁶⁰. Dependendo da região, há certa prioridade para uma das atividades, existindo casos em que as mulheres é que tomavam conta da roça enquanto os homens pescavam. Mesmo assim, estas duas atividades estão presentes nas comunidades tradicionais caiçaras, e correspondem a um elemento cultural da sociedade, interagindo e agregando significados aos costumes.

Marshall Sahlins, em *Ilhas de história* (2003b), fala da teoria da prática como conceito fixado na cultura. As ações sociais estão constantemente relidas a partir da prática, do diálogo simbólico entre o sentido cultural e a referência prática que coloca em questão uma série de oposições pelas quais compreendemos a história e a ordem cultural. Os conceitos culturais são utilizados de forma ativa para engajar o mundo.

Em seus diálogos, percebe-se que a roça exercia uma função para além da necessidade de subsistência, também tinha importância como um fator de unidade do grupo,

⁶⁰ Diegues, França, Cunha, Maldonado, Bernades, Beck entre outros.

como um espaço de aprendizado e socialização. Conforme salienta Sahlins (2003a), a experiência social humana consiste da apropriação de objetos de percepção por conceitos gerais, ou seja, a experiência de sujeitos humanos vem da apropriação de eventos como conceitos *a priori*.

A “roça seria, então, muito mais que um meio de produzir alimentos, ‘ela produz família, núcleos individualizados, fundamentais para reprodução em sociedade’” (VILAÇA e MAIA⁶¹ apud ADAMS, 2002 p. 181). Seria o que Sahlins (2003a) considera a respeito da ação humana, que é mediada por um projeto cultural que ordena a experiência prática, para além da simples lógica utilitária.

Encontramos nas falas desses moradores a importância atribuída ao roçado na formação das pessoas.

Então a educação nossa era a roça, trabalhá com o suor do nosso corpo, colhê nosso pão trabalhado, mas hoje não, ninguém mais trabalha. Os velhos trabalha e os jovens não, vão pra praia, jogá bola, brincá. (...) Então a delicadeza do povo aquela, este costume tá acabando porque o pessoal não tem mais educação pra isso. (E por que num tem mais educação?) Porque não tem trabalho, não tem mais o que fazer então só vão pra rua. Hoje tá assim, você já pensou o Sono, Ilha Grande, este pessoal tudo crescendo sem ter aonde trabalhar, sem sabe plantar, meter uma enxada no chão, plantá um pé de milho, sem sabê nada, como este cidadão daqui mais uns anos vão ser? Aonde vai dar o dinheiro, quem vai sustentá este povo? (Seu Jó)

Atualmente não há mais roças no Sono. Nos quintais das casas, muitos moradores exibem algumas pequenas hortas, que não bastam para a subsistência. A questão da extinção dos roçados é um tanto emblemática. Muitos moradores reclamam disso, indicando que é uma proibição dos órgãos ambientais que manejam a região. São saudosos do tempo da roça pois, como demonstramos, associam o trabalho com a terra à formação de valores e referenciais.

⁶¹ Vilaça, A. M. e Maia, ^{aa} 1989. *O povo do aventureiro*. Rio de Janeiro: DEP- FEEMA p. 32

5.5 De subsistência em turismo

Constatamos que quando a região se tornou uma UC foram definidas áreas de intervenção humana, áreas como as que os moradores já ocupavam com o roçado e a moradia, que poderiam continuar existindo, desde que não estendessem suas atividades para outras áreas a partir de então estabelecidas como de preservação permanente.

O que ocorreu, contudo, é que os moradores começaram a utilizar as áreas que antes eram de roça para a construção de casas, seja pelo crescimento das famílias ou para locação turística. “Existe o limite da vila onde pode construir, o limite de plantar e o limite que você não pode tocar. Ele tem direito a dois terrenos, mas ele quer construir.” (Leila) De acordo com o administrador da REJ:

Teoricamente não poderia nem plantar, seria uma área só para pesquisa. Aí é que tá. Quando criaram a reserva (...), justamente para tentar preservar esta comunidade lá dentro, desde que uma área ficaria para estas comunidades já ocupadas por elas e uma seria sem elas. Elas podem continuar usando o terreno, onde era a roça continua a roça, só não podem abrir novas clareiras. (Oliveira)

Esse fator foi mais um dos determinantes para atrelar o caiçara ao mercado, pois, tendo perdido o caráter de subsistência, ficou dependente de outras fontes de geração de renda. No caso, o turismo.

Destacamos ainda que a produção nas roças, característica dos moradores da região, era feita de forma itinerante, o que representa o mais primitivo estágio agrícola de *pousio florestal*, correspondendo ao sistema agrícola tradicional brasileiro.

Neste sistema agrícola, em clareiras abertas na floresta virgem ou adulta, cultiva-se a terra durante um ou poucos anos, após o que ela é deixada em repouso durante longo período, que podia ir até vinte ou mais anos, tempo necessário para a reconstituição da floresta e do húmus fertilizador. (MARCÍLIO, 2006 p.39)

Durante esse período de reconstituição do húmus, estes ativavam outra área para a agricultura. Então, podemos especular que por não poderem mais utilizar outras áreas para a

sua agricultura, agindo de acordo com a forma a qual estavam acostumados a trabalhar, possam ter ficado desencorajados a continuar com o roçado.

5.6 Alimentos, pronunciada mudança

Com o fim da roça no Sono, identificamos também a mudança de padrões dos hábitos alimentares, agravadas pelo fato de a caça também ter sido proibida, além da diminuição dos estoques pesqueiros.

Além disso, com a demanda turística apareceram novos alimentos que se incorporaram à alimentação dos moradores, como hambúrguer, *steak* de frango, macarrão instantâneo, entre outros: “Hoje é só pão, biscoito. Antigamente estas coisas era da terra” (Dona Filhinha).

“No sistema agrícola caiçara havia uma relação estreita entre o que se cultivava e o que se consumia: os produtos agrícolas indicavam as necessidades do grupo doméstico em seus hábitos alimentares” (MARCÍLIO, 2006 p.46; ADAMS, 2002, p. 139).

Os moradores mais antigos têm orgulho em descrever o que comiam, remetendo-os a um passado em profundo contato com a terra. Neste diálogo podemos verificar o caráter de subsistência de produção:

Nós comia peixe, farinha que a gente fazia, feijão que a gente colhia, café que a gente pegava. O açúcar era o caldo de açúcar, não tinha açúcar naquele tempo, moia a cana tirava o caldo fervia e passava o café. A mistura do café era com batata doce, aipim, banana da terra cozida, e angu com farinha de mandioca. E o alimento naqueles tempos era esse, a galinha a gente criava, criava o porco pra tirá a banha pra temperá o feijão. (S. Nilo)

Dona Filhinha me relatou como era a alimentação das crianças nessa época

F – Fazia Mingau pras crianças em fogão à lenha, num tinha fogão à gás aqui na roça, fazia o mingau de farinha de mandioca.

S – Como?

F – Fazia a farinha passá no pano, coava, paninho bem fininho, ficava só o pozinho, aí fazia mingauzinho pras crianças.

S – Mas tinha leite?

F – Antigamente não tinha leite não, era feito com leite do peito. Antigamente ninguém sabia disso, de compra leite, de comprar. Quando tava grávida, só sabia se era homem ou mulher só depois que nascia aqui mesmo no Sono, na roça mesmo. (F – Dona Filhinha; S – Sati)

Nota-se que Dona Filhinha, assim como outros, quando fala do Sono, usa frequentemente “aqui na roça”, demonstrando a relação intensa que tinha com esta atividade. Dona Filhinha diz, “Antigamente ninguém sabia disso, de comprar”. Note o “ninguém sabia”, ou seja, parece demonstrar o entendimento dela de que o “conhecimento” de comprar coisas veio depois, veio de fora. E ela faz uma comparação imediata dessa novidade com novas informações trazidas com esse contato, “Quando tava grávida, só sabia se era homem ou mulher só depois que nascia”.

Seu Nilo mostra a diferença da alimentação das crianças de antes das de hoje, na qual faz uma interessante distinção. Entre a comida da roça, “grossa”, dita assim pelo seu aspecto mais rústico de produção, e a comida industrializada da cidade, “fina”, que não nutre adequadamente uma criança.

N- A comida antigamente era anguzinho de farinha, quando ficava maiorzinho era um arroizinho com pedacinho de peixe, pedacinho de carne e criava as criança forte, tão forte.

F- Criava forte as crianças, com oito meses já andava. Hoje tem criança que anda até com dois anos.

N- Hoje já é comidinha fina pras crianças, hoje é sopinha de batata, não sei que lá, é leite comprado, é comidinha fina, antigamente era comida grossa para dá pras crianças, comida grossa brava, comida brava. Hoje não, é creme de leite... (F- Dona Filhinha; N- Seu Nilo)

Pelos relatos identificamos uma grande variedade de alimentos que complementavam o padrão alimentar de grande qualidade e variedade nutricional, se comparados com os alimentos atuais. Notamos hoje a enorme demanda de comidas industrializadas, inclusive a prioridade para estas. “Hoje até a farinha de mandioca eles compram do mercado.” (Leila)

O peixe continua sendo a base da alimentação da comunidade. Como até pouco tempo atrás não se dispunha de energia elétrica, o peixe é salgado e posto em cima de troncos presos

no alto, ou mesmo nos telhados das casas, ou ainda são pendurados em cima do fogão à lenha para que se mantenham conservados. Na grande maioria das vezes o peixe é comido frito, acompanhado de arroz, feijão e farinha de mandioca, tendo a salada de alface sido incorporada à alimentação recentemente. A alface, bem como outras folhas usadas em saladas, nunca foi plantada em roçados caiçaras, hábito que simplesmente não possuíam por conta das difíceis características agrícolas necessárias para o cultivo.

A criação de galinhas e patos, que vivem soltos pelo Sono, corresponde a um complemento alimentar, principalmente no inverno, quando há pouco turismo, que também coincide com a época em que o mar está mais bravo, dificultando a saída para a pesca.

5.7 Pesca, relações cotidianas



Imagem 8: Tinica arrumando a rede

A pesca também é uma atividade essencial para o Sono, principalmente fora da temporada de turismo. A importância desta atividade se nota pela relação cotidiana que os moradores têm com ela. Durante o dia ouvimos comentários sobre os pescadores que saíram para o mar, sobre as condições de tempo e maré, e ainda sobre o rendimento da pescaria em

outros dias. Nos finais de tarde, quando chegam os barcos, o assunto é como se deu a pesca. Conversa que envolve tanto os mais velhos, quanto as mulheres e crianças.

Mussolini dedicou seus estudos às várias formas de pesca existentes no litoral brasileiro, considerando esta atividade justamente como um fator de interação dessas comunidades. “Mas é na pesca, ao redor da rede, que se estabelece toda uma série de interações entre os moradores de um bairro, unindo-os em cooperação, e fazendo com que constituam, realmente, um grupo local.” (MUSSOLINI, 1980, p. 238)

“A pesca representa, em geral, uma forma de organização de trabalho e produção que transcende os limites meramente familiares para se converter em atividade comunitária” (MUSSOLINI, 1972, p 314)

Esta relação coletiva com a pesca, como descrita por Mussolini e Diegues (1983), já não existe mais no Sono. Não há mutirões e nem distribuição de peixe para a comunidade. Para a maioria dos habitantes a pesca não constitui mais uma atividade geradora de renda.

Inclusive a relação mercantil da pesca mudou. Anteriormente os pescadores vendiam apenas o seu excedente, sendo esta muito mais uma atividade de subsistência do que geradora de renda. Hoje, muitos já vendem para compradores específicos, deixando de ser, como afirmam alguns estudiosos marxistas, pequenos produtores, ou seja, não têm mais o controle de todo o processo da atividade. Como é o caso do pescador Doracilde de Araujo, conhecido como Tinica, que pesca no Sono para uma peixaria de Parati, que inclusive fornece gelo para a conservação dos peixes.

T – Acordo todo dia cinco horas da manhã, com os galo mesmo, já estou acordado, aí sai pra pescar. Seis e meia saio pro mar com o bote, e lá tira a rede, tira o peixe, gela o peixe, aí depois de uma semana que o peixe está aqui, a gente leva pra Parati.

S – Como gela?

T – Tem gelo, o rapaz da peixaria traz gelo de lá.

(T – Tinica; S – Sati)

Mesmo Seu Tinica não sobrevive apenas da pesca, também tendo parte de sua renda ligada ao trabalho com turistas. Sua esposa, Tais Albino de Araújo, ajuda a cuidar do quiosque que possuem. “A gente aqui trata de pesca, vevi mais ou menos de pesca, e tem um barzinho aí.”

A forma de pesca praticada pelo Seu Tinica é chamada de pesca de cerco. Mussolini (1980) contextualiza que essa técnica foi introduzida por volta de 1920 por pescadores japoneses, e esteve mais difundida na década de 60. São armadilhas – uma comprida rede que fica presa em dois pontos – colocadas em locais onde há a passagem de cardumes, ficando os peixes presos na rede. “O cerco é uma ‘rede de espera’, limitando o trabalho do pescador a quatro visitas diárias para a operação da ‘despesca’, só funciona em costeiras; não se adapta às praias.” (p.248)

Conforme me informou Seu Tinica, ele coloca a rede no local no final da tarde e verifica na manhã seguinte a sua produção. “Tem dias que a gente pega cerca de 100 quilos, 200 quilos de peixe. Tem vezes que a gente não pega nem 10 quilos. Não é toda vez que a gente pega bastante peixe.” (Tinica) Os principais peixes capturados com essa técnica são Sororoca, Robalo, Enchova, Carapau, Cação e Espada⁶².

Muitos moradores pescam “de linha”, e quando pegam algum peixe apreciado, como a Enchova, apressam-se para vender aos restaurantes de Parati, que os repassam aos turistas em forma de pratos elaborados, vendidos por preços exorbitantes.

A pesca com linha é feita normalmente junto à costa, em barco ou nas pedras, com vara longa ou somente com a linha na mão. Essa atividade é geralmente realizada pela manhã, ou ainda no final da tarde. Costuma-se capturar Enchova, Garoupa, Badejo, Robalo, Vermelho, Sargo e Pampo,⁶³ entre outros.

Ocorre ainda que a pesca constitui uma das poucas atividades profissionais que os homens podem realizar, e muitos trabalham para a pesca industrial em grandes traineiras em

⁶² Confirmado com os dados do Planos de Manejo 2004.

⁶³ Idem

alto mar, geralmente em Ubatuba, Angra dos Reis e no Rio de Janeiro. Como relata o jovem Zião, de 22 anos, que fora da temporada de turismo procura trabalho nesses barcos para complementar sua renda sazonal: “Eu saio pra trabalhá no barco. Aí só assim mesmo. Muitos saem pra trabalhá no barco em Angra, em barco de pesca do outro lado. Aí, se não, não tem mais nada.” (Zião).

A pesca nestes barcos é considerada muito dura, e muitos pescadores me diziam que a atividade envelhece o homem, pois ficam cerca de três a quatro meses em alto mar pescando, e recebem de acordo com a quantidade de peixe que conseguem pescar.

Esta forma de pesca industrial, explica Diegues (1983), surgiu com mais força no litoral brasileiro a partir de 1967, com o decreto da Lei nº 221, que pretendia difundir a pesca industrial com uma série de incentivos. Fator que gerou mudanças na pesca artesanal existente antes, pois além de transformar o pescador em um “proletário do mar”, acarretou subseqüentemente a diminuição do estoque pesqueiro e o desaparecimento de várias espécies, fator que veio a comprometer de vez a pesca artesanal.

T - Mudou bastante de uns tempos pra cá, aqui neste lugar dava peixe demais, agora o peixe fracassou.

S - Por que será?

T - A matança grande, muita gente pescando, os grandes barcos. Pescava antes era barco menor barco aí de 12,20 toneladas. Agora tem aí barcos muito grandes, tem barco aí que pega cento e poucas toneladas, estes barcos aí acabam com o peixe. Tem aparelho também. Antigamente, uns quinze anos, a gente matava peixe no barco vendo o peixe, e agora não, os aparelhos vêm e acusam onde é que está o peixe, se eles passam lá 500 metros e já sabem onde tá o peixe.

(T – Tinica; S – Sati)

Seu Tinica há muito tempo se relaciona com a pesca. Saía para pescar desde os doze anos de idade, e demonstra ter convivido – marginalmente, pois sempre teve mais ou menos os mesmos hábitos de pesca – com os processos de industrialização da pesca e as novas tecnologias para obtenção de um maior número de peixes. Ele diz que antes pescavam em um

processo mais de igualdade “antigamente, uns quinze anos, a gente matava peixe no barco vendo o peixe”. Dessa forma o peixe não tem maiores chances e daí o seu “fracasso”.

Esse “fracasso” dos peixes também é um dos fatores que levaram a um afastamento do caçara dessa atividade. Segundo os dados do Plano de Manejo, “vinte e seis moradores trabalham com a pesca embarcada e sete com pesca artesanal” (IBAMA, p. 7, encarte II). Pouco para uma população de duzentos e noventa habitantes, sendo que antes todas as famílias viviam basicamente desta atividade.

Alguns, com uma renda mais pronunciada do turismo, já estão escolhendo parar de pescar, como conta Seu Almerindo, que desde que tem algumas casas para alugar não tem mais saído para pescar. “Porque a pesca exige muito, você fica velho antes do tempo. Todo pescador tem problema de visão, porque o salito queima a vista.” E isso você nota nos rostos destes pescadores, profundamente vincados e marcados de salitre e sol.

5.8 Mar, atração e interação simbólica



Imagem 9: Elo de comunicação

O mar e a praia fazem são parte importantíssima do cotidiano do Sono, figurando como locais de interação simbólica. Diegues (1997), em seus estudos sobre a vida dos ilhéus, demonstra que a interação desse litorâneo com a praia é distinta daquela construída pelos moradores do continente.

É possível observar no Sono que, pelo menos por parte dos mais jovens, houve uma assimilação daquela mesma forma de relação que os turistas têm para com a praia, o que pode ou não ter influenciado na forma dos nativos se relacionarem com o mar. É raro vermos moradores adultos nadando, o que de fato não observei enquanto estive lá. Mesmo assim, estão quase sempre estimulando o turista a ir nadar. Ressaltamos, como alguns moradores deixaram claro, que muitas vezes os seus momentos de lazer normalmente se dão concomitantemente aos momentos de trabalho, na interação com o mar.

Conforme salienta Tuan (1980), em uma sociedade em que há maior mobilidade, quando o indivíduo é um visitante ou turista, “sua percepção frequentemente se reduz a usar seus olhos para compor quadros. Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa, que deriva da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente.” (p. 72)

Com relação a essa percepção dinâmica do morador com o seu meio, trago um fator observado que me trouxe grandes reflexões sobre o que significa “ser caiçara”. Notei uma característica comum às diversas comunidades caiçaras e de pescadores que visitei, inclusive em lugares mais urbanizados como Ubatuba. Conversando com algum caiçara, quando este queria explicar alguma coisa com mais precisão, se abaixa e começa a explicar os detalhes enquanto desenha com o dedo na areia. Demonstrando, com isso, terem aquela noção espacial dinâmica, e que as formas pelas quais seu pensamento se desenvolve estão ligadas a um referencial mais prático, pois, afinal, foram aprendidos desde uma base empírica, de vivência.

Podemos identificar o papel da cultura no condicionamento da percepção e valores ambientais das pessoas, mas, à medida que a sociedade e a cultura se dinamizam, essa atitude estabelecida na relação com o meio ambiente pode mudar.

De acordo com Diegues (1997), “o mar é visto por algumas sociedades insulares como um obstáculo ao contato com o exterior, e por outras como meio e comunicação”, podendo tanto ser interpretado como um fator de isolamento e, nesse sentido, uma barreira a ser transposta, quanto como elo de interação e contato com outras comunidades.

Apesar da Praia do Sono não ser uma ilha, a dificuldade de transporte e o seu isolamento com relação aos centros fez com que desenvolvesse uma relação de identidade e dependência com o mar que fica mais evidente quando há dificuldades em transpô-lo.

Os moradores relatam as dificuldades quando o mar está com grandes ondulações, situação esta que agrada aos mais jovens, na maioria surfistas. Nestes dias, nota-se um movimento especial, pois logo cedo todos estão na praia, concentrados, com as pranchas “debaixo do braço”, - expressão usada pelos mais velhos quando falam desses jovens, sempre com um ar de braveza - demonstrando que vêem essa atitude como uma perda de tempo sem propósito.

Porém, quando o mar fica bravo por muito tempo, atrapalha toda a rotina dos moradores, que não podem sair de barco para outros locais, nem pescar.

Se o mar tá ruim, fica meses sem o médico vir. Porque tem uma agenda, ele vem de quinze em quinze dias, se chegar o dia dele vir e o mar tiver ruim, ele não vem... Aí chega no outro tá ruim de novo. Tem vezes que ele fica dois, três meses sem aparecer. (Leila)

Esse fator de isolamento traz sérios desconfortos, conforme relatam principalmente os mais velhos, que precisam de cuidados médicos mais específicos, e enfrentam dificuldades por ter de ir sempre a Parati, uma viagem difícil. Ou se vai pela trilha, que é bem acidentada, e quando chove fica muito escorregadia e perigosa, principalmente aos mais velhos, ou se vai de barco até o Condomínio Laranjeiras, de onde se segue com uma Kombi que chega a demorar horas para passar. Depois disso, indo tanto pela trilha como pelo mar, é preciso pegar um ônibus que passa de hora em hora na Vila Oratório para chegar a Parati.

Conversei com uma enfermeira que visita as comunidades locais, Sirlane Alves, que me contou que em casos de emergência é muito difícil realizar o socorro. Há histórias de mulheres que entram em trabalho de parto e têm de ser carregadas pela trilha. Dona Perpétua conta o caso de uma dessas grávidas que abortou no caminho, morrendo mãe e filho. A enfermeira Sirlane auxilia gestantes que se hospedam em casas de amigos e parentes em Parati, quando estão próximas de darem à luz.

Fiquei sabendo⁶⁴ da existência de duas parteiras no Sono. Uma delas é a Dona Aurora, de 73 anos, que já não realiza mais partos, pois tem ficado nervosa durante a operação, com a pressão arterial subindo muito; a outra, dizem ter quebrado um braço, que nunca mais ficou bom, motivo pelo qual também parou de fazer partos. Por isso a necessidade de ir até Parati, já que não há médicos ou parteiras residentes no Sono.

Ao mesmo tempo em que os moradores reclamam da dificuldade que enfrentam em relação ao mar, fator de isolamento, o mar acaba sendo o meio mais fácil de comunicação com outros lugares e, portanto, também um facilitador.

O elo de comunicação com outras localidades proporcionado pelo mar logo é percebido quando um barco chega ao Sono, pois há sempre alguém esperando para saber das novidades vindas de além-mar; ou é uma família com carregamento de materiais de construção, ou são produtos a serem vendidos nos quiosques, ou mesmo compras para a casa.

⁶⁴ Infelizmente não consegui ter contato com essas Sras.



Imagem10: A chegada do barco

Quando a proa do barco bate na orla da praia, quem lá espera corre para arrastar o barco para a areia e ajudar a descarregar; e logo vemos crianças, velhos e moças ajudando, cada um com a sua capacidade. Primeiro amontoam tudo na areia, e depois levam tudo aos poucos ao seu destino, às vezes fazendo várias viagens, o que pode levar o dia todo.

Quando o carregamento é grande, materiais de construção, por exemplo, o dono pede ajuda aos amigos e depois paga bebidas e cigarros como forma de agradecimento. Uma forma de ajuda comunitária que sempre existiu na cultura litorânea, como já comentamos sobre a época das roças.

5.9 Da canoa ao motor



Imagem11: Edson chegando

Nos mares do Sono, há hoje dois tipos de embarcação: o barco a motor, predominante, e a tradicional canoa de voga, feita com um tronco só. Atualmente, na região da Juatinga, existem apenas dois artesões que fazem, concertam e vendem essa canoa, sendo que um deles é o morador Gilmar, filho de Seu Nilo e Dona Filhinha, que também faz outros barcos pequenos usando a mesma técnica para vendê-los em Parati.

Para fazer uma canoa como essa, antes é preciso esperar que uma árvore caia, e fotografá-la no local para provar ao IBAMA⁶⁵ que realmente caiu, conta Almerindo, que fez questão de me mostrar orgulhoso uma canoa que seu irmão Gilmar estava fazendo.

⁶⁵ Muito dos moradores não distinguem o IBAMA do IEF como órgãos separados, não há como afirmar com certeza a qual órgãos estão se referindo em suas falas.



Imagem 12: Canoa de voga

“Uma canoa para arrema tem que ir lá avisar eles, registrar, tirar licença (...). Porque antigamente não: tirava uma árvore e fazia.” Devido à morosidade do processo, muitas vezes o tronco até apodrece antes de se ter a permissão dos órgãos ambientais, o que acaba por desestimular a produção. Além de poder gerar uma perda do saber fazer, que já não está mais sendo passado para as outras gerações. A arte de confeccionar canoas foi apreendida há muito tempo com as populações indígenas.

Ademais, de herança indígena poderíamos apontar a comuníssima canoa de um troco só escavado (...), embarcação que não falta em ponto algum de nossa costa, mesmo quando o predomínio caiba a outros tipos de embarcação. (MUSSOLINI, 1980 p. 228)

A canoa de voga é mais utilizada para pesca, apesar de servir de transporte para algumas famílias. O que predomina hoje são os barcos a motor de popa. Um motor de 25 cavalos de força chega a custar até 6.500 reais, e até 2.000 reais um de 15 cavalos. Segundo informa Zião, uma canoa de voga chega a custar em torno de 3.000 reais, dependendo da madeira. Sem contar o gasto com combustível, fica clara a preferência pelos barcos, que também facilitam o trabalho tanto na pesca como no trato com os turistas transportados de Laranjeiras ao Sono.

Verificamos assim as escolhas de consumo, compreendidas como seleções do que é importante ou não, seleções essas que desempenham um papel de mudança na cultura.

5.10 Disposição territorial

Como pudemos ver na Praia do Sono, existe um processo de luta e reconhecimento por seu território, que acreditamos dar suporte para uma relação histórica de identidade que esses moradores têm com o seu local. A partir dos problemas com o grileiro de terra, os moradores entenderam que precisavam demarcar seu território e começaram a compreender o valor mercadológico que as suas terras podiam ter.

No Sono, não havia demarcações de terrenos, nem uma noção de propriedade. Moacir dos Santos, caçara nascido e criado nesta bela praia ao sul de Parati, afirma estar convencido de que “no Sono nunca ouve dono, pois somos uma geração de muito longe, que sempre viveu em terras do Estado.” (SIQUEIRA, 1984 p. 46)

“De primeiro” - para usar o termo usado por eles quando querem se referir a época de seus pais e avós- a maioria morava mais perto do morro, próximos as suas roças. Somente depois começaram a ocupar áreas mais próximas a praia. “foi quando a Sinéia nasceu que viemos pra cá, né? (...) Hoje ela está com trinta anos” (Filhinha). Assim consta que foram descendo e mudando suas casas para mais próximo do mar.

Mais tardiamente alguns moradores também passaram a ocupar a restinga, onde hoje fica a área dos *campings* mais cobiçados pelos turistas, já que estão de frente par o mar.

A ocupação da terra nessas áreas é baseada principalmente nos direitos de posse, não há rede de energia elétrica, os banheiros ainda são minoria, e as fossas são raras. Em alguns lugares a água que serve as casas verte literalmente pelas mangueiras, mas já começa a faltar água nos meses mais secos. (IBAMA, p. 211 encarte I 2004)

O Seu Jó conta que foi um dos primeiros a pegar o terreno da restinga. Contou que era tudo muito sujo, com “matos” e lixo que lá ficavam, trazidos pelo mar. E foi tirando os “matos” e plantando árvores que hoje lá estão. Assim se deu a ocupação.

Lá era tudo abandonado, não tinha movimento assim não. Lá era mato, matão, fomos limpando, tratamos um monte de amendoeiras que não tinha, era céu aberto não tinha sombra, tem amendoeira lá de sete anos, já plantou um monte de árvores lá. (Dona Perpétua)

O fato de Dona Perpétua destacar que não tinha movimento naquele local próximo a praia demonstra que as relações de interação com o meio não se davam propriamente na praia, como já demonstrava o fato de suas moradias estarem localizadas mais próximo aos morros.

Hoje o que seria a restinga da praia já é local de ponto de comércio, com terrenos para *camping*, quiosques que servem refeições e são também vendinhas, do tipo armazém com diversos utilitários, tanto para os campistas como para moradores.



Imagem 13: Ocupação na restinga

Restinga é a área de mata de transição da areia para o continente, é um mato mais seco e com espinhos; essa mata é importante, uma vez que protege o solo da erosão e é definida pelas UCs de todos os locais praianos como Área de Proteção Permanente (APP). Porém, neste caso, ela já quase não existe mais, no Sono.

Em termos técnicos, definidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), a restinga é a “vegetação que recebe influência marinha, presente ao longo do litoral brasileiro, (...) Ocorre em mosaico e encontra-se em praias, cordões arenosos, dunas e depressões (...)” (apud IBAMA, p. 199 Encarte I)

Em lugares em que a restinga não é preservada ocorre a erosão do solo, e o consequente aumento da maré. O que protege a erosão no Sono é que muitos donos de *camping*, prevendo a preferência dos campistas por lugares com sombra, plantaram diversas árvores, principalmente abricós e amendoeiras, espécies que se adaptam melhor ao terreno arenoso; têm largas copas que proporcionam boas sombras, e suas raízes também protegem o solo da erosão.

Nessa área também fica a única igreja do Sono, que falaremos mais adiante. Está localizada na faixa de terra que os moradores chamam de centro, onde também se localiza o quiosque da Val (mãe de Leila), o único que fica aberto o ano todo.

A escola também se localiza nessa região. Oferece aulas até a quarta série do nível fundamental, contando com apenas uma professora. Uma ONG alemã doou placas de energia solar para a escola, como alternativa aos barulhentos geradores a diesel. A escola está sempre cheia, mesmo fora do horário de aula. Às vezes há exibição de filmes para os moradores. Alguns usam a cozinha e os banheiros para tomar banho quente. No quintal da escola há um *playground* com uma gangorra, um trepa-trepa e um gira-gira enferrujado.

Também na escola é onde se localiza o único orelhão no Sono, que invariavelmente encontra-se quebrado. É também o único lugar onde os moradores recarregam as baterias de seus celulares, o que é demorado devido às filas, pois muitas pessoas possuem aparelhos, apesar de só haver sinal em poucos lugares.

As casas dos moradores ficam na faixa atrás da restinga, perpassadas pelo que costumam chamar de trilhas, o que seriam as suas ruas de areias e depois de terra. Não há asfaltos.

5.11 Quiosques

Nesta faixa da restinga também contei vinte quiosques. Geralmente quem possui um quiosque tem também um *camping*, contabilizei quinze áreas de *camping*, somente na região da orla da praia.

Os quiosques são bem diferenciados uns dos outros. Uns demonstram uma estrutura mais rústica, construídos com sapê, outros são mais elaborados, em alvenaria. Já alguns outros, no entanto, apresentam construção de concreto por dentro, com cozinha azulejada e pisos frios, mas por fora são revestidos de barro e bambu, com telhado de palha, para dar a impressão de uma construção mais tradicional.



Imagem 14: Quiosque da Lindalva

O quiosque da Lindalva é assim, um enorme quiosque de quase três andares, todo revestido de barro, com telhado de palha, bancos e mezinhas feitos de bambu, uma decoração rústica, em que cangas são usadas como toalha de mesa. É o quiosque mais caro de todos. Enquanto a maioria cobra algo entre 7 e 10 reais pelo PF (prato feito), no dela custava R\$ 22,00. Eles recebem grupos fechados de excursão, geralmente de estrangeiros, que vêm para fazer caminhadas, passando o dia no Sono, de onde voltam no mesmo dia. Os moradores

procuram desenvolver uma estrutura exatamente para que esse tipo de turistas, estrangeiros com bom poder aquisitivo, permaneçam mais dias no Sono.



Imagem15: Armazém

Estes quiosques também funcionam como armazéns, em que vendem os mais variados utensílios para campistas, como velas, fósforos, cordas, álcool e demais objetos. Também vendem alimentos para fazer. Costumam ter uma cozinha em que são servidos lanches, bebidas e refeições, chamadas de “legítimas refeições caiçaras”, o típico prato feito, ou “PF”, composto basicamente de arroz, feijão, peixe e salada.

Essa utilização do termo “refeição caiçara”, bem como os quiosques “decorados” com estruturas mais rústicas, foram dotado de significação cultural, seria o que Urry (1996) chama de atração inventada, construções de significações culturais para agradar a expectativa do turista. “Se determinado lugar não transmite significados culturais apropriados, a qualidade de serviço específico poderá muito bem ficar comprometida.” (URRY, 1996, p.64).

Muitos deles só abrem durante as épocas de turismo mais intenso do ano, no entanto uns dois ou três deles ficam abertos para atender à demanda dos próprios moradores. O quiosque que sempre está aberto é o da Val. É onde os moradores costumam se concentrar após o culto evangélico, à noite, pois tem luz movida a gerador. Em sua maioria homens,

muitos bebem alguma bebida alcoólica, geralmente vinho. Durante as pesquisas, percebi que era muito difícil conversar com os homens no período da noite, pois muitos já se encontravam bêbados.

O trabalho no quiosque é sempre familiar, com os homens geralmente cuidando da parte do bar, da vendinha e do recebimento do dinheiro, e as mulheres cozinhando. Porém já há casos de famílias que durante a alta temporada alugam seus quiosques para pessoas de fora usarem e gerirem o negócio.

5.12 Cercas

As casas que ficam junto à orla, mais próximas da entrada da praia, possuem cercas altas, de bambu, ou cercas vivas, de folhas. Mas quanto mais se adentra a região, menos cercas são vistas, pois a maioria das casas não possui limites claros de loteamento, sendo que muitos caminhos, como o que leva à cachoeira, passam pelo meio do quintal dos moradores.

Também não há demarcações claras para os visitantes, mais ao sul da praia, mesmo na área da restinga, sendo os terrenos de *camping* limitados por pontos naturais. Os moradores dizem, por exemplo, “você pode montar sua barraca até aquela árvore”.

A definição de público e privado, neste caso, difere daquela comum a um centro urbano, uma vez que a comunidade é mais coletiva do que individual. Mesmo os espaços ditos privados, como o quintal das casas, por exemplo, são muitas vezes parte de atalhos que todos usam para chegar a outros lugares.

Nestas áreas não existem muros, os caminhos seguem livremente dando acesso a todas as casas, os limites dos terrenos são reconhecidos e respeitados pela vizinhança, os quintais são fartos em pés de banana, limão, manga, jaca, abacate, goiaba, café e cana. (IBAMA, p. 211 encarte I 2004)

Contudo, já observei que alguns terrenos foram demarcados por cercas vivas plantadas muito recentemente, o que tem se tornado uma constante. A questão sobre cercamentos de terra no Sono é outro fator emblemático.

Quando estava realizando uma das minhas pesquisas de campo, logo depois de um feriado de carnaval, período um tanto quanto turbulento, uma vez que aumenta sobremaneira a quantidade de turistas e ocorrem diversos furtos, presenciei uma conversa entre duas moradoras sobre os acontecimentos do carnaval, em que uma delas falou: “Não adianta. Tem que por corrente e cadeado”. Esta frase em específico foi reveladora. Quando os moradores percebem que precisam delimitar seus espaços e se proteger dessa forma, é porque algumas coisas estão mudando, ou seja, os espaços de conflito típicos da cidade já chegam ao Sono.

Uma das coisas que podemos pensar é que, tendo aumentado a posse de bens, já se nota a existência de uma desigualdade material maior entre os moradores.

5.13 Construções, novos padrões de habitação



Imagem 16: Casa de sapê

Conforme as discussões sobre populações tradicionais, constatamos que estas têm a maioria de suas necessidades supridas pela natureza, o mesmo se deu com as suas moradias. Caracteristicamente, as casas caiçaras provinham de estruturas encontradas na mata, a madeira que serve de base, o barro que compõe as paredes, cascas e folhas para o teto e telhado, formando a conhecida casa de taipa, casa de sapê ou casa de pau-a-pique.

As primeiras mudanças eram percebidas nos telhados, construídos com telhas, mesmo nas casas de sapê. “Não tinha telha, antigamente não tinha telha é de sapê. De uns tempos pra cá foi que o pessoal começou a comprar a telha, mais antigamente era de sapê.” (Dona Filhinha)

Observamos que muitas construções no Sono já não são mais de materiais da terra, mas de alvenaria. Durante o trabalho de campo observei muitas casas nesse estilo sendo construídas. Contudo, novas construções são proibidas pela REJ, que regulamenta a ocupação, impedindo os moradores de construir ou fazer adaptações nas casas, conforme demonstra João Oliveira:

Legalmente não é permitido. Podem reformar, desde que, seja do mesmo material da casa pré-existente. Tem uma lei do deputado “Carlo Minque”, aqui do Rio, que regulamenta a permanência de comunidades tradicionais em UCs do Estado do Rio, ela é bem explícita esta lei, em nenhum momento ela diz que você pode fazer nova construção e reformas. O grande problema que se tem, é que a família cresce e vai querer uma casa para ela. E pela lei ela não permite novas construções independentemente de quem seja. (Oliveira)

A questão de não poder construir é problemática, como salientou o diretor, já que as famílias crescem e se desenvolvem, ampliando naturalmente sua ocupação. Divergindo dessa legislação imposta pela REJ, o diretor da APA Ney França, acredita que esta lei tem como objetivo impedir que as populações se desenvolvam para que no futuro a região se torne uma reserva biológica.

Se por um lado eles dizem que vão proteger o desenvolvimento sustentável e as populações tradicionais. Por outro não deixam mais eles construírem, ou seja, com o passar do tempo isso vai virar uma reserva biológica. Porque se os novos não podem mais construir e os mais velhos um dia vão morrer, vai acontecer que daqui a pouco não mora mais ninguém lá. (França)

Alguns moradores ainda defendem a manutenção das casas de sapê, ressaltando tanto a facilidade em se construir por causa do abundante material, quanto por essa ser a forma de

construção a que estão tradicionalmente habituados, sem a necessidade de contratar pessoal especializado. Uma construção que leva dois ou três meses para ficar pronta.

A minha casa não tem concreto não, tem viga de madeira. Eu tô acostumado, eu nasci nisso, eu nasci em casa de sapê, era tão bom, a gente dormia tão bem. Hoje mudou tudo porque o ladrilho esfria muito uma casa, você acorda de manhã cedo, você pisa no chão pode pegar pneumonia. Aqui amanhece tá quente o chão você pisa não sente aquela friagem...” (Seu Jó)

Atualmente encontramos no Sono uma nova forma de construção, mas que ainda se baseia nos moldes tradicionais. São casas feitas de madeira e barro da mata, mas com cimento passado do lado de fora, o que ajuda a preservar por mais tempo a integridade da casa, já que uma casa de sapê autêntica requer manutenção constante. Essas novas construções são chamadas de casas de estuque.

O conforto é muito bom, o pau a pique esquentava assim no frio e refresca no calor, o barro é muito bom a gente não solta e deixa no barro a gente emboça bonitinho e quem olha pensa que é de alvenaria, fica uma casa boa também. (Seu Jó)



Imagem 17: Seu Jó e sua esposa D. Maria em frente a sua casa de estuque

Outros enxergam nessa construção, um diferencial de habitação que pode ser um atrativo cultural para o turista.

A minha casa não é de alvenaria, é de estuque e vai continuar sendo, é de barro com madeira do mato, e você mora muito bem dentro de uma casa de estuque do mesmo jeito que você mora na de alvenaria, eu acho que todo mundo podia fazer casa de estuque, chalé de estuque, pra alugar ia ser bem melhor. (Leila)

No entanto, a maiorias das novas casas é de alvenaria. Com a intenção de atender à demanda turística, ampliando o padrão de turismo no Sono, já que um cidadão que se dispõe a alugar uma casa tem mais padrão de renda do que os campistas.



Imagem 18: Materiais chegam pelo mar

Uma construção de uma casa de alvenaria no Sono é trabalhosa. O material vem de Parati, tendo de ser transportado pelo mar; além disso, é preciso contratar pedreiros de outras regiões, já que no Sono não há quem faça esse serviço. Tudo isso encarece muito o processo. Almerindo, que construiu um chalé de dois andares em alvenaria, informou que levou cinco anos para construí-lo. Trouxe janelas e portas no bagageiro de um ônibus desde o Rio de Janeiro, pois em Parati eram mais caras; os pedreiros foram contratados em Patrimônio, uma região mais desenvolvida, vizinha ao Sono, cujos moradores são conhecidos por trabalharem no Condomínio Laranjeiras. Almerindo já construiu a casa com estrutura para energia elétrica, prevendo a sua chegada ao Sono.

Ele me disse que gostaria de vender esse sobrado, mas não pode fazê-lo porque “não tem os documentos⁶⁶”, mas confessa que se alguém oferecesse 60 mil ele venderia na hora, e iria com a família viver de pesca em Parati, que se configura como um ideal de vida para alguns. Todos correm o risco de ter suas novas casas demolidas por serem construções ilegais.

Pelo estatuto da REJ a gente pode construir casa de estuque, não de alvenaria. Já é um erro porque eles não vêm proibir. Não fiscalizam, só vêm no verão. Aí chega no verão, chega aí cheio de marra sabe? Mas passa o ano inteiro deixando tudo acontecer. Então como é que você vem na minha casa, você pode fazer tudo, aí eu chego certo dia não pode fazer mais. Você deixou até agora por que agora eu não posso fazer mais? (Leila)

Questão que fica um pouco mais complicada pelo fato de a legislação da APA permitir essa construção.

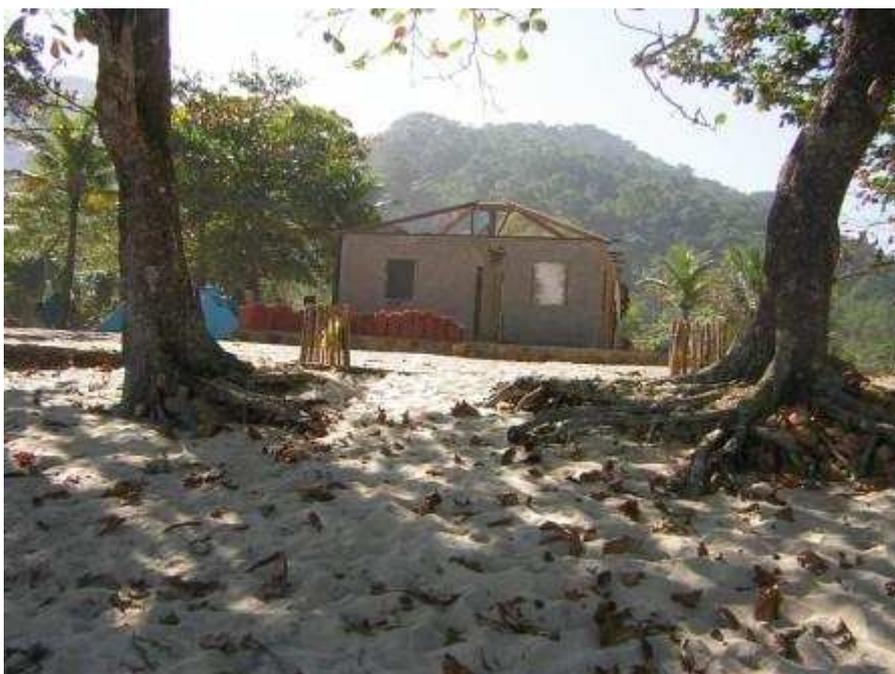


Imagem 19: Construções

Para nós isto não tem problema nenhum, porque é uma deslealdade, um absurdo não deixar o cara aumentar seu padrão de vida. Se um dia o cara quer casa de tijolo, eu não posso falar não porque a outra é mais caçara, é mais bonita, eu não posso ser romântico, quer fazer casa de tijolo faça. (França)

⁶⁶ Como dissemos, as vendas são proibidas

Assim mesmo os caiçaras continuam construindo, porque apesar das ameaças da REJ ao Sono, nunca foi demolida nenhuma casa lá. Mas em outros locais, como na região do Pousou da Cajaíba, próximo ao Sono, algumas obras de turistas e ocupações de caiçaras foram embargadas e completamente destruídas.

Perguntei por que as pessoas querem construir casas de alvenaria se são tão trabalhosas, ao que Almerindo me disse ser porque as pessoas lá nunca moraram em casas assim, e então ficam com vontade. A partir disso, percebemos como as novas formas de relação de consumo estabelecidas demonstram também um padrão de distinção social.

Conforme Douglas e Iserwood (2006) a construção de valor de um objeto está sempre em andamento. Se os caiçaras perceberem que as casas de estuque são mais atrativas ao turista, devido ao seu diferencial, todas as construções seriam feitas assim, já que são muito mais baratas. É como a presidente da associação dos moradores gostaria que fosse. Mas, para isso, é necessário um reconhecimento dessas construções como parte de sua cultura. Uma vez que as formas de valorização de um objeto, “se tornam canais padronizados de pensamento” (p.41).

Estes objetos, sendo símbolos de comunicação não-verbais, demonstram fatores de representações de comunicação e distinção. Enquanto uma casa de sapê ou estuque comunica uma tradicionalidade de moradia, uma casa de alvenaria comunica “não sou nativo”, demonstrando um padrão de diferenciação entre os próprios moradores.

Observamos também muitas casas que não são de moradores legítimos do Sono, chamadas de casas de veraneio e casas secundárias, compradas de caiçaras, muitas vezes por preços irrisórios. Essas transações são terminantemente proibidas e são fiscalizadas com maior rigor, o que ajuda inibir a venda das casas, e a consequente perda da terra por parte dos nativos. “Teoricamente não poderia nem morar lá. As casas secundárias são ilegais, são posses compradas de caiçara. Tem o aval jurídico para que elas sejam derrubadas.” (Oliveira)

Atualmente, a maioria dos moradores não vê mais vantagens em vender suas terras, sendo conhecidas as histórias de muitos que venderam e depois quiseram voltar, mas não puderam. Existe também uma forte campanha feita pela associação de moradores, ONGS e órgãos ambientais para que isso não ocorra. “Aqui é o único lugar ainda que tem menos gente de fora, chegou uma hora que a gente falou ninguém pode vender mais. E a comunidade também não deixa. Antigamente 50% achava que o legal é vender, hoje 80 % não acha mais legal.” (Leila)

Observamos também uma pronunciada mudança nas características arquitetônicas dessas casas. Como a cozinha, que geralmente se localizava na parte exterior da construção, em um lugar amplo e coberto; e não fechadas dentro, como se vê hoje. A maioria das casas reformadas ou de alvenaria tem a característica de possuir estes dois tipos de cozinha: a que fica dentro da casa, com o fogão à gás e os utensílios domésticos, e, colada a ela, como se fosse uma varanda, a outra cozinha, que preserva traços mais tradicionais com o fogão à lenha e os utensílios próprios para esse tipo de fogão.

Era comum que o banheiro também ficasse do lado de fora, localizado no ponto do terreno mais distante da casa; hoje, apesar de ainda ser feito sobre uma fossa, com a porta abrindo para o quintal, ele geralmente fica colado a casa.

5.14 Religiosidade



Imagem 20: Igreja

O Sono conta apenas com uma pequena igreja, de paredes brancas e janelas azuis, cuja arquitetura parece querer remontar ao período colonial. Mas trata-se de um templo evangélico, da ordem “Assembléia de Deus”.

As igrejas evangélicas começaram a se proliferar pela região entre as décadas de 50 e 70, mudando alguns hábitos e costumes.

A construção de templos da Assembléia de Deus, Congregação Cristã, Igreja Evangélica Brasil para Cristo, Adventista do Sétimo Dia, e outras que preencheram uma lacuna espiritual que a Igreja Católica provavelmente não atendeu, começaram a mudar os costumes religiosos e comportamentais da região. Era comum aparecerem duas ou mais igrejas na comunidade, que disputavam fiéis. (IBAMA. 2004, p. 63)

Um aspecto que pode ter influenciado na aceitação dos moradores ao pentecostalismo é o fato de essas religiões fazerem referência a um universo mágico ou fantástico que também permeia a vida dessas comunidades, como no das famosas histórias de pescador.

Na condição de religião cristã, a principal continuidade do Pentecostalismo com a religiosidade popular brasileira consiste na crença em Jesus, demônios, milagres, mitos bíblicos, pecado, curas e intervenções sobrenaturais, feitiçarias, concepções escatológicas. Nesse sentido, geralmente também se ressalta o caráter leigo do Pentecostalismo, que permite ao fiel entrar em contato com Deus sem depender da mediação eclesial. Tais semelhanças e continuidades entre religiosidade popular e Pentecostalismo, sem dúvida, facilitam a evangelização e a socialização dos novos adeptos das igrejas pentecostais. (MARIANO, 2008 p. 85)

A princípio, antes do problema com o grileiro de terras, quando a população era maior, existiam no Sono duas igrejas pentecostais de ordens diferentes, a Assembléia de Deus e a Brasil para Cristo. Siqueira (1984. p. 47) relata sobre essas igrejas, no período: “As duas Igrejas, construção simples de terra batida que necessitam de constante recuperação – como de resto todas as casas do Sono – estão com as vigas quebradas, as paredes rachadas e ameaçando ruir.”

As igrejas acabaram trazendo mudanças à vida desses habitantes, tanto sociais quanto mística e simbolicamente, por conta de suas proibições e novas formas de mostrar o mundo. Levando a “transformações de comportamento nas vestimentas, nos gestos, no vocabulário, os cabelos sem corte, as visitas então para as orações, e principalmente o temor pelo profano” (IBAMA. 2004. p. 60)

A nova igreja acabou com as festividades que ocorriam na região. Festas que consideramos representativas de manifestações culturais tradicionais, ligadas aos santos relacionados aos feriados católicos do calendário cristão. O pentecostalismo construiu sua identidade negando e se opondo tacitamente ao catolicismo, às suas festas, imagens e ritos.

“O Sono era o lugar dos mais animados onde aconteciam as melhores festas da região; havia localidades onde na ocasião de festas, como as do final de ano, os bailes aconteciam durante quatro noites seguidas, iniciando às 19 horas e indo até as 8 horas da manhã. (...) as festas ocorriam em estreita ligação com o calendário cristão. Toda comunidade tinha o seu santo padroeiro, por isso as festas aconteciam durante o ano todo.” (IBAMA. 2004, p. 60)

Então, com a introdução do pentecostalismo na região, foram se acabando as festas, tidas como profanas, bem como o hábito de frequentar benzedadeiras, e mesmo algumas simbologias de mitos e lendas na região.

Fazendo um adendo a essa discussão, considero um ponto interessante: Quando do início deste trabalho, ao demarcar os três pontos fundamentais nas alterações do modo de vida e do cotidiano dos moradores, não me referi a nenhum momento a igreja, precisamente porque assumi os marcos destacados pelos próprios moradores. As considerações sobre todas as mudanças causadas pela igreja evangélica são obras de pesquisadores, que em alguns casos consideram-na uma interferência negativa e/ou motivo de aculturação. Entretanto, para muitos dos moradores, a igreja chegou como uma salvação em meio a tantas incertezas.

Em pesquisa realizada com moradores da região do Vale do Ribeira, vizinha a Parati, constatou-se em depoimento que estes se sentiam muito satisfeitos com a presença dessa prática religiosa em suas vidas.

A mudança de prática religiosa, do catolicismo popular ao pentecostalismo, confirmou uma maior estabilidade econômica e social na vida dos convertidos. Esses religiosos, de acordo com seus depoimentos, passaram a ter uma qualidade de vida melhor, fazendo com que a escolha pela nova religião assegurasse: menor vulnerabilidade dos laços familiares, maior segurança emocional e conforto material. (ABUMANSSUR; ROCHA, 2007)

A questão sobre a religiosidade dos moradores do Sono não fazia parte da minha intenção de pesquisa, mas me recordo que na grande maioria das vezes, principalmente quando conversando com os mais velhos, em diversos momentos as falas desses nativos eram entrecortadas pelas palavras bíblicas, citando passagens do Evangelho.



Imagem21: Cemitério

O único cemitério no Sono é também evangélico, não tem lápides nem cruzeiros. Inclusive, quando Dona Maria Edilia Antonio me levou para conhecer o cemitério, eu inocentemente exclamei “Parece mais um jardim!”, Ao que ela sorriu e me contou uma história bíblica: quando o irmão de Jesus morreu, ele não foi ao seu enterro, argumentando que já estava morto e não teria importância em ir. Por isso eles apenas enterram os seus mortos, sem maiores preocupações com lápides e identificações.

Mas não são todos os habitantes que seguem a religião evangélica. Nos períodos em que estive por lá pude perceber que não eram todos que freqüentavam os cultos, e os mais jovens também não se animavam muito com as rígidas imposições da igreja.

Porém, o tornar-se evangélico é um importante demarcador cultural da constituição identitária desses fiéis, e podemos ver isso inclusive na relação que eles têm com a praia e com o mar. Independentemente do calor, entram na água vestidos, os homens de calças e as mulheres de saias compridas, regra moral da qual nem mesmo as crianças escapam.

Gostaria de destacar aqui um diálogo que travei com um casal de evangélicos, quando estes descreviam alguns jovens que acampavam em seu terreno e estavam sobre o efeito de drogas alucinógenas.

P – Ele falava: é jovem, jovem fica vendo um monte de coisa com este negócio de chá de lírio que eles arrumaram aí, sei lá...

A – Chá de trombeta, que eles chamam.

P – ...chá de trombeta... Aí ele ficou com medo deles ir pro mar e ficou a noite toda lá de medo de ir pro mar se afogar, aí ele [o esposo Almerindo] ficou tomando conta.

A – Fiquei a noite toda lá.

S – E eles falaram que tinham tomado o chá?

A – Eu vi eles tomando.

P – É, eles chegam lá e tomam.

A - Aí este rapaz que faz Direito. Eu falo: Direito deste jeito tudo torto.

P - Eu falo num sei que Direito é este que vocês fazem, chegam aqui tá tudo torto.

A – Eu falo pra ele: você botou sua esposa na minha mão, na minha mão, peladinha na praia. Eles vê muita coisa e num tá nem aí. Chá de lírio!

P – Que eles vê cobra, um monte de coisa...

A – Vê cação, vê um bocado de coisa...

P – Vê boca aberta para lado deles.

A – Vê, vê dragão!

P – Aí o Almerindo ficô lá, de medo assim deles se afogá no mar, pegar um barco, qualquer coisa. E se acontece algo no canto da gente, aí, né?

A – Eu falo: isso aqui, cuidado com isso aqui. Que eles num vão cochilar. Aí eu encontro um despido, despido, tudo despido. Putz grila!

P – Ai, meu Jesus!

A – Aí tão aqui, aqui num tá bom, vão pra lá, daqui a pouco vão pra lá num tá bom, num tá bom, daqui a pouco tá bom lá pra lá, aí qué ir se afogá no mar. Aí vai morre.

P – Tem que ficar pegando, tem que segurar...

A – É, tem que segurar.

(A – Seu Almerindo; P – Dona Perpétua; S – Sati)



Imagem 22: D. Perpétua e Almerindo

O primeiro aspecto a ser destacado aqui é a relação que estes moradores estabelecem com os usuários de drogas, já encarando como um fator mais corriqueiro do que propriamente estabelecendo um juízo de valores.

Os turistas não têm a preocupação de esconder dos moradores o uso de drogas como fazem comumente em outros lugares, isso demonstra como enxergam o Sono, como um território livre e sem leis onde podem fazer o que quiserem, despreocupadamente. Claro que estão aí amparados por todo o ideal de ilha isolada onde podem realizar todas as fantasias e desejos.

Como relataram os moradores, eles chegam a tirar as roupas. Em um local que, como demonstramos, é predominante evangélico. Fator que gera realmente desconfortos aos moradores que, por sua religião, escondem boa parte de seu corpo inclusive em dias mais quentes. “Ai, meu Jesus!”, repete Dona Perpétua.

Além do descaso desses turistas para com a religião dos moradores, o que acho interessante nessas falas são as descrições que estes moradores fazem do que os turistas estão vendo em suas alucinações. “Que eles vê cobra, um monte de coisa... Vê cação, vê um bocado de coisa... Vê boca aberta para lado deles. Vê, vê dragão!”. Que nos dão uma oportunidade de

adentrarmos em elementos do imaginário, e em uma esfera mais mística desses moradores, estando ligados ou não à religião evangélica.

Cobra e cação, elementos do seu cotidiano mais imediato, que ao mesmo tempo representam um sinal de atenção e perigo. Sempre se ouve, quando algum turista resolve desbravar uma trilha, alguma recomendação do tipo “olha... cuidado, praqueles lados tem muita cobra”; no mar, também os pescadores adoram por medo, dizendo que em certo canto da praia tem muito cação, o que muitas vezes se percebe, observando o seu sorriso, que é mais uma brincadeira para assustar o visitante.

Além de “vê boca aberta” e “vê dragão”, que já fazem parte de um imaginário mais místico, embora a cobra e o cação também sejam carregados de misticismo. Acredito que a boca aberta e o dragão tenham mais influência das pregações evangélicas, dos relatos apocalípticos. Dito isso, tratar mais especificamente da religiosidade dos seus moradores e os seus significantes demandaria o aprofundamento da pesquisa.

Considerações finais

“Chegados aqui já não temos segredos, já não temos mais nada a esconder. Tornamo-nos um segredo, somos nós que estamos escondidos, se bem que tudo o que fazemos, o fazemos em pleno dia e na luz crua.”
(Diálogos, Deleuze e Parnet)

Após o exame das constatações sobre as quais discorreremos aqui, talvez alguns possam indagar: Se esses moradores não caçam mais, não fazem roça e não pescam como antes, o que restou de sua cultura? Se formos levar em conta a definição de Yázigi, esses já não podem ser considerados nem mesmo caiçaras, uma vez que vão além da subsistência.

Entretanto, para não cairmos em um pessimismo reducionista de alguns estudiosos, podemos recordar que a cultura não é constituída apenas de forma utilitária com relação ao meio, e que mesmo esses vínculos estabelecidos não são meramente utilitaristas. Além do

aspecto da subsistência, fator de interação para o grupo, havia uma série de rituais particulares que estão impregnados nas características dos elementos culturais, uma vez que nessas atividades estabeleciam relações que marcavam uma cultura de coletividade, interações e trocas.

Destarte, sobre o conceito de caiçara, ousamos argumentar que seria um pouco de pretensão mudar uma definição dessa forma. Muitos dos que antes seriam definidos classicamente pelo termo caiçara ainda estão vivos, e compartilham não só em sua memória mais em diversos aspectos de seu cotidiano essa herança caiçara. Dessa forma, acreditamos que não existam critérios específicos determinantes para definir uma cultura.

A cultura é dinâmica e tem movimentos, mas as realidades locais devem ser mais especificamente compreendidas antes que se proponha extinguir uma definição. Recorramos a Geertz (1978) quando diz que identificar certas dinâmicas sociais e seus significados não é o suficiente para que possamos compreender um povo. Isto porque estas estão dentro de um "universo imaginativo" em que as ações são determinadas e fazem sentido para os que dela participam, ao qual não compreendemos por não estarmos nele inseridos.

Como já foi discutido por diversos estudos pioneiros, sobre os caiçaras “Não raro o equilíbrio da vida social e a cultura desses pequenos aglomerados se modificam por fatores que exercem sua ação à distancia (...) Para isso, porém, é preciso que haja “motivos” que levem a alterar-se a trama de relações estabelecida. (MUSSOLINI, 1977 p. 315)

A cultura está em permanente processo dinâmico, “a tradição não era mais estática no passado do que é agora” (SAHLINS, 2007 p.64), e as pessoas que a vivenciam desempenham o papel dessa mudança, através das escolhas que fazem, em como deliberam o que é ou não importante.

Ressaltamos que as oportunidades de escolha são feitas no contexto das relações sociais. Por exemplo, quando a Dona Filhinha falava “antigamente ninguém sabia disso de comprar”, ou seja, tinham uma estreita ligação entre o que produziam e o que necessitavam.

A partir de interferências como o aumento de renda e o aumento de necessidades materiais, não necessariamente nessa ordem, houve uma ampliação dessas “escolhas”. Fica claro, nessa relação, que o consumo tem o poder de produzir e reproduzir identidade social, e as novas identidades que aí se constituem são parte desse processo de mudança.

Constatamos, deste modo, que o turismo pode realmente influenciar a alteração da cultura local, uma vez que propicia o contato de diferentes universos, contextos, hábitos e relações de consumo. Diversos trabalhos acadêmicos, como etnografias de localidades específicas, ressaltam os impactos causados por essa atividade, e, no caso estudado, conseguimos demarcar mudanças ocorridas antes e depois do turismo.

O turismo proporcionou um elevado poder de renda aos moradores, que não era conseguida com os seus trabalhos mais tradicionais. Acarretou uma maior necessidade material, tanto para o cotidiano familiar como para poder atender à demanda desses turistas.

Também destacamos a situação inusitada que demonstra uma ligação mais pronunciada do caiçara com o mercado. Hoje o morador do Sono se torna repentinamente consumidor e comerciante, produz necessidades em consequência do turismo.

Finalmente, chamamos a atenção para o contraste existente entre esses moradores e as pessoas de fora que vêm visitar o Sono, trazendo novidades e mudanças à comunidade, em seus mais variados aspectos.

Ressalva-se que o conhecimento profundo e a relação com o mar permanecem, devida à continuidade da necessidade que têm do mar, tanto para a pesca como para o lazer. Além disso, por ele ser o principal elo de comunicação com as outras localidades, o mar está presente em seu cotidiano e em suas vidas. Eles se relacionam e aprendem sobre ele observando e interagindo com ele.

Essas mudanças, que levaram a um grau mais pronunciado e específico de consumo, o consumo constituído por atos simbólicos de relações comunicado através de bens específicos, bens que diferem de sociedade para sociedade. Destacamos o fato de existir no contato com

os visitantes uma busca por padrões de consumo que dizem mais respeito ao tipo de consumo praticado na cidade.

Existe nesse aspecto uma disparidade dos bens mais tradicionais em relação aos novos bens adquiridos. Verificamos que algumas características materiais servem à identificação com o grupo, enquanto outras servem à diferenciação: são, de um lado, os bens tradicionais, como a canoa de voga, as casas de sapê e os utensílios de pesca, que comunicam “sou nativo”; e de outro, todos os novos bens introduzidos e assimilados, dentre os quais temos o barco a motor, as casa de alvenaria e outros utensílios materiais que trazem facilidades e conforto ao dia-a-dia.

Apesar da intensidade das mudanças não ter precedentes, isso não implica em um completo abandono de suas tradições, pois verificamos que muitos buscam conciliar os costumes tradicionais com aqueles ligados à modernidade. O que se encontra materializado no fato de muitos possuírem duas cozinhas em suas casas.

Os diferentes bens são postos em comunicação, os bens dos caiçaras com os bens dos turistas. Colocados frente a frente, relacionam-se. Notemos que a apropriação de características do outro são uma forma de se comunicar. O caiçara consome os bens materiais que considera serem um meio de expressão do turista, como roupas, alimentos e utensílios; o turista consome os tidos como tipicamente caiçaras, enquanto representação cultural, como a paisagem e o contato com o meio-ambiente.

Dissemos que isso propiciou o afastamento dos moradores de seus trabalhos tradicionais, que já não geram renda o suficiente para essas novas demandas. Os moradores preferiram construir casas para alugar aos visitantes a manter suas roças, perdendo assim em subsistência. Os mais novos não se interessam pelas atividades tradicionais. O turismo promoveu a influência e alterou padrões de hábitos de consumo, tanto materiais como alimentares. Acarretou mudanças no cotidiano desses moradores; mudanças na paisagem do local e na disposição territorial, inclusive com o cercamento das terras.

Estas ponderações nos levam a considerar o turismo como um vetor de transformações que afastou os moradores de suas atividades tradicionais, influenciando diretamente a cultura material e proporcionando mudanças de padrões simbólicos e comportamentais.

No entanto, há outros fatores a serem considerados nessa relação. Assim como nas análises sobre o consumo houve um salto qualitativo acadêmico quando se parou de considerar apenas o seu lado maligno, o mesmo se pode fazer com relação à atividade turística. Saliento que essas considerações só me foram possíveis após certo distanciamento da realidade do Sono, uma vez que não estava mais tão alarmada pelas mudanças lá observadas.

A região já sofria com a falta de alternativas para a obtenção de renda, pois já existiam maiores necessidades entre os moradores do Sono do que aquelas vinculadas à subsistência. Muitos tinham que partir para buscar trabalho fora, mas o turismo possibilitou que pudessem se fixar ali. Do ponto de vista ambiental, melhor o turismo ter se desenvolvido do que uma indústria ou mesmo uma atividade extrativista de alguma espécie. Ressaltamos, entretanto, que a atividade turística no Sono causa outros impactos socioambientais, e necessita de maiores reflexões tanto pelos moradores como pelos órgãos gestores da região.

As relações estabelecidas com pessoas com padrões e hábitos diferentes dos seus levaram os moradores a perceber seus próprios modos de vida, proporcionando atitudes de autoconhecimento. Quando os moradores sentem-se incentivados a demonstrar características mais específicas de seu modo de vida, estes começam a pensar sobre a sua cultura, gerando assim uma busca e reflexão sobre a sua identidade, proporcionando inclusive um aumento de auto-estima sobre a sua realidade e modo de vida.

Inclusive o ato de transformar certos objetos de seu uso cotidiano em singularidades que prevêm especificidades e demonstração de identidades mostra a importância dada ao objeto como símbolo de representações, e destaca a relação que tinham com o que ele

representava. Por exemplo, ressaltar a casa de farinha de mandioca torna evidente o valor que davam para o roçado e para a importância da mandioca em sua alimentação.

Os moradores se organizam coletivamente para atender aos turistas, frequentando as reuniões da comunidade para decidir questões estruturais e de preços para a próxima temporada, e assim também têm a oportunidade de discutir outros problemas da comunidade.

Nossas reflexões nos levam a considerar de que não há como afirmar que na comunidade do Sono exista uma cultura sucumbindo por causa das mudanças. Nem podemos inferir que estes moradores são agredidos e sofrem passivamente com os acontecimentos. Como buscamos demonstrar, eles são agentes ativos desse processo, que a cada ano desenvolvem novas necessidades e se preparam para acomodar melhor os turistas, para com isso obter mais renda durante as temporadas.

Essas mudanças acompanham a tendência global de relações nos mais variados setores. Cabe aos locais identificar em sua especificidade o que para eles deve ser preservado e mesmo o que pode ser resgatado como fatores que representem sua cultura e preservem sua identidade. Quando estes moradores passam a refletir naturalmente sobre essas mudanças em seu meio e cotidiano, e destacar o que não deve ser “perdido”, acabam encontrando seus valores identitários.

Ressaltamos que não consideramos plausíveis as teorias que afirmam que as mudanças ocorridas na cultura se dão apenas como consequências naturais da globalização e da modernidade. Considerando o turismo como um fenômeno dessa modernidade, reiteramos que ele é o agente potencial que traz as influências à comunidade. Afirmamos que o turismo impõe uma velocidade maior sobre essas mudanças, o que muitas vezes impede uma reflexão mais aprofundada da comunidade sobre as alterações que estão vivenciando.

Podemos destacar como negativa a forma como o turismo ocorre atualmente no Sono, de forma desordenada e sem fundamentação ecológica. Muitos dos problemas se dão devido a um perfil de turista que não se preocupa com o ambiente e nem com os habitantes do lugar.

Não posso dizer que estes moradores já estão em processo mais reflexivo sobre todas essas mudanças destacadas em seu meio, como Sahlins apontou sobre diversas sociedades tribais, que assimilam todas estes contextos realizando adaptações dentro de suas próprias culturas. “Eles querem englobar a ordem global em suas próprias ordens cosmológicas.” (1997, p. 132). Mas acreditamos, como já bem demonstramos que as novas configurações no Sono apontam para uma melhor compreensão sobre quem são, e quais “vantagens da cidade” tem valor para a cultura local.

Comparando a realidade da Praia do Sono com outras onde houve o desenvolvimento do turismo com estas mesmas características, podemos inferir que, aos poucos, os moradores vão se adaptando e aprendendo a interagir com essa realidade. Uma das vantagens para os moradores da praia do Sono é que está proibido para não moradores do local a abertura de pontos de comércio, o que possibilita que todos estejam aprendendo juntos no trato com o turista, sem a concorrência desleal, conforme ocorre em várias regiões em que o caiçara concorre economicamente com um grande empreendedor. Dessa forma, a renda e economia no Sono são locais e familiares. Isso também tem levado a uma diferenciação social dentro dessa comunidade, que antes do turismo possuía características mais ou menos homogêneas.

Percebemos que apesar das dificuldades iniciais, relativas ao estranhamento e ao desentendimento com os turistas, os moradores têm se adaptado às novas relações e interações; seja coletivamente, através da criação de organizações para o trato com o turista, seja individualmente, enquanto a cada temporada vão assimilando e entendendo melhor toda a nova dinâmica que se configura em seu cotidiano, estando cada vez mais despertos e dispostos a essas relações.



Imagem23: Final

Bibliografia

ADAMS, Cristina. *Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Fapesp, 2000.

ABUMANSUR;ROCHA, *Os efeitos da presença Pentecostal nas comunidades tradicionais do Vale do Ribeira*. 60ª Reunião Anual da SBPC. Campinas - UNICAMP - 2007

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização In: *Mana Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro v 7(2) p. 7-33, 2001.

BALLABIO, Sati. *Da canoa ao motor: Modos de vida e turismo em unidades de conservação*. Etnografia da Praia do Sono. Parati RJ. Monografia de Bacharelado apresentada e defendida junto ao Departamento de Sociologia e Antropologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC-Marília), dezembro de 2006. Disponível na biblioteca da FFC- Marília.

BANDUCCI, Álvaro Jr; BARRETO, Margarita. (Orgs.) *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papyrus, 2001.

BARRETO, Margarita. As ciências sociais aplicadas ao turismo In: SERRANO; BRUNS; LUCHIARI (Orgs.) *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papyrus, p. 17- 33, 2000

_____. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos: Antropologia e turismo*, Porto Alegre, v. 20, p. 15 - 29, 2003.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'água, 1991.

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.
- BRASIL. Decreto nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Brasília, 1983 Disponível em <www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal> Acesso dez 2005.
- BRASIL. Plano Nacional de Turismo, 2007 a 2010. Uma viagem de inclusão. 2006. Disponível em <http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/doc/PNT_2007_2010.pdf> Acesso Mar 2009.
- BENI. O profissional de turismo na sociedade pós-industrial, carta aberta aos estudantes. In: GASTOL (Org.) *Turismo e investigação crítica*. São Paulo: contexto, 2002.
- BEY, Hakim. *Overcoming Tourism*. Disponível em : < www.hermetic.com/bey> acesso em 23/ nov 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva, 2004.
- BRITO, Maria C.W. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Anna Blume, 2003.
- BURNS, Peter. *Turismo e antropologia*. São Paulo: Chronos, 2002.
- CAMPEBELL, Colin *Antro política*, Revista contemporânea de antropologia e ciência política. Niterói, n. 17, p.45-68, 2. Semestre: Eduff, 2004.
- CANCLINI, Néstor G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2000
- CANDIDO, Antônio *Os parceiros do rio bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- CAVALIERI, Lucia. *A comunidade caiçara no processo de reclassificação da reserva ecológica da Juatinga*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas USP, São Paulo :2003.
- CARDOSO, Oliveira. *Caminhos da identidade*. Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Unesp. 2006
- CASTRO; Viveiros. *Encontros*. Rio de Janeiro. Azougue , 2008.
- CHAGAS, Miriam. Estudos antropológicos nas comunidades remanescentes de quilombos Sinais que amplifica a luta por uma vida histórica, vida jurídica: In: BOAVENTURA, I. (Org) *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis : ABA/NUER, p. 71- 80. 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*. Antropologia e literatura no século XX.. Rio de Janeiro :URFJ, 2008.

DIEGUES, Antonio C (Org.). *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: Nupaub - USP, 1997.

_____. *Ecologia humana e planejamento costeiro*. São Paulo: Nupaub, 2001.

_____. O Mito moderno da natureza intocada. In: MAIMON, Dália; VIEIRA, Paulo F. (Orgs.). *As Ciências Sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Aped, 1993.

_____. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Povos e águas: Inventário de Áreas Úmidas Brasileiras*. São Paulo: Nupaub, 1988.

_____. *Povos e mares: Leituras em Sócio - Antropologia Marítima*. São Paulo: Nupaub 1995.

_____. Saberes tradicionais e etnoconservação. In: DIEGUES; Antonio; VIANA, Virgílio (Orgs.). *Comunidades tradicionais e manejos dos recursos naturais da Mata Atlântica*. São Paulo: Hucitec, Nupaub/Cec, 2004.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do Consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento ? In: Edgardo Lander (org). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas*. Clacso Argentina p. 133 -168. 2005.

FURTADO, Celso; GABRIEL O. Alvarez, (Orgs) *Indústrias culturais no Mercosul*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

_____. *O Saber Local*. Rio de Janeiro: vozes, 1998.

_____. *O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002

GUPTA, A. e FERGUSON, J. "Mais além da 'cultura': espaço, identidade e política da diferença" [1992] in: Arantes. A. A. (org.). *Espaço da diferença*. Campinas, Ed. Unicamp, 2000 (cap. 2).

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.

IBAMA, *Plano de manejo APA Cairuçu*. Encarte I- Caracterização ambiental; Encarte II Caracterização sócio - econômica; Encarte III -Proteção legal; Encarte IV- Planejamento São Paulo, 2004

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 1996.

KUPER, Adam. *Cultura a visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.

KRIPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2001.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

LEONEL, Mauro. *A morte social dos rios*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*. Brasília, Brasília, DF. Ed. Universidade de Brasília 2002.

LUCHIARI, M. Tereza; SERRANO; BRUNS; (orgs). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papyrus, 2000.

MACHADO, J.R. IGOR. “Estado- nação, identidade- para- o - mercado e representações de nação” In: *Revista de antropologia*. São Paulo, USP, v. 47 n° 1. P. 207-234, 2004.

MARCÍLIO, M. Luiza. *Caiçara terra e população: Estudo de demografia histórica e da historia social de Ubatuba*. São Paulo. Edusp, 2006.

MARIANO, Ricardo *Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos*. P 68-95 Disponível em <www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.pdf> acesso em mar/2009.

MEIHY, José C.S.B. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002

MILLER, Daniel. “Consumo como cultura material.” *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 33-63, jul./dez. 2007.

_____. “Pobreza da moralidade”, *Antro política*, Revista contemporânea de antropologia e ciência política. Niterói, n. 17, p.21-43, 2. Semestre: Eduff, 2004.

MIRANDA, L. César. “A educação no turismo diante as exigências do mercado globalizado”. In: *Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 5.Papers...* São Paulo, 2005. Disponível em: <ww2.Anhembi.Br/publique/media/miranda2.pdf>. Acesso em: 08 jan 2007.

MOESCH . *A produção do saber turístico*. Campinas: contexto, 2000.

MUSSOLINI, Gioconda. *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. Aspectos da cultura e da vida social no litoral Brasileiro. In: SCHADEN, E (Org.). *Estudos Brasileiros: homem, cultura e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1972.

OLIVEN; MACHADO. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 7-13, jul./dez. 2007

PAIVA. *Sociologia do turismo*. Campinas: Papyrus, 1995

PEIRANO, Mariza G. S. Um ponto de vista. In: PESSANHA, Elina G. da Fonte; BÔAS, Gláucia Villas (Org.). *Ciências sociais: ensino e pesquisa na graduação*. Rio de Janeiro: J.C.Editora, 1995.

PELLEGRINI FILHO Américo. *Ecologia cultura e turismo*. Campinas: Papyrus, 1997.

PERALTA, Elsa. O mar por tradição: O patrimônio e a construção de imagens do turismo. In *Horizontes Antropológico: Antropologia e turismo*, Porto Alegre, v. 20, p. 83 - 96, 2003.

RAMOS, Maria G. G. ; GARCIA ,Tania E. M. Ensino superior em turismo no Brasil: algumas reflexões. *UNIrevista* - v. 1, n. 2, abril, 2006.

REJOWSKI. *Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional versus situação brasileira*. Campinas: papyrus, 1996

RUSCHMANN, Doris, M. *Marketing turístico – um enfoque promocional*. Papyrus: São Paulo, 1995.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Zahar. 2003a

_____ *Ilhas de história* . Rio de Janeiro, Zahar. 2003b

_____ *Cultura na prática*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

_____ O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (Partes I). *Mana*. vol. 3(1): pg 41-73, 1997. (Parte II) *Mana*. vol. 3(2): pg. 103-150, 1997.

SALOMON, Marlon; SILVA, Joana; ROCHA, Leandro (Orgs.). *Processos de territorialização: entre a história e a antropologia*. Goiânia: UCG, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. *A redescoberta da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1997. (Ensaio de Cultura 10).

SILVEIRA; BRANDÃO. Aspectos da gestão da reserva ecológica da Juatinga sob a luz da legislação ambiental. Disponível em: < www.ibap.org/teses2004/teses2004d18.doc > acesso out. 2009.

SIMMEL, G. "As grandes cidades e a vida do espírito". *Mana* vol. 11, nº 2, Rio de Janeiro, Museu Nacional, out/2005, p. 577-591.

_____ "O estrangeiro" in Moraes, E. (org.). *Sociologia: Simmel*. São Paulo, Ed. Ática, 1983 [1908], p. 182-188.

SIQUEIRA, Deis. *História social do turismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SIQUEIRA, Priscila. *O genocídio dos caiçaras*. São Paulo: Massao Ohno, 1984.

TALAVERA Turismo cultural, culturas turísticas. In *Horizontes Antropológico: Antropologia e turismo*, Porto Alegre, v. 20, p. 31 -57, 2003.

TRIGO, Godoi G.L. *Turismo básico*. São Paulo: Senac, 2001.

_____ *Turismo e qualidade: tendências contemporâneas*. Campinas: Papyrus, 1993.

TOREZANI, Julianna. Análise dos atrativos culturais de Ilhéus em *sites* publicitários de turismo. *Caderno Virtual de Turismo* ISSN: 1677-6976 Vol. 6, N° 3, p. 31 – 42, 2006.

TUAN Yi-fu *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores*. São Paulo: Difel, 1980.

URRY, John *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

VEBLEN, Thorstein *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Pioneira, 1965.

VELHO, Otávio. Globalização: antropologia e religião In: *Mana Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: v.3 n.1 p. 133-154, 1997.

YÁZIGI, Eduardo (org.) *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____ *A alma do lugar: Turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Turismo contexto, 2001.

ANEXOS

Área de Proteção Ambiental de Cairuçu

DECRETO Nº 89.242, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1983.

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o que dispõe o artigo 8º, da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, bem como a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e o Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Cairuçu, localizada no Município de Parati, Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de assegurar a proteção do ambiente natural, que abriga espécies raras e ameaçadas de extinção, paisagens de grande beleza cênica, sistemas hidrológicos da região e as comunidades caiçaras integradas nesse ecossistema.

Art. 2º - A APA de Cairuçu é composta de duas partes, uma Continental e outra Insular, apresentando as seguintes delimitações:

I - Parte Continental - partindo do ponto P-00 de coordenadas geográficas latitude 23°22'04" Sul e longitude 45°43'24" Oeste, situado na ponta da Trindade, segue em direção Noroeste pela divisa dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo até encontrar o rio Mateus Nunes onde está localizado o ponto P-01; desse ponto segue a jusante do rio Mateus Nunes até sua foz, na praia de Boa Vista onde está localizado o ponto P-02 de coordenadas geográficas latitude 23°13'30" Sul, e longitude 44°42'34" Oeste; deste ponto segue para o Sul, pela linha costeira contornando o continente até encontrar o ponto P-00 marco inicial desta descrição.

II - Parte Insular - composta de 63 (sessenta e três) Ilhas inscritas em 46 (quarenta e seis) áreas discriminadas a seguir:

II - a utilização dos Instrumentos legais, e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da Zona de Vida Silvestre, o uso racional do solo e outros aspectos referentes à salvaguarda dos recursos ambientais;

III - a implementação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos a nível comunitário ou de unidades residenciais;

IV - a aplicação, quando necessária, de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de sensível degradação da qualidade ambiental;

V - a divulgação das medidas previstas neste Decreto objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;

VI - a aquisição, pela SEMA, de áreas que tiverem especial interesse biótico.

Art. 5º - Fica estabelecida, na APA de Cairuçu, uma Zona de Vida Silvestre, destinada prioritariamente à salvaguarda da biota, abrangendo os manguezais, as ilhas, os costões, as áreas de topografias mais acidentadas, bem como as mencionadas no artigo 18, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

§ 1º - Visando à proteção da biota, não serão permitida, na Zona de Vida Silvestre, a construção de edificações, exceto as destinadas à realização de pesquisas.

§ 2º - Na Zona de Vida Silvestre não será permitida atividade degradadora ou potencialmente causadora de degradação ambiental, inclusive o porte de armas de fogo e de artefatos ou instrumentos de destruição da biota.

§ 3º - Para os efeitos do artigo 18, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, consideram-se como de proteção permanente as nascentes ou olhos d'água e o seu entorno, num raio de 60 metros, exceto na faixa necessária para assegurar a utilização e o bom escoamento das águas.

Art. 6º - Na APA de Cairuçu ficam proibidas ou restringidas:

I - a implantação de atividades industriais, potencialmente poluidoras, capazes de afetarem mananciais de água;

II - a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas atividades importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais, principalmente na Zona de Vida Silvestre, onde a biota será protegida com mais rigor;

III - o exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;

IV - o exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras da biota regional;

V - o uso de biocidas capazes de causar mortandade de animais vertebrados, exceto ratos e morcegos hematófagos.

§ 1º - A abertura de vias de comunicações, a realização de grandes escavações de canais e a implantação de projetos de urbanização, sempre que importarem na realização de obras de terraplenagem, dependerão de autorização prévia da SEMA, que somente poderá concedê-la:

I - após a realização de estudo do projeto, exame das alternativas possíveis e avaliação de suas conseqüências ambientais;

II - mediante a indicação das restrições e medidas consideradas necessárias à salvaguarda dos ecossistemas atingidos.

§ 2º - As autorizações concedidas pela SEMA não dispensam outras autorizações e licenças federais, estaduais e municipais exigíveis.

§ 3º - Para melhor controlar seus efluentes e reduzir o potencial poluidor das construções destinadas ao uso humano, não serão permitidas:

I - a construção de edificações em terrenos que não comportarem, pelas suas dimensões e outras características, a existência simultânea de poços de abastecimento d'água e poços para receber o despejo de fossas sépticas, quando não houver rede de coleta e estação de tratamento de esgoto em funcionamento;

II - a execução de projetos de urbanização sem as devidas autorizações, alvarás e licenças federais, estaduais e municipais exigíveis.

§ 4º - Os projetos de urbanização que, pelas suas características, possam provocar deslizamento do solo e outros processos erosivos acentuados, não terão a sua execução autorizada pela SEMA.

§ 5º - Visando impedir a pesca predatória, nas águas marítimas ou interiores da APA de Cairuçu e nas suas proximidades, será dada especial atenção ao cumprimento da legislação pertinente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca-SUDEPE.

Art. 7º - As penalidades previstas nas Leis nºs 6.902, de 27 de abril de 1981 e 6.938, de 31 de agosto de 1981, serão aplicadas, pela SEMA, aos transgressores das disposições deste Decreto, com vistas ao cumprimento das medidas preventivas necessárias à preservação da qualidade ambiental.

Art. 8º - Dos atos e decisões da SEMA, referentes à APA de Cairuçu, caberá recurso ao Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.

Art. 9º - A SEMA poderá firmar convênios com órgãos e entidades públicos ou privados, visando à realização dos objetivos previstos para a APA de Cairuçu, bem como para definir as atribuições e competências no controle de suas atividades.

Art. 10 - Os investimentos e a concessão de financiamentos e incentivos da Administração Pública Federal Direta ou Indireta, destinados à APA de Cairuçu, serão previamente compatibilizados com as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

Art. 11 - A APA de Cairuçu será supervisionada, administrada e fiscalizada pela SEMA, em estreita articulação com o Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Parati.

Art. 12 - A APA de Cairuçu terá um Conselho Assessor, nomeado pelo Secretário do Meio Ambiente e constituído por representantes de entidades públicas e privadas, bem como por proprietários de terras abrangidas pela APA e outros cidadãos prestantes.

Art. 13 - A SEMA expedirá as instruções normativas necessárias ao bom cumprimento deste Decreto.

Art. 14 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Mário David Andrezza

RESERVA ECOLÓGICA JUATINGA

DECRETO ESTADUAL Nº 17.981 – DE 30 DE OUTUBRO DE 1992

CRIA a Reserva Ecológica de Juatinga, no Município de Parati, e dá outras providências.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 9º, VI, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 7 de junho de 1990, bem como a Lei Estadual nº 1.859, de 1 de outubro de 1991, e considerando ser impostergável preservar o ecossistema local, composto por costões rochosos, remanescentes florestais de Mata Atlântica, restingas e mangues que, em conjunto com o mar, ao fundo, forma cenário de notável beleza, apresentando peculiaridades não encontradas em outras regiões do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada, no Município de Parati, a Reserva Ecológica da Juatinga, de natureza non edificandi, delimitada, de um lado, pelo Saco de Mamanguá, de outro e pela frente, pelo mar aberto e, pelos fundos, por uma linha reta imaginária que, partindo do ponto conhecido como Cachoeira do Cocal (no lado do Canto Bravo da Praia do Sono), alcança o local conhecido como Porto do Sono (ao fundo do Mamanguá), ficando, destarte, resguardada a faixa de Marinha.

Art. 2º - A administração da Reserva Ecológica da Juatinga será exercida pela Fundação Instituto Estadual de Florestas I.E.F./RJ, entidade administrativa vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Projetos Especiais.

Art. 3º - A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Projetos Especiais expedirá, através de atos normativos próprios, as instruções necessárias à efetiva implementação da Reserva Ecológica de Juatinga, obedecendo à legislação ambiental em vigor.

Art. 4º - A Fundação Instituto Estadual de Florestas I.E.F./RJ desenvolverá programa específico de Educação Ambiental, com o objetivo de fomentar a cultura caiçara local, compatibilizando a utilização dos recursos naturais com os preceitos conservacionistas estabelecidos neste Decreto.

Art. 5º - Este Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1992

LEONEL BRIZOLA

LEI Nº 2393, DE 20 DE ABRIL DE 1995.

DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA DE POPULAÇÕES NATIVAS RESIDENTES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, autorizado a assegurar às populações nativas residentes há mais de 50 (cinquenta) anos em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, o direito real de uso das áreas ocupadas, desde que dependam, para sua subsistência, direta e prioritariamente dos ecossistemas locais, preservados, os atributos essenciais de tais ecossistemas e cumpridas as exigências previstas na presente Lei.

§ 1º - A concessão do direito real de uso às áreas ocupadas, prevista no caput desse artigo, será inegociável por prazo indeterminado, podendo ser transferível apenas aos descendentes diretos somente se os mesmos também dependerem direta e prioritariamente destas mesmas áreas, vedadas a locação ou sublocação a outros interessados.

§ 2º - Como contrapartida deste direito, as populações beneficiadas por esta Lei ficam obrigadas a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção das unidades de conservação.

§ 3º - Em nenhuma hipótese poderá ser concedido o direito real de uso de terra em áreas que sejam consideradas, por Lei, como Reservas Biológicas.

Art. 2º - A permissão da exploração e uso dos recursos naturais às populações nativas residentes em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, e beneficiadas por esta Lei, obedecerá as seguintes exigências:

I - Proibição de exploração e/ou uso de espécies ameaçadas de extinção, bem como adoção de práticas que comprometam seus respectivos habitats, assim como o ecossistema como um todo;

II - Permissão restrita de exploração de recursos naturais não renováveis, condicionada ao mínimo indispensável à manutenção da qualidade de vida das populações beneficiadas por esta Lei, vedadas as práticas que comprometam os atributos essenciais dos ecossistemas explorados;

III - Proibição do uso de práticas e/ou atividades que comprometam a recuperação natural dos ecossistemas;

IV - Demais restrições de uso de unidades de conservação, segundo Legislação Federal e Estadual vigentes.

Art 3º - O não cumprimento dos dispositivos desta Lei sujeita o infrator às seguintes penalidades:

I - Multa de 1 (uma) a 100 (cem) UFERJ's referentes à data da infração;

II - Obrigação de recomposição da área afetada com espécies nativas do local;

III - Para os casos de reincidência de infração, perda do direito real de uso da área ocupada, concedido pela presente Lei.

Parágrafo único - As penalidades previstas nos incisos I e III, independem das impostas no inciso II.

Art. 4º - O Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, promoverá:

I - O cadastramento das populações nativas a serem beneficiadas por esta Lei;

II - Ampla informação às populações beneficiadas sobre os direitos garantidos por esta Lei, bem como os deveres e as penalidades impostas pelo não cumprimento da mesma;

III – VETADO

IV - Criação de mecanismos de proteção e preservação especiais nas áreas ocupadas ou sob influência das populações nativas, de forma a compatibilizar a melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas por esta Lei e a preservação dos atributos essenciais dos ecossistemas locais;

V - Levantamento sócio-econômico das populações nativas promovendo, preservada a cultura local, as medidas necessárias para o atendimento médico e educacional, bem como para a regularização da concessão real de uso da terra, nos termos desta Lei.

Art. 5º - Na elaboração de políticas, programas ou ações que objetivam as populações nativas beneficiadas por esta Lei ou provoque qualquer influência em seu modo de vida, o Poder Executivo

através de seus órgãos competentes garantirá a efetiva participação dos interessados, diretamente ou através de seus representantes.,

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - VETADO.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 20 de abril de 1995.

MARCELO ALENCAR
Governador